

ALAVOURA

ANNO XLIII

ABRIL-MAIO DE 1939



REVISTA DA
SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA
E DA
CONFEDERAÇÃO RURAL BRASILEIRA

ARTHUR VIANNA & CIA. L^{TDA.}

ESTABELECIDOS DESDE 1900

ENDEREÇO TELEGRAPHICO: "STEARICA"

AGENTES DO SALITRE DO CHILE

TODOS OS ADUBOS E MATERIAES AGRICOLAS

FILIAL:

Telephone 2-7101

Caixa Postal 3520

RUA SÃO BENTO, 100 - Sob.

SÃO PAULO

FILIAL:

Telephone 43-3468

Caixa Postal 3572

RUA DA ALFANDEGA N. 59

RIO DE JANEIRO

MATRIZ:

Telephone 3723 - Caixa Postal 291

AV. SANTOS DUMONT N. 227

BELLO HORIZONTE

ADUBOS "VIANNA"

Completo para todas as culturas

SALITRE DO CHILE

Adubo organico "88" - Adubos postassicos -
Superphosphato - Farinha de ossos - Agrono-
mos a disposição - Analyse de acidez de terras.

FORMICIDAS

Arsenico - Enxofres - Agapeama - Fortuna -
Ideal - Bisulfureto de carbono - Cyanogaz -
Cyanureto - Ingrediente "VIANNA"

INSECTICIDAS

Arseniato de Chumbo - Bekolit - Cruz Azul -
Cal - Fungol - Pó Borda - luz - PÓ ADHE-
SIVO para insecticidas - Oleos fungicidas -
Sulfato de cobre e de ferro Solbar -
Uspulum - Verde Paris,

MACHINAS E UTENSILIOS AGRICOLAS

Abanador p^a cereaes - Arrancador p^a Algo-
doeiro - Arados todos os typos Bicos arap-
arados - Cultivadores "PLANETS" - Debu-
lhadores - Grades Motores - Oleo crú e a
gazolina - Machina p^a formigas - Pulverisa-
dores - Semeadeiras etc.

INSTALAÇÕES

Para fecula de mandioca - Beneficio de
Arroz - Algodão - Café -
Classificadores de Café

SECCADORES

A ar quente - Patente n.º 23.631
Algodão - Mandioca - Café - Mamona etc. -
SECCADOR TUBULAR - Massas de Man-
dioca - Garapa Kaolim - Ossos -
Sangue - Leite etc.

SEMENTES

Adubos verdes - Alfafa - Batalss - Cereaes -
Cannas - Capins - Forragens - Mamona -
Soja - Tungue - Videiras.

SACCARIA

Aniagem nova para transportes -
Colheita de café - Encerados -
Barbanses

PRODUCTOS DIVERSOS

Correias de sola - Créogado - Carrapatíci-
das - Iodo - Iodureto potassio Jacasinhos -
Pixe etc.

COMPRADORES DE

Ossos - Chifres - Unhas

Proposta para Socio

O abaixo assignado propõe para socio effectivo da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA:

Nome por extenso.....

Nacionalidade..... Profissão.....

Endereço para carga.....

Endereço para correspondencia.....

Nome ou os nomes de fazendas que possui, o Municipio ou Municipios em que estiverem

Genero de culturas a que se dedica.....

Variedade de gados que cria.....

E' a propriedade registrada no Ministerio da Agricultura?.....

Em caso negativo, a Sociedade encarrega-se de promovê-lo, a pedido do interessado.

OBSERVAÇÕES.....

..... de..... de.....

Juntar 40\$000 em registrado com valor declarado em vale postal.

Assignatura do proponente.....

Assignatura do proposto.....

CAPITULO II DOS ESTATUTOS

DOS SOCIOS

Art. 9 — A Sociedade admite as seguintes categorias de socios:

Effectivos, correspondentes, honorarios, benemeritos, filiados e remidos.

§ 1.º — Serão socios effectivos as pessoas naturaes ou juridicas, inclusive corporações ou organizações de caracter official que, domiciliadas no paiz, forem propostas, de conformidade com os Estatutos e contribuirem, sendo individuaes, com a joia de 50\$000 e a annuidade de 40\$000, e, sendo collectivas, com a joia de 150\$000 e a annuidade de 100\$000.

§ 2.º — Serão socios correspondentes as pessoas ou associações, com residencia ou séde no estrangeiro, que forem escolhidas pela Directoria em reconhecimento dos seus meritos e dos serviços que puderem ou quizerem prestar á Sociedade.

§ 3.º Serão socios honorarios as pessoas que prestarem á Sociedade e á producção serviços tão relevantes que a Directoria os julgue merecedores desse titulo.

§ 4.º — Serão socios benemeritos as pessoas que por sua dedicação e serviços excepçionaes á Sociedade e á producção, forem, por proposta da Directoria e a juizo da Assembléa Geral, dignas dessa investitura.

§ 5.º — Serão socios filiados as associações agricolas ou de classes directamente ligadas á producção do Districto Federal, que contribuirem com a joia de 50\$000 e annuidade de 100\$000.

§ 6.º — Serão socios remidos os que estando em condições de ser aceitos como effectivos ou filiados, pagarem, de uma só vez, a joia e 10 unidades.

Art. 10. — Os filiados e as corporações officiaes deverão declarar o seu desejo de compartilhar das vantagens de socios da Sociedade, ficando a acceitação dependente de resolução da Directoria.

§ Unico. — Os demais socios effectivos e os remidos deverão ser propostos, por indicação de um ou mais socios, á Directoria, que deliberará a respeito.

Art. 11. — Os socios filiados designarão um representante que participará das sessões; terá para esse fim, qualidade de Director e cujo mandato, que terminará sempre com o da Directoria, poderá ser renovado, a juizo da instituição respectiva entendendo-se que a reconducção tenha sido feita, se aviso em contrario não for recebido pela Sociedade.

Art. 12. — Os socios honorarios e correspondentes não poderão ter ingerencia alguma na direcção da Sociedade, mas gosarão de todas as demais vantagens de socios, inclusive do direito de propor á Directoria qualquer medida que julgarem util á instituição e ás classes que esta representa.

§ Unico. — Aos socios honorarios e correspondentes serão expedidos, gratuitamente, os diplomas.

Art. 13. — Poderão remir-se, em qualquer tempo os socios effectivos e filiados, sendo para esse fim, contado um terço das annuidades pagas até o maximo de um conto de réis.

Em virtude de resolução de Directoria foi suspensa, até posterior deliberação, a joia de 50\$000 cobrada aos socios individuaes e de 100\$000 aos socios collectivos.

SUMMARIO

Carestia da vida.	1
Academia de Agricultura.	3
A industria do cortume e as materias tanantes	4
Os sub-productos do algodão na economia nacional	6
Conselho Federal do Commercio Exterior.	11
O Estado do Espirito Santo e o aproveitamento da mandioca na panificação	17
A economia de Goiaz	19
1.600.964 sacas de café exportadas em Maio.	20
A mandioca	22
O Banco do Brasil em 1938	26
Escola de Horticultura Wenceslau Bello	42
Semanaes da Sociedade Nacional de Agricultura.	53

RIO DE JANEIRO
PAPELARIA MENDES—RUA OUVIDOR, 60

1939

Sociedade Nacional de Agricultura

Publicações em distribuição aos socios:

- Annaes do I Congresso de Leite e Derivados (1 vol.)
Annaes da II Semana do Leite (folheto)
Annaes da II Conferencia Nacional de Pecuaria (1 vol.)
Annaes da I Conferencia Nacional Algodoeira (3 vols.)
O Ceará Economico — *Dr. Souza Pinto* (folheto)
A conquista do pão — *R. Fernandes e Silva* (folheto)
A cultura do fumo e o seu preparo — *J. Silverio Guimarães* (folheto)
Factos Economicos — *Miguel Calmon* (brochura)
O algodão e a solidariedade Internacional — *Miguel Calmon* (folheto)
Politica Commercial Pan-Americana — *Arthur Torres Filho* (folheto)
Aspectos leiteros brasileiros — *Otto Frensel* (folheto)
O Problema caféeiro de S. Paulo e a Pecuaria de leite — *Landulpho Alves* (folheto)
Aspecto actual da Industria de Lacticinios no Brasil — *L. Gonçalves Vieira* (folheto)
O cultivo da batata e a importação de suas sementes no Brasil — *Arsène Puttemans* (folheto)
Expansão Economica do Brasil — *Arthur Torres Filho* (1 vol.)
O Apicultor brasileiro — *Emilio Schenck* (1 vol.)
As Municipalidades e o momento economico brasileiro — (1934) *Arthur Torres Filho*.
Escola de Horticultura Wenceslau Bello — Publicação n. 2

A Secretaria da S. N.^ªA., mediante pedido do socio quite, enviará immediatamente as publicações pedidas. Para o interior, deverá o interessado juntar ao pedido \$400 de sello, em se tratando de folheto, e \$800, para maior numero de publicações ou por volume.

A LAVOURA

REVISTA MENSAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA
E DA CONFEDERAÇÃO RURAL BRASILEIRA

Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Dr. ARTHUR TORRES FILHO

Director

Dr. ANTONIO DE ARRUDA CAMARA

Gerente ROBERTO DIAS FERREIRA — Redactor-Secretario L. MARQUES POLIANO

Assignatura annual 20\$000 — Numero avulso 2\$000 — Numero atrasado 3\$000

Toda a correspondencia deve ser dirigida para a Redacção, Largo de S. Francisco, 3-2.º, Salas 202-5

RIO DE JANEIRO

ANNO XLIII

RIO DE JANEIRO

Abril-Maio de 1939

CARESTIA DA VIDA

ARTHUR TORRES FILHO

Não é a chamada CARESTIA DE VIDA phenomeno novo, pois desde a segunda metade do seculo XIX que tem entrado nas cogitações dos povos.

Veio a se agravar a partir do seculo XX.

As ligas de consumidores, as "regies", as cooperativas de consumo, as co-sinhas populares, são recursos muito conhecidos, utilizados, como têm sido, por varios paizes.

Multiplas causas — financeiras, economicas, demographicas, politicas, podem actuar na elevação dos preços das mercadorias.

A lei de Malthus, se não tem sido confirmada, em toda sua plenitude, verifica-se, no momento, constituir o factor demographico, principalmente nas grandes agglomerações, causa importante da elevação do custo da vida.

Na ordem politica, os gastos immoderados da administração, o augmento constante dos impostos, as leis sociaes, o deslocamento da população do campo para obras improductivas, a desorganização dos mercados, constituem factores de grande monta a serem apreciados.

Na parte financeira, tem-se tambem a questão cambial, como resultado do desequilibrio da balança commercial e as emissões do papel moeda. Phenomeno de relevo digno de attenção especial é o determinado pelo deslocamento da população rural em demanda dos centros urbanos, em consequencia do desenvolvimento rapido das industrias.

No dizer de Georges Renard "o mal sendo quasi universal, os remedios precisam ser internacionaes". Apesar disso, não importa deixar cada paiz de attender á sua situação particular, adoptando medidas que concorram principalmente a estimular a produção agricola e sirvam para reduzir o escoamento e o consumo das mercadorias.

L'année 1935 a été caractérisée par une hausse des prix. Dans la plupart des pays, les indices des prix atteignaient des chiffres plus élevés a la fin de 1935 qu'une année auparavant; sur les marchés internationaux les cours des principales denrées se sont relevés au cours de l'année et de nouveaux progrès ont été réalisés dans le rétablissement d'un équilibre plus satisfaisant entre les divers groupes de prix.

(Le production Mondiale et les Prix — Societé des Nations 1935-1936).

No Brasil já temos tido diversos surtos da chamada carestia de vida; e, pelo estudo dos índices economicos, torna-se preciso dentro de certos limites, pre-ver equilibrios ou procurar suavisal-os com providencias acauteladoras.

A determinação do rythmo economico, impõe conhecimentos especiaes, bem assim o preparo de tabellas e graphicos estatísticos, porque, baseado nelles, a administração estará apta a conhecer as oscillações periodicas dos preços. Temos, dentro de nossa vida economica, uma serie de phenomenos que já deveriam estar estudados, porquanto o equilibrio dos preços reflecte o equilibrio geral.

Que conhecimentos possuímos do padrão de subsistencia nas varias regiões do paiz, e mesmo nos centros mais populosos?

Em Paris, por exemplo, chegou-se á conclusão de que um orçamento domestico comprehende: 60 por cento de despesas de alimentação, cinco por cento para aquecimento e iluminação, 15 por cento para o vestuario, 12 por cento para o aluguel, oito por cento para diversas despesas.

Disse Oliveira Vianna, de uma feita, com muito acerto, que "somos um dos povos que menos se estudam a si mesmo".

Ainda ha pouco vimos o operoso e illustre deputado Teixeira Leite, com todo fundamento, revelar a inexactidão dos nossos dados estatísticos ao mostrar que por elles o padrão de vida do brasileiro corresponde a \$390 diários.

Trata-se, no emtanto, de um dos indices mais valiosos para aferir-se da capacidade dos povos, devendo por isso mesmo, merecer de nossa parte toda attenção.

Nas estatísticas internacionaes, mesmo nas da Liga das Nações, o Brasil raramente apparece, facto esse que não deixa de ser deprimente para nós.

Os indices economicos, por consequente, cuidadosamente elaborados, constituem auxiliares inestimaveis da administração publica.

Não negamos ao governo o direito de se preocupar com a elevação dos preços de venda das utilidades e muito especialmente dos generos de alimentação, tal como vem acontecendo desde os tempos de Justiniano em Roma.

Agora, os resultados da intervenção do Poder Publico, a não ser em casos muito justificaveis de calamidade publica, quasi sempre se mostram contraproducentes, como entre nós já tem acontecido em diversas épocas, desde quanto, em 1918, instituímos o Commissariado de Alimentação Publica com amplos poderes. Renovada essa providencia em periodos de anormalidade da vida do paiz, nunca os resultados esperados foram satisfactorios, pelos prejuizos trazidos á producção dos campos.

Infelizmente, a producção brasileira de artigos de alimentação está muito aquém de nossas necessidades e dos recursos contidos em nossas terras.

Ainda em 1935 importamos 1.052.000 de kilos desses artigos, onde entra o trigo com grande parcella do total.

Evidentemente, só o estímulo da producção, facilitando-se seu escoamento e collocação dos mercados, poderá permittir a mudança; pairando acima das tabelas e de medidas coercitivas deve estar o "lucro do produtor" e sem que isso aconteça, dar-se-á a fuga do campo e o abandono das terras, ás portas mesmo das grandes cidades.

Não pôde haver abastecimento sem producção e sem perfeita organização dos mercados consumidores.

Ensino profissional agricola, credito, garantias judicarias aos proprietarios de terras, mercados apparelhados com installações frigorificas bem distribuidos, pelos centros populosos, são condições imprescindiveis para o regular suprimento de viveres por exemplo á população da cidade do Rio de Janeiro.

A carestia de vida não pôde ser combatida sem a defesa consciante dos interesses dos productores ruraes, "interesses que podem e devem coincidir com os dos consumidores".

 **Annunciae em**  **A LAVOURA** 

Academia de Agricultura

HILARIO LEITÃO

(Director Technico da S. N. A.)

Nunca será demais proporcionar á agricultura todo o amparo que deve merecer nas diversas phases em que ella se desdobra, seja na cultura da terra e no preparo dos productos, seja no escoamento para os centros consumidores e na sua collocação nos mercados. Uma assistência continua proporcionará resultados benéficos á evolução economica do paiz, como factor preponderante e decisivo, quer nas crises mais acerbadas, quer nas phases aureas de prosperidade. E' a agricultura, de todas as actividades que objectivam o desenvolvimento da produção das riquezas, a que absorve maior somma de energias e dahi a necessidade de uma persistente collaboração visando a disseminação de conselhos e ensinamentos da sciencia agricola.

Um órgão coordenador que collaborando com o Ministerio da Agricultura e que sem solução de continuidade, possa impulsionar, sem desfallecimentos e incertezas, semelhante actividade e que de perto, faça sentir aos interessados o valor das descobertas das sciencias naturaes applicadas á exploração da terra, parece preencheria sensivel lacuna no nosso paiz. Esse órgão que seria a Academia de Agricultura, que teria por fim estudar todas as questões relativas á legislação e economia rural, examinar e apreciar todos os novos processos concernentes aos diversos ramos da agricultura; reunindo a enorme vantagem de poder congregar em seu seio os nossos melhores technicos e, dessa forma, com maior eficiencia, proporcionar uma orientação valiosa de referencia aos problemas sobre os quaes tivesse de se manifestar.

Não se trata de idéa nova, pelo contrario, a criação da Academia de Agricultura data de 1761, quando, na França foi instituida sob o reinado de Luiz XV, com o nome de Sociedade Real de Agronomia. Reorganizada em 1880, passou a denominar-se Sociedade Nacional de Agricultura, até que, em 23 de Fevereiro de 1915, foi transformada em Academia de Agricultura.

Bastante eficiente tem sido a sua existencia naquella paiz. Collaborando directamente com o Governo em todas as questões relacionadas em tudo que interessa ao progresso agricola, mantem correspondencia com todas as associações scientificas ou agricolas, nacionaes ou estrangeiras, cujos trabalhos são por ella examinados e julgados ou não em condições de serem adoptados.

Compõem-se de 72 membros titulares, sendo o Ministro da Agricultura o presidente de honra, 15 membros estrangeiros, 20 não residentes, 150 correspondentes (França, Algeria e colonias francezas) e 50 correspondentes estrangeiros.

Está constituída por duas divisões e nove secções. A primeira divisão, estuda os problemas relativos ás grandes culturas, ás culturas especiaes, á sylvicultura, á economia, á estatística e legislação agricola. A segunda divisão, á qual cabe o estudo das sciencias applicadas á agricultura, está dividida em quatro secções, que se occupam das sciencias physico-chimicas, historia natural agricola, engenharia rural e assumptos diversos.

Metade dos titulares de algumas das secções da primeira divisão são escolhidos dentre agricultores. A eleição de cada membro e de cada correspondente é feita pelos membros da Academia, que é obrigada a se reunir, pelo menos, uma vez por semana.

Entre nós, a Sociedade Nacional de Agricultura tem procurado ir de encontro á solução dos problemas que se apresentam e directamente influem no nosso meio economico. Ella tem mesmo tomado a iniciativa de promover exposições, conferencias e congressos. Ha, portanto uma semente cuja germinação depende unicamente de reconhecer o Governo os trabalhos que ella realisa e concretisa. Tal instituição, teria, provavelmente, junto aos poderes publicos uma acção decisiva, se transformada numa Academia, nos moldes da existente em França, pudesse sempre orientar e decidir os grandes problemas que estivessem na alçada de suas attri-

A indústria do cortume e as materias tanantes

Eurico Santos

A indústria de cortume, estabelecida no Brasil há mais de 40 anos, não alcançou ainda o grau de perfeição que seria para desejar e tanto assim que exportamos couros para depois os recebermos, de retorno, já beneficiados.

Entretanto, é essa uma indústria extremamente nacional, porque couros, peles e matéria tânica aqui temos em abundância.

A dificuldade maior com que sempre lutou a indústria de cortume, está na obtenção de matérias tanantes.

Numerosos são, entretanto, os vegetais apontados para o cortim, isto é, as plantas taníferas de que dispõe a nossa flora, proverbialmente rica.

Mas a experiência desses quarenta anos de indústria, a prática nossa e alheia já demonstraram que não são realmente utilizáveis com êxito, economia e perfeição técnica senão meia dúzia de espécies.

Entre essas felizmente possuímos a mais importante de todas, indiscutivelmente, que é o quebracho vermelho **Schinopsis lorentzii** e **Schinopsis balanceo** crendo ser esta última a espécie que ocorre no Brasil.

Há, entretanto, a notar que o quebracho tem sua zona de exsurgência, em terras do Brasil, em Mato Grosso e daí o importarmos da Argentina, onde existe o fabrico de extrato seco dessa planta.

A Argentina é a grande exportadora desta matéria prima para a indústria de cortume mundial e avalia-se em 34% a participação de tal produto no global da matéria tânica empregada nessa indústria.

Exportação de Quebracho da Argentina Julho de 1937

Destino	Toneladas
Alemanha	8.526
Holanda	1.316

buições, evitando, por outro lado, a descontinuidade de programas, que tanto prejudica a administração dos serviços concernentes à agricultura, sem duvida o mais importante para o país.

N. da R. — A sugestão contida no artigo do Sr. Hilario Leitão, segundo estamos informados,

U. S. A.	5.90
Inglaterra	2.37
França	1.02
Bélgica	1.54
Itália	21
Scandinavia	1.76
Polônia	2.08
Diversos	5.30

Total, mês de Julho 30.048

Total de 7 meses de exportação 154.522

O capital invertido na indústria do quebracho na Argentina está calculado em 160 milhões em moeda nacional e dá trabalho a cerca de 25.000 pessoas. A capacidade de produção é de 450.000 toneladas de extrato.

O Paraguai também fabrica extratos de quebracho, regulando 200 mil toneladas anuais.

Nós também importamos quebracho e o curioso é assinalar que existe no Paraguai uma fábrica de quebracho, que de certo tempo a essa parte vinha buscar em determinada zona de Mato-Grosso a preciosa essência florestal, sem outra finalidade que carregá-la, não sendo de extrair que boa porcentagem de extrato seco, recebido aqui de importação, proviesse do nosso próprio território.

Medidas já tomadas pelo Governo de Mato-Grosso parece que puseram um parafuso a essa irregularidade.

O Brasil importou em 1937 2.962.494 kilos de extrato de quebracho da Argentina no valor de 3.712.680\$000 e 2 kilos de Portugal, no valor de 30\$000.

A importação teve o seguinte destino:

	Kilos	Valor
Baía	24.603	34.440\$000
Rio de Janeiro	742.083	928.286\$000
Santos	1.128.138	1.410.138\$000

está mais ou menos delineada no ante-projecto de reformas por que está passando o Estatuto da Sociedade Nacional de Agricultura. Sem uma transformação da Sociedade em Academia, o objectivo é comtudo alcançado, inclusive quanto á permanência dos componentes do organ, que funcionaria como parte integrante da Sociedade, constituindo como que a sua cupola.

Antonina . . .	58.946	78:376\$000
Rio Grande . .	64.184	81:338\$000
Pelotas	98.367	132:496\$000
Porto Alegre . .	642.357	830:405\$000
Uruguaiana . .	203.818	217:200\$000
Total	2.902.496	3.712:680\$000

O Brasil, por sua vez, exporta madeira de quebraxo.

A indústria do cortume tem no quebraxo a sua principal matéria prima, já pela absoluta perfeição das peles cortidas por ele, já pelo peso que toma o cortido assim preparado. Esse aspecto é de grande importância, pois, como se sabe, o couro é negociado a peso.

O teor de tanino desta amacardiácea é elevadíssimo. Um kilo de sua madeira dá 25% de tanino.

E' preciso notar que de todas as plantas de cortim se aproveitam as cascas, mas do quebraxo se utiliza a madeira integralmente; toda ella dá matéria prima.

Diante de um produto de tamanho valor e abundancia em Mato-Grosso, foi que o industrial Cesar Bordallo, grande estudioso do assunto e espirito empreendedor resolveu fundar em Porto Murtinho, uma fabrica de extrato sêco de quebraxo. Vencendo grandes dificuldades, conseguiu, ao fim de 3 anos de trabalho, organizar um empreendimento grandioso.

A sua fabrica está em pleno funcionamento desde 30 de Junho último e já enviou a primeira remessa para S. Paulo.

Embora a capacidade de produção suba a mais de 1.000 toneladas por mês, iniciou seu trabalho com 300 toneladas, e, gradativamente, irá aumentando.

O aparelhamento que possui é perfeito, a matéria prima abundante e para a perfeição absoluta do produto, ainda está em primeira plana a qualidade e a abundancia da agua, na qual não existe nem traços de ferro.

Sómente a questão de transporte, deixa muito a desejar, mas, de qualquer forma, com êsse empreendimento se deu um passo gigantesco na nacionalização perfeita da indústria de cortume.

Essa é, por certo, a tendência de outros povos que estão procurando até conservar e desenvolver as suas plantas taníferas, para se livrarem da dependência em que ainda se acham.

Outro produto mundialmente utilizado no cortume é a casca da acacia negra "Black-wattle" dos norte-americanos (*Acacia decurrens* var. *mollissima*).

Exportação de Acacia Negra em 1937

	Casca (em libras)	Extrato
Inglaterra	3.329, 425	3.606.171
Índias	5.180, 521	140.755
Australia	180, 538	237.038
Polônia	188, 123	—
Bélgica	319, 560	428.766
França	30, 830	—
Poss. Francesas . .	33, 344	—
Alemanha	111, 620	86.576
Sudão	440, 280	963.203
Holanda	110, 056	406.394
Japão	2.454, 499	1.006.049
Estados Unidos . .	594, 660	243.417
Tcheco-Slováquia . .	285, 560	374.686
Diversos	19.042, 779	9.948.061

Dessa planta exportada do sul da África utiliza-se a casca que contém de 35 a 40% de tanino. Das cascas secas a 110° pode-se obter 48,60% de tanino segundo Pio Corrêa.

E' entre os vegetais taníferos o que mais se presta á cultura, dado o seu rápido desenvolvimento e possivelmente, para o futuro, será o grande produtor de tanino para cortim, quando as reservas naturais de quebraxo se hajam esgotado.

Na cultura do quebraxo, ninguém pode pensar, pois a arvore exige muitas dezenas de anos para se desenvolver.

Da acacia negra já existe uma cultura incipiente no Rio Grande do Sul, em S. Leopoldo. Em São Paulo ella foi grandemente distribuida pelo Estado.

Ainda muito digna de atenção como planta produtora de tanino, para os fins referidos é o barbatimão verdadeiro (*Styphnodendron barbatiman*) leguminosa muito abundante no país, desde o Pará a S. Paulo e grandemente utilizada em Minas como matéria prima para cortir.

O barbatimão dá 14 a 16% de tanino, dizem os técnicos que com ele trabalham, mas vemos na literatura um teor bem mais elevado (22% e até 28%).

E bem possível que a diferença tenha sua razão de ser em causas ainda não bem conhecidas. Pio Corrêa, por exemplo, diz que as plantas oriundas de lugares mais elevados accusam maior riqueza tânica.

Seja como for, o fato é que em Minas abastece os cortumes ali bem numerosos.

Tem uma vantagem que não deixa de ser importante, segundo informações fidedignas: pode-se retirar a casca da planta, com cuidado, sem prejudicar a arvore, que mais tarde, de novo, fornece casca.

Os sub-productos do algodão na economia nacional

Garibaldi Dantas

(Chefe da Classificação do Algodão em S. Paulo)

Antigamente, não se ligava importancia aos sub-productos do algodão. Justificava-se esse desinteresse, porque estando a principal zona productora de algodão localizada no Norte, e não sendo ali, via de regra, utilizado o caroço, em grande escala, para fins industriais, uma vez que, na região das seccas, os lavradores o conservavam para defeza e alimentação dos seus rebanhos, a exploração do "linter", da torta e do óleo, os trez mais valiosos sub-productos do caroço, apresentava valor relativamente fraco.

Mais tarde, com a expansão do algodão na zona meridional do Brasil, especialmente no Estado de S. Paulo, tomou inusitada importancia a exploração desse productos, tanto para os mercados internos, quanto para os externos. No caso dos mercados nacionaes, basta mencionar o extraordinario desenvolvimento do óleo extrahido da amendoa do algodão, o qual, em poucos annos, passou de industria de importancia secundaria para uma das mais prosperas no Estado de São Paulo. Só em S. Paulo, a industria do óleo, em suas varias formas (Óleo bruto, refinado, residuos de óleo, estearina, graxas, etc.) representa hoje movimento annual superior a 100.000 contos. No caso dos mercados externos, a torta pode ser considerada dos mais valiosos elementos de fortalecimento de nossas relações com o exterior. Por ser um artigo activamente procurado por paizes onde as condições do clima não permitem pastagens nos mezes do frio, a torta manteve nos ultimos

annos estabilidade animadora de preços, e flagrante contraste com outros sub-productos do algodão.

Hoje, pode-se adeantar que todos sub-productos do algodão despertam vivo interesse, por parte dos industriaes e commerciantes. Não temos os dados do paiz, mas de S. Paulo podem ser conhecidos com relativa facilidade.

OS SUBPRODUCTOS DE ALGODÃO EM S. PAULO

Em termos geraes, 100 kilos de algodão, em caroço, algodão tal qual sahe das plantas contém 70 kilos de caroços e 30 kilos de pluma.

De 100 kilos de caroços, podem-se aproveitar ou retirar:

a)	7 kilos em media de linte (varios cortes) ou	7
b)	13 kilos de óleo bruto ou	13
c)	41 kilos de torta ou	41
d)	12 kilos de "hull-fiber" ou ...	12
e)	20 kilos de palha ou	20
f)	7 kilos de impurezas (ciscos, etc. ou	7
100 kilos		100 %

Seguindo estas proporções, verifica-se que, tendo a safra actual de S. Paulo (1937/38) attingido 250.000.000 de pluma, teriam sido produzidos 500.000.000 de kilos de caroços.

Outra planta muito utilizada ainda é o angico do campo, (*Pitadenia macrocarpa*) que dá 11 a 13 % de tanino.

Acusam-no do defeito de escurecer muito os couros e, convem notar, que o ideal na industria são os produtos claros.

Ainda citaremos o mangue (*Rhizophora* sp.) muito abundante no litoral de norte a sul. As cascas dão 8 % de tanino, as folhas 4 % e os frutos 16 %.

Os cortumes obtidos com o mangue resentem-se especialmente da falta de peso, o que é desvantajoso para um produto que vale o que pesa.

Temos o mangrove, uma espécie de mangue, que dá em geral 18 a 20 %, ha quem affirme se possa obter até 24 %.

O mangrove tem também o defeito de escurecer as peles, na opinião de especialistas.

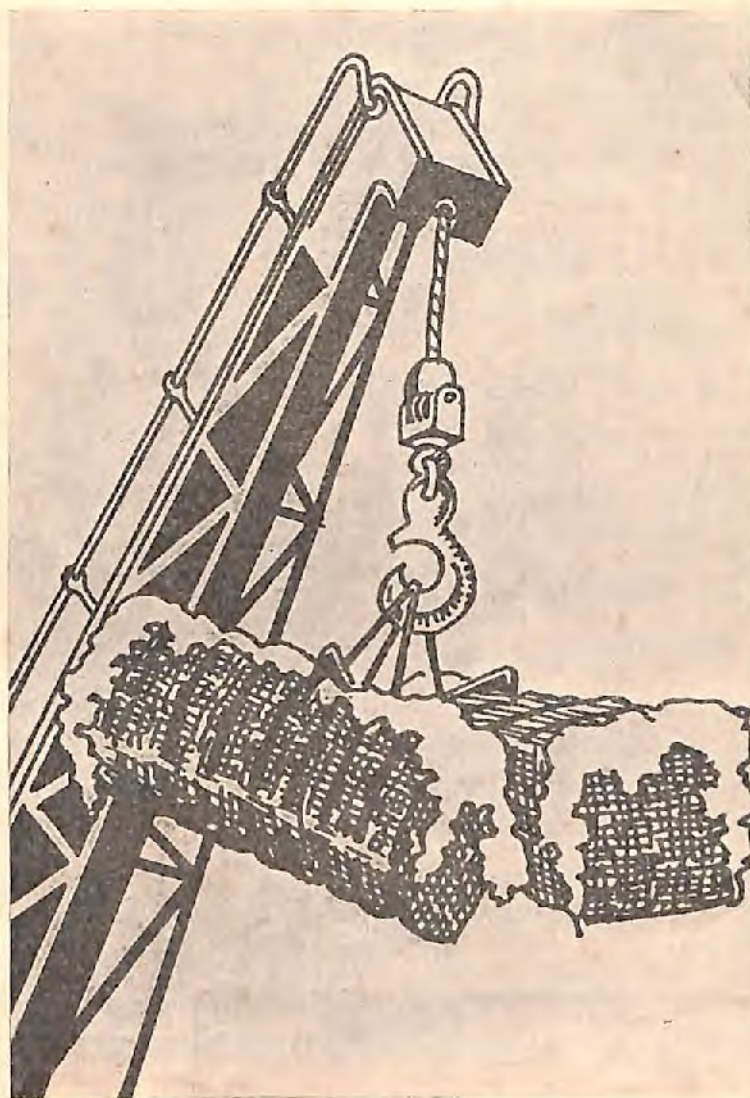
Posto que sejam citadas muitas outras plantas para cortume, as mais usuais são as já citadas. Poderíamos ainda secundariamente aludir a dezenas de outras como a burahen, jequitibá, monjolo, araçás diversos etc. usadas aqui e ali em pequenas explorações de cortume, mas sem significação commercial de importancia.

De accôrdo ainda com as porcentagens dos diversos subproductos do caroço, teriamos a seguinte distribuição teorica da safra de caroços de algodão de S. Paulo, em 1937-38 :

7 por cento de linter ou	35.000.000 de kilos
13 por cento de oleo ou	75.000.000 de kilos

O APROVEITAMENTO DO LINTER DO ALGODÃO

O "linter" do algodão é uma camada de fibras de diametro mais largo do que as comuns, porém, de comprimento mais curto, que fica nos caroços, depois da operação do beneficiamento (separação da pluma do caroço).



41 por cento de tor- "Hull-fiber" ou	60.000.000 de kilos
12 por cento de tor ou	205.000.000 de kilos
20 por cento de pa- lha ou	100.000.000 de kilos
7 por cento de im- pureza ou . . .	35.000.000 de kilos
100	500.000.000

Nos caroços das variedades cultivadas em São Paulo, a porcentagem de "linter" varia, conforme o anno e as condições do beneficiamento. Em media oscilla entre 7 a 10 por cento.

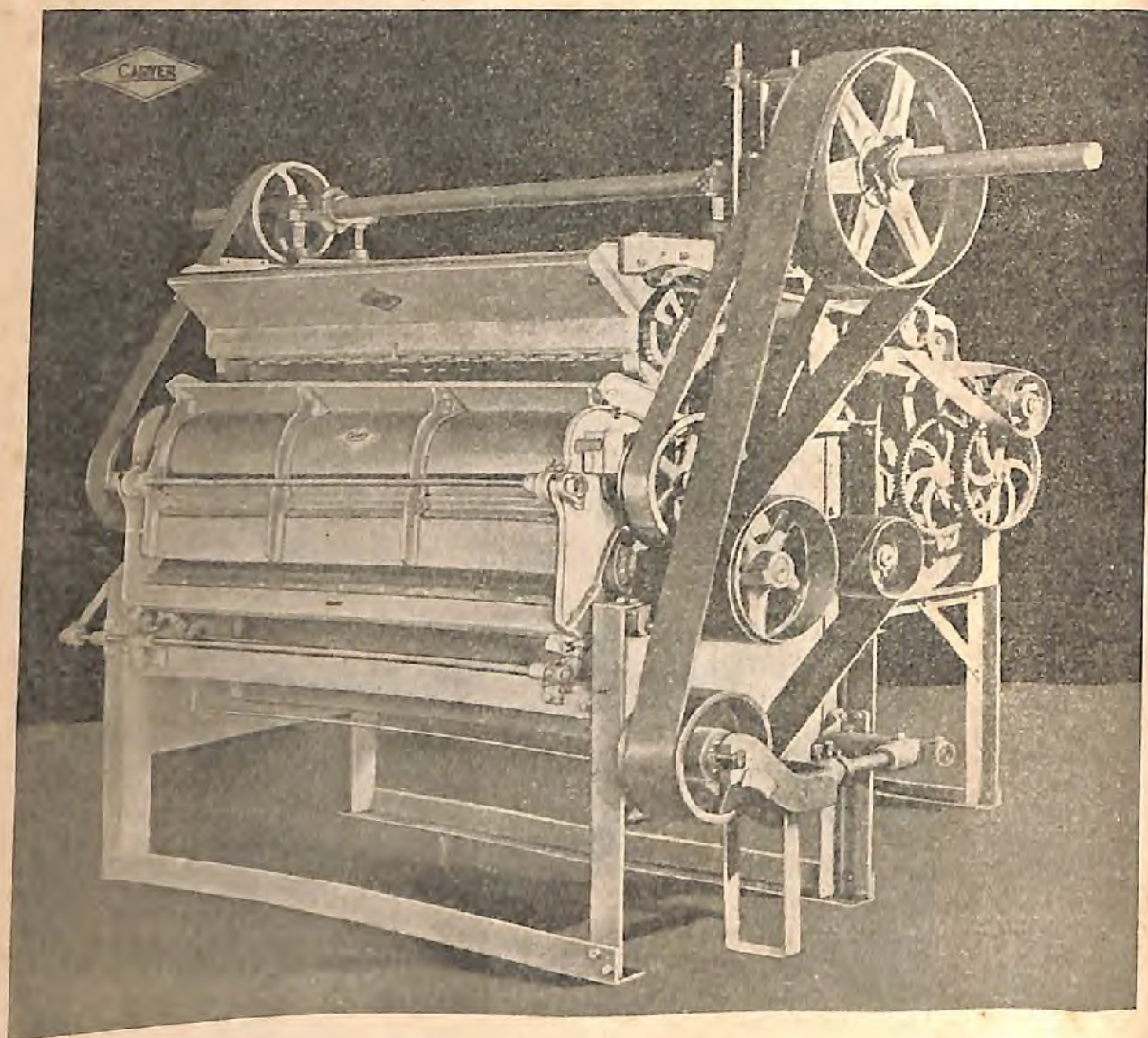
DESLINTADEIRA MODERNA

O "linter" se extrahe do caroço, por meio de uma machina especial, baseada nos

mesmos principios do descaroçador, mas cujas serras teem distancia entre ellas mais reduzida. Esta machina chama-se "deslintadeira".

Quando o caroço de algodão passa nas primeiras machinas, retiram-se os restos de fibras de algodão deixadas do beneficiamento, juntamente com alguma percentagem do "linter". Chama-se esta primeira passagem

em outra machina, ou a propria machina regulada de maneira a retirar mais linter. Desta segunda operação obtem-se "linter 2.º corte", geralmente de fibras mais curtas que as do primeiro, e de côr mais escura. nalmente, as sementes que passaram pelo e 2.º corte ainda podem ser submettidas uma terceira operação, da qual se obtem chamado "linter" de 3.º corte.



Deslintadeira moderna

"linter", de "primeiro corte". Em geral, o linter de "primeiro corte" é mais claro do que os successivos e tem "fibras mais longas". É, por conseguinte, um producto de maior valor, sendo até utilizado em malharias, favelas de colchas, e sobretudo na industria de seda artificial ou algodão polvora. Depois de retirada esta camada de fibras especiaes, as mesmas sementes são passadas

Em geral, essas trez operações de "deslintagem" offerecem as seguintes percentagens de rendimento :

1,5	por cento para linter de 1.º corte
5	por cento para linter de 2.º corte
2	por cento para linter de 3.º corte
8,5	

Nestas condições, a produção em São Paulo das trez qualidades, seria, na hypothese de uma safra de 500 milhões de kilos de caroços, a seguinte :

1,5	por cento de 1.º corte	
ou		7.500.000 kilos
5	por cento de 2.º corte	
ou		25.000.000 kilos
2	por cento de 3.º corte	
ou		10.000.000 kilos
8,5		42.500.000 kilos

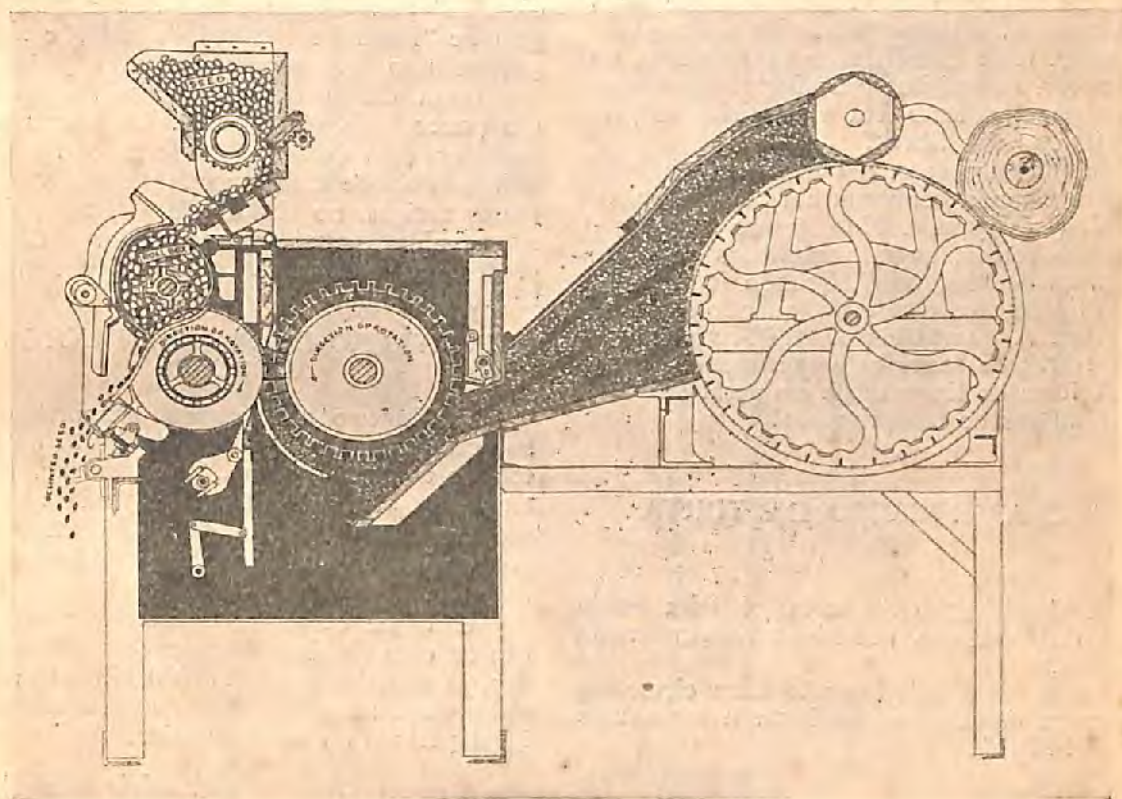
E' preciso dizer que nos annos de baixo preço de "linter" o terceiro corte é pouco empregado, havendo, por consequente, maior percentagem de 1.º e 2.º cortes.

amendoas são comprimidas, depois de aquecidas, em prensas especiaes, dellas extrahindo-se o oleo bruto, que é um liquido de côr escura. Depois da compressão,, o que fica da extracção do oleo, é a torta. E' excellente alimento para o gado, sendo importado em larga escala pelos paizes escandinavos.

Do caroço são extrahidos 41 por cento de torta. Quer isso dizer que na base da safra acima mencionada teriamos 205.000.000 de kilos de torta. A torta é exportada em saccos de juta de 60 kilos.

O APROVEITAMENTO DO OLEO

O oleo contido na torta representa 13 por cento do pezo dos caroços. Antes de ser consumido é cuidadosamente refinado, perdendo



Diversas phases da deslinteragem

Quando ha conveniencia as fabricas de oleo fabricam ainda um typo de "linter" chamado "mill-run", que é obtido pela passagem dos caroços uma só vez. Este typo contém fibras longas e curtas.

O APROVEITAMENTO DA TORTA DO ALGODÃO

Depois de extrahido o "linter" dos caroços, são elles cortados separando-se a casca da amendoa. A casca não tem emprego industrial, mas serve para combustivel, sendo utilisada nas proprias fabricas de oleo. As

não somente a côr escura, original, como sobretudo o cheiro e gosto desagradaveis. E' usado para alimentação. Quasi todo oleo produzido em São Paulo é consumido no paiz, sendo exportada apenas uma percentagem pequena. A produção actual é de 75.000.000 de kilos de oleo. Nas varias phases da refinação, produzem-se varios subproductos, taes como graxas, estearina, etc.

HULL-FIBER

Chama-se "hull-fiber" a ligeira camada de fibras curtissimas que ainda adhire á

casca dos caroços, depois de retirado todo o "linter". A extracção dessa cellulose é feita por processo diverso do "linter". E' custosa e só compensa quando a cellulose está alcançando bons preços. Na extracção da "hull-fiber" sempre vae de mistura regular porcentagem de cascas, reduzidas a pó. A apparencia do "hull-fiber", tambem chamada "fibra de cascas" é completamente diversa do "linter". Este producto não é exportado por typos, mas por analyse chimica.

A CLASSIFICAÇÃO DO LINTER

A classificação do "linter" obedece mais ou menos aos mesmos principios do algodão em pluma. Ha a classificação pelo aspecto, no qual a cor, os defeitos e as impurezas representam papel saliente. Ha a classificação pelo comprimento das fibras.

No primeiro caso, o linter pode chamar-se, como é ainda commum em São Paulo, A, B, e C, (trez typos). No segundo caso, ha o "primeiro corte", quando as fibras são mais longas, os de "segundo", quando intermedias, e finalmente, o terceiro, quando são muito curtas. A quarta classe "mill-rum" representa fibras de todos os comprimentos.

A fibra do linter mede em geral de 10 a 2 millimetros de comprimento.

A CLASSIFICAÇÃO DA TORTA

A classificação da torta é feita pelo theor de elementos nutritivos nobres nella contidos.

Os serviços federaes não teem elementos nem para fiscalisar e classificar a torta, nem o "hull-fiber".

IMPORTANCIA DOS SUBPRODUCTOS DO ALGODÃO

Para se julgar da importancia dos productos do algodão, damos abaixo o dro da distribuição, de accordo com os ços medios dos ultimos annos:

42.500.000 kilos de linter (to-	dos cortes) a 1\$000 o k. ...	42.50
205.000.000 kilos de torta a 350	réis	71.75
75.000.000 kilos de oleo a 1\$000	o kilo	75.00
Cascas, hull-fiber, etc.		10.00
		199.25

No quadro acima, tomamos valores dios. E' conveniente notar que a porcentagem de "linter" foi calculada a 8,5 e não porque não havendo neste anno produccão em larga escala de "hull-fiber", extrahendo um pouco mais de "linter". Os preços apresentados, com excepção da torta, são os baixos. Pode-se dizer, pois, que a produccão desses artigos, no Estado de S. Paulo, representa valôr annual nunca inferior a 220.000 contos, ou até mesmo, em annos melhores, 250.000 contos.

EXPORTAÇÃO DE SUB-PRODUCTOS ALGODÃO

De Janeiro a Setembro, aexportação sub-productos de algodão pelo porto de Santos, de accôrdo com o quadro annexo, já trapassou 100.000 contos. Deverá alcançar até Dezembro 140 ou 150.000 contos, pouco mais do que em igual periodo do anno anterior.

E' digna de registo sobretudo a exportação de oleo de algodão para os Estados Unidos, já superior a 18.777.000 kilos, nos nove mezes deste anno, em lugar de 13.000.000, em igual periodo do anno anterior.

(V. tabela anexa.)

CASA FLORA

SCHLICK & NOGUEIRA

Trabalhos modernos em flores para todos os fins

PLANTAS — fructiferas e ornamentaes

SEMENTES — importação directa

Ferramentas — Insecticidas — Ajardinamento

Ouvidor, 61 e Gonçalves Dias, 67 — RIO DE JANEIRO



EXPORTAÇÃO DE SUBPRODUCTOS DE ALGODÃO PELO PORTO DE SANTOS

1937

(1.º DE JANEIRO A 30 DE SETEMBRO) 1938

Torta de caroço de algodão

DESTINOS	SACOS	KILOS	VALOR	SACOS	KILOS	VALOR
Copenhague	1.113.933	67.913.072	24.776:487\$582	1.203.488	71.812.007	25.809:724\$358
Hamburgo	520.820	31.357.747	12.561:748\$047	1.002.350	60.083.049	21.553:091\$857
Antuerpia	138.183	8.257.292	3.899:954\$300	59.313	3.558.780	1.251:812\$900
Liverpool	71.128	4.267.680	1.330:013\$533	—	—	—
Gothemburgo	24.229	1.453\$460	652:874\$300	3.387	203.220	76:176\$000
Londres	13.543	812.880	308:194\$900	—	—	64:802\$500
Rotterdam	3.334	200.040	67:370\$300	3.387	208.220	—
Stockolmo	—	—	69:356\$200	3.590	215.400	80:599\$700
Oslo	—	—	—	1.667	100.000	40:845\$300
Helsingfors	—	—	—	—	—	—
Total	1.888.509	113.562.221	43.663:999\$171	2.277.182	136.175.676	48:157\$051\$616

Oleo de caroço de algodão

DESTINOS	TAMBORES	KILOS	VALOR	TAMBORES	KILOS	VALOR
Emb. a granel (New York)	—	4.088.606	6.996:490\$139	—	9.529.906	17.025:033\$800
Emb. a granel (L. Angeles)	—	1.758.107	3.226:672\$283	—	3.057.709	4.371:170\$636
Emb. a granel (Liverpool)	—	—	—	—	1.363.808	2.529:632\$205
Emb. a granel (Londres)	—	—	—	—	1.206.586	2.337:313\$756
Emb. a granel (Oakland)	—	—	—	—	1.200.000	1.761:449\$000
Emb. a granel (S. Francisco)	—	150.000	254:101\$995	—	394.586	728:220\$035
Philadelphia	9.902	2.066.786	4.583:628\$000	4.284	884.481	1.248:052\$600
Liverpool	—	—	—	2.670	558.030	656:991\$200
Hamburgo	—	—	—	1.068	223.312	311:588\$900
New York	10.843	2.261.628	5.043:193\$400	630	130.835	168:462\$455
Londres	—	—	—	588	122.983	150:538\$200
Rotterdam	—	—	—	213	44.517	50:532\$200
Los Angeles	6.941	1.444.380	3.034:552\$500	—	—	—
New Orleans	2.893	502.361	1.186:748\$000	—	—	—
Newfolk	2.751	578.210	1.136:019\$400	—	—	—
Amsterdam	111	23.352	41:650\$000	—	—	—
Consumo de fardo	—	—	—	18	1.300	2:520\$000
Total	33.441	12.968.430	25.503:055\$717	9.471	18.777.653	31.341:505\$587

Helsingfors	1.888.509	113.562.221	43.663.999\$171	2.277.182	136.175.676	48.157\$051\$615
Total						
Óleo de caroço de algodão						
DESTINOS	TAMBORES	KILOS	VALOR	TAMBORES	KILOS	VALOR
Emb. a granel (New York)	—	4.088.606	6.996.490\$139	—	9.529.906	17.025.033\$800
Emb. a granel (L. Angeles)	—	1.758.107	3.226.672\$283	—	3.057.709	4.371.170\$636
Emb. a granel (Liverpool)	—	—	—	—	1.363.808	2.529.632\$205
Emb. a granel (Londres)	—	—	—	—	1.268.586	2.337.313\$756
Emb. a granel (Oakland)	—	150.000	254.101\$995	—	1.200.000	1.761.449\$600
Emb. a granel (S. Francisco)	9.902	2.066.786	4.583.628\$000	—	394.586	728.220\$035
Philadelphia	—	—	—	—	384.481	1.248.052\$600
Liverpool	—	—	—	—	558.030	656.991\$200
Hamburgo	10.843	2.261.628	5.043.193\$400	—	223.312	311.588\$900
New York	—	—	—	—	1.068	168.402\$455
Londres	—	—	—	—	130.835	150.538\$200
Rotterdam	6.941	1.444.380	3.034.552\$500	—	44.517	60.532\$200
Los Angeles	2.893	502.361	1.186.748\$000	—	—	—
New Orleans	2.751	573.210	1.136.019\$400	—	—	—
Norfolk	111	23.352	41.650\$000	—	—	—
Amsterdam	—	—	—	—	1.300	2.520\$000
Consumo de fardo	—	—	—	18	—	—
Total	33.441	12.968.430	25.503.055\$717	9.471	18.777.653	31.341.505\$587

Linter de algodão

DESTINOS	FARDOS	KILOS	VALOR	FARDOS	KILOS	VALOR
Hamburgo	15.024	2.968.865	4.378.351\$117	39.491	7.805.792	7.272.151\$400
Liverpool	11.770	2.382.289	3.535.772\$349	3.535	696.469	761.953\$798
Havre	10.030	2.071.558	3.418.451\$800	4.855	836.148	933.951\$210
Bremen	9.377	1.888.474	3.216.074\$280	22.775	4.435.730	4.100.468\$394
New York	7.427	1.502.132	2.582.638\$351	—	—	—
Dormagen	5.886	1.046.139	1.534.003\$672	3.212	659.144	689.765\$100
Rotterdam	4.529	884.951	1.123.165\$400	1.714	371.374	315.318\$500
Genova	4.505	917.245	1.454.410\$000	2.079	405.441	238.728\$600
Marselha	2.671	525.860	945.315\$756	2.243	499.426	663.719\$400
Portland	2.502	460.419	702.930\$400	—	—	—
Londres	1.272	344.474	588.698\$129	5.740	1.141.179	1.465.746\$632
Antuérpia	1.272	255.469	449.579\$700	1.063	196.442	268.822\$500
Norfolk	828	166.101	90.561\$500	—	—	—
Amsterdam	765	123.587	201.694\$000	1.798	352.933	333.707\$500
Bordeaux	698	171.152	289.319\$192	8	1.688	1.638\$800
São Francisco	640	124.119	176.800\$978	110	20.087	22.490\$000
Vancouver	632	102.315	139.843\$600	—	—	—
Los Angeles	4492	95.458	178.239\$100	—	—	—
Gothemburgo	323	60.735	98.185\$000	188	35.518	43.239\$800
Seattle	307	60.141	115.372\$900	—	—	—
Oakland	200	44.355	74.599\$523	—	—	—
Dunkerque	178	40.110	69.057\$700	—	—	—
Stockolmo	98	18.155	25.792\$100	—	—	—
Leixões	81	15.091	28.972\$000	—	—	—
Copenhague	64	12.000	30.717\$300	—	—	—
Abo	25	5.000	8.494\$600	25	6.152	9.081\$400
Manchester	24	5.000	8.484\$800	136	27.752	55.589\$200
Total	81.720	16.301.194	25.435.531\$351	88.883	17.490.255	17.181.372\$234

Residuo de algodão

DESTINOS	FARDOS	KILOS	VALOR	FARDOS	KILOS	VALOR
Liverpool	2.492	455.717	1.188.560\$762	1.792	355.662	580.292\$200
Hamburgo	2.483	383.180	1.241.343\$700	4.043	769.871	2.002.000\$300
Anvers	993	142.495	298.289\$793	55	10.202	8.076\$900
Nova York	304	54.038	39.174\$200	276	51.448	34.540\$000
Havre	232	35.186	120.793\$964	—	—	—
Copenhague	183	33.494	93.006\$760	256	46.503	91.060\$000
Manchester	174	37.939	138.695\$613	—	—	—
Bremen	159	33.719	57.928\$400	924	167.625	490.239\$900
Baltimore	39	10.175	26.400\$000	—	—	—
New Orleans	19	5.089	14.185\$600	—	—	—
Amsterdam	9	2.214	9.502\$300	—	—	—
Leixões	—	—	—	689	126.042	197.574\$100
Londres	—	—	—	92	87.644	80.105\$700
Marselha	—	—	—	105	19.770	7.837\$000
Aarhus	—	—	—	28	5.221	11.271\$500
Total	7.087	1.195.246	3.227.881\$092	3.660	1.639.988	3.502\$997\$300

Farelo de caroço de algodão

DESTINOS	SACCOS	KILOS	VALOR	SACCOS	KILOS	VALOR
Oslo	25.026	1.491.060	572.329\$700	33.835	2.030.960	761.290\$300
Berghem	2.922	175.320	66.697\$800	3.786	227.890	86.607\$200
Trandjem	57.286	3.437.000	1.407.597\$700	3.337	203.220	76.305\$500
Skien	—	—	—	347	50.820	19.281\$300
Dramman	—	—	—	167	50.820	21.081\$800
Anvers	400	20.000	7.283\$500	947	10.020	3.946\$100
Hamburgo	400	20.000	7.283\$500	—	—	—
Total	86.034	5.143.380	2.061.192\$200	42.870	2.573.730	968.522\$200

Stearina

DESTINOS	TAMBORES	KILOS	VALOR	TAMBORES	KILOS	VALOR
S. Francisco California	682	139.810	283.466\$500	—	—	—
Philadelphia	270	35.456	117.716\$700	370	78.602	101.883\$800
Oakland	—	—	—	316	67.118	89.046\$600
New York	—	—	—	—	—	—
Total	952	195.266	401.183\$200	686	145.720	190.930\$400

VALOR TOTAL PARA O EXTERIOR

101.342:379\$336

713.46
280.281
137.782

Conselho Federal do Commercio Exterior

Sua reorganisação

Por decreto-lei, que tomou o n. 1.163, de 17 de Março do corrente ano, foi reorganizado esse órgão disciplinador da economia nacional, que tantos benefícios tem trazido ao país.

A Confederação Rural Brasileira, que dele participa desde a sua fundação, em 1934, teve mantida a sua representação, tendo, assim, a classe rural brasileira, voz ativa naquele conselho, em igualdade de condições com a indústria e o comércio.

Registrando o fato, transcrevemos, para conhecimento dos lavradores e criadores, o texto do referido ato governamental, que é o seguinte :

DECRETO-LEI N. 1.163 — DE 17
DE MARÇO DE 1939

Dispõe sobre o Conselho Federal de Comércio Exterior

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — O Conselho Federal de Comércio Exterior, criado pelo Decreto numero 24.429, de 20 de junho de 1934, é o órgão coordenador das atividades da administração pública no sentido de incentivar o comércio exterior do Brasil e, particularmente, as suas exportações.

Parágrafo único — O Conselho é subordinado diretamente ao Presidente da República e só depois de aprovadas por este as suas deliberações produzirão efeito.

Art. 2.º — Até que se instale o Conselho da Economia Nacional, compete ao Conselho Federal de Comércio Exterior desempenhar as funções de coordenação e fomento da produção nacional que, pela sua natureza especial, já não vierem sendo exercidas por outras órgãos do Governo.

Parágrafo único — Incumbe-lhe estudar a coordenação dos diferentes institutos e conselhos de produção já criados, bem como a criação de novos.

Art. 3.º — Cabe, ainda ao Conselho, como órgão informativo do Presidente da República:

a) dar parecer sobre questões internas ou externas, relacionadas com os interesses econômicos do país;

b) propor as medidas, de ordem nacional ou internacional, que lhe pareçam suscetíveis

de promover o desenvolvimento das exportações e da produção mais facilmente exportável;

c) fornecer informações colhidas por meio de inquéritos e investigações junto às repartições federais, estaduais e municipais, assim como junto às associações de classe ou organizações particulares, e pertinentes à economia nacional.

Art. 4.º — São também atribuições do Conselho :

a) pôr em contacto as associações, instituições empresas ou firmas comerciais e industriais brasileiras com as estrangeiras, fornecendo-lhes informações e diretrizes para o estabelecimento de correntes diretas de intercâmbio mercantil;

b) manter o Museu Comercial do Brasil e elaborar os projetos de participação da União e dos Estados em exposições e feiras estrangeiras, assim como os planos de propaganda internacional dos produtos brasileiros;

c) promover a publicação de um boletim de informações econômicas e do Anuário Econômico do Brasil.

Art. 5.º — O Conselho será constituído por dezesseis conselheiros, nomeados pelo Presidente da República, que será o seu presidente.

§ 1.º — Três conselheiros representarão as organizações de classe da agricultura, da indústria e do comércio, sendo cada um deles escolhido dentre três nomes apresentados, respectivamente, pela Confederação Rural do Brasil, pela Confederação Nacional da Indústria e pela Federação das Associações Comerciais do Brasil. Os restantes serão escolhidos dentre pessoas de notória competência.

§ 2.º — Os conselheiros recebem, investidura em caráter de comissão, por prazo não superior a um ano e terminando em 31 de dezembro; poderão, todavia, ser reconduzidos.

§ 3.º — Um dos conselheiros exercerá, por designação do Presidente da República, as funções de diretor geral do Conselho; os demais serão distribuídos pelas câmaras a que se refere o artigo 6.

Art. 6.º — O Conselho compor-se-á de três câmaras e de uma junta de coordenação.

Art. 7.º — Cada câmara será formada de cinco conselheiros, dentre os quais o Presidente da República designará um diretor.

Parágrafo único — As câmaras funcionarão, separadamente, uma vez por semana, submetendo à aprovação do Conselho os seus pareceres e deliberações.

Art. 8.º — A junta de coordenação será composta dos diretores das câmaras e do diretor da Secretaria.

Art. 9.º — O Conselho reunir-se-á, em sessão plenária, uma vez por semana.

Art. 10.º — Os trabalhos do Conselho pleno e das câmaras serão interrompidos durante o mês de janeiro.

Art. 11 — Compete ao diretor geral presidir as reuniões da junta de coordenação e, na ausência do Presidente da Republica, as sessões do plenário.

Parágrafo único — O diretor geral não poderá exercer outra atividade remunerada.

Art. 12 — Sempre que um assunto depender do exame de mais de uma câmara, o diretor geral designará uma comissão mixta constituída de elementos tirados das câmaras a que interessar a questão em estudo.

Art. 13 — Nenhum assunto será submetido ao plenário sem que, previamente, o tenha estudado uma das câmaras ou uma comissão mixta.

Art. 14 — Poderão, quando convocados, participar das reuniões, das câmaras, sem direito a voto, os delegados de associações, sindicatos e outras instituições, bem como qualquer funcionário publico ou especialista em questões econômicas.

Art. 15 — O Conselho, quando julgar oportuno, promoverá a realização de inquéritos que sirvam de base para a organização de planos parciais ou gerais de reconstrução da economia nacional.

§ 1.º — Para o desempenho dessa missão, a junta de coordenação organizará sub-comissões de estudos dos problemas nacionais, constituídas de técnicos e especialistas.

§ 2.º — Serão gratuitos e considerados relevantes os serviços dos membros das sub-comissões.

§ 3.º — Os planos resultantes dos estudos das sub-comissões serão submetidos ao Conselho.

Art. 16 — O diretor geral, mediante autorização do Presidente da Republica, poderá designar consultores técnicos, não remunerados, cujas atribuições serão definidas no regimento da Secretaria do Conselho.

Art. 17 — O Conselho terá uma Secretaria dividida em três secções:

- a) Secção Administrativa (S. A.);
- b) Secção de Pesquisas Econômicas (S. P.);
- c) Secção de Fomento do Comércio Exterior, compreendendo o Museu Comercial (S. F.).

§ 1.º — A Secretaria será dirigida por um diretor, escolhido e designado pelo Presidente da Republica dentre os funcionários publicos federais, e que será auxiliado por um secretário.

§ 2.º — As funções de secretário e as chefes de secção exercidas por funcionários do Conselho, designados pelo diretor geral.

Art. 18 — Compete ao diretor, entre outras funções próprias do cargo:

a) autorizar as despesas do Conselho, conformidade com o orçamento aprovado pelo diretor geral;

b) apresenta mensalmente ao diretor geral um balancete demonstrativo do estado das dotações do Conselho;

c) movimentar o pessoal da Secretaria.

Art. 19 — Os serviços da Secretaria serão executados por funcionários requisitados ou outras repartições publicas federais e pelo pessoal extranumerário admitido na forma da lei.

Parágrafo único — Aos funcionários requisitados são assegurados todos os direitos e vantagens do cargo, efetivo, inclusive a contagem de tempo para promoção.

Art. 20 — Ao pessoal em exercicio do Conselho serão concedidas as gratificações constantes da tabela anexa.

Art. 21 — O conselheiro estrangeiro do quadro dos funcionários publicos federais que for designado para Diretor Geral perceberá a gratificação anual de 60:0000\$000 (pauza) (pa. drão R.).

Art. 22 — As despesas do Conselho serão atendidas, no exercicio de 1939, pela dotação constante da verba 3 — Serviços e Encargos — 1 — Diversos Anexo 2 do orçamento expedido com o decreto-lei n. 942, de 10 de Dezembro de 1938, e, nos exercicios subsequentes, pelos créditos que lhe forem concedidos, na forma prevista no artigo 13 e parágrafos 1.º, 2.º, 3.º, do decreto-lei n. 74, de 16 de Dezembro de 1937.

Art. 23 — Este decreto-lei entrará em vigor em 1 de Abril de 1939; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de Março de 1939.
118.º Independência e 51.º da Republica.

GETULIO VARGAS

F. Negrão de Lima

A. de Souza Costa

Eurico G. Dutra

Enrique A. Guilhem

C. de Freitas Vale

Fernando Costa

João de Mendonça Lima

Gustavo Capanema

Waldemar Falcão

Tabela a que se refere o artigo 20 do Decreto-Lei n. 1.163 de 17 de Março de 1939

1) *Aos Conselheiros*, excetuados os Directores de Câmara e o Director Geral — 100\$000 por sessão ordinária de Câmara ou de plenário a que comparecerem, limitado a 800\$000 o máximo mensal da gratificação.

2) *Ao Director Geral*, quando funcionário publico federal — 1:500\$000 por mês.

3) *Aos Directores de Câmara* — 1:200\$000 por mês.

Antes da sessão, effectuou-se uma rápida reunião para a posse dos conselheiros, sob a direcção do consul João Carlos Muniz, pela manhã, no antigo Pavilhão Britannico, onde por muito tempo funcionou o Ministerio do Trabalho e que, agora, foi especialmente reformado para as suas novas funções. Depois de um relato das actividades do Conselho desde 1.º de março, o presidente declarou empossados no cargo de conselheiros os Srs. Antonio José Alves de Souza, Arthur Torres Filho, Benjamin do Monte, Carlos de Fi-



O Snr. Presidente da Republica é recebido á porta do edificio do C. F. C. E. por todos os membros do Conselho

4) *Ao Director da Secretaria* — 800\$000 por mês.

5) *Ao Secretário e Chefes de Secção* — 500\$000 por mês, a cada um".

O reinicio dos trabalhos, depois da reorganização

A 8 de Maio ultimo, realizou-se a sessão solemne da reinstalação do Conselho Federal do Commercio Exterior, sob a presidencia do Sr. Getulio Vargas, creador e animador desse importante orgam.

gueiredo, Euvaldo Lodi, Francisco Alves dos Santos Filho, Guilherme Weinscheck, Ildelfonso de Abreu Albano, José Lourdes Salgado Scarpa, Leonardo Truda, Capitão Napoleão de Alencastro Guimarães, Tenente-Coronel Sylvio Raulino de Oliveira, Thadeu Nogueira e Uldarico Cavalcanti.

A's 10 horas da manhã chegou á séde do Conselho o Presidente Getulio Vargas, acompanhado de seu ajudante de ordens, commandante Isaac Cunha.

Recebido o chefe de Estado pelos conselheiros e pelos consules João Carlos Muniz e Raul Bopp, o Presidente da Republica percorreu, em companhia dos presentes as novas

instalações daquelle órgão, informando-se do movimento da Secretaria do Conselho, e da sua volumosa correspondencia sobre os mais variados assumptos economicos e financeiros.

Na sala das sessões, o chefe do governo trocou impressões com os conselheiros sobre as funções da instituição, referindo-se e opinando sobre varios problemas que ali aguardam solução.

Teve, finalmente, inicio a sessão solenne, dando o Presidente Getulio Vargas a palavra ao consul João Carlos Muniz.

ras, uma vez que o Brasil precisa vender estrangeiro, para que possa construir o equipamento economico. Affirmou que o Conselho terá de ser um órgão vivo, aparelhado para estudar, á luz de uma documentação actualizada e do conhecimento dos mercados todas as possibilidades para augmento da exportação. Fala da produção exportavel, quanto á produção de materias primas e gêneros alimenticios, quer quanto á industrial. Mencionou que a parte estrictamente tropical do Brasil pôde ser transformada em incom



Aspecto da sessão, quando falava o Sr. Getulio Vargas

Disse o orador que o Conselho Federal do Commercio Exterior, naquelle dia, principiava uma nova etapa de sua vida, após as modificações por que passou em sua estrutura. Alludiu ao agradecimento de todos os conselheiros, pela confiança nelles depositada pelo chefe de Estado, nomeando-os para integrar tão importante órgão. Referiu-se á reforma por que passou, afim de que, limitado o seu ambito, pudesse melhor intensificar a sua actividade, como um instrumento de acção mais rapida e directa que, agindo sobre as forças vivas do paiz, e procurando melhorar, diversificar e expandir as possibilidades brasilei-

paravel reservatorio de materias primas, ao passo que a parte populosa do centro já apresenta uma estrutura industrial, cujos horizontes se alargam cada vez mais. Dispondo de quasi todas as materias primas consideradas essenciaes á industria moderna, só pela incapacidade do homem é que o Brasil deixaria de industrializar-se. Passou a estudar os preconceitos theoricos que nos condemnariam a um paiz "essencialmente agricola", para, depois, garantir que a industrialização se vem processando entre nós, forçada por acontecimentos que muitas vezes escaparam á nossa vontade, constituindo o traço mais vigoroso, a feição

mais esperançosa do Brasil de hoje. Analysou a actuação do Presidente da Republica, um dos factores maximos, declara, da revolução industrial brasileira, precipitando a obra da legislação social, sem cuja justiça não pôde haver economia estavel, e esforçando-se para implantar no paiz as industrias basicas, sem as quaes não poderá o Brasil equipar-se ade-

O DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPUBLICA

Falou, em seguida, o Presidente Getulio Vargas, que disse:

“Senhores conselheiros:

O discurso do consul João Carlos Muniz,



Dr. Arthur Torres Filho, representante da Agricultura no C. F. C. E., onde, desde 1934, vem actuando por delegação da Confederação Rural Brasileira.

quadamente nem proseguir na obra do alargamento de sua economia agricola e industrial.

E terminou assegurando que só dessa forma poderemos crear uma economia estavel, que fará a grandeza do Brasil, mas que está a exigir, para a sua construcção, o trabalho incessante das gerações brasileiras.

vosso director executivo, resumiu as bases do programma do governo.

A experiencia de cinco annos do Conselho Federal do Commercio Exterior, que tanto é o tempo de seu funcionamento, poudes mostrar-nos o que se tornava necessario á reforma levada a effeito por haver revelado as razões das suas falhas e as causas de seus exi-

tos. Estas observações serviram de base à reorganização dos serviços com a melhor distribuição dos encargos da Secretaria do Conselho, de modo a permitir a fixação de bases seguras para os estudos que tendem de proceder. De tudo resultará melhor e maior articulação e concentração dos serviços, celeridade na marcha do expediente e aconselhável redução do âmbito de estudo desse Conselho que se não deve dispersar no exame de assumptos estranhos ao seu principal objectivo.

A atenção dos conselheiros deve ser reclamada para todos os phenomenos que interestem á produção, ao commercio, á industria, ás tarifas, ás communicações e ao transporte. Por que? Porque todos estes factos estão directamente ligados á nossa exportação que deve constituir a preocupação precípua de vossa actividade.

Precisamos transformar o Conselho em um organismo vivo e actuante para que se integre na sua alta finalidade que é a de estímulo da nossa capacidade de exportação, factor primordial da riqueza nacional.

O Brasil vive e precisa da exportação e deve, portanto, augmental-a. Na pauta das estatísticas mais recentes, vemos enumerados quarenta productos principaes da nossa exportação, indicando, assim, grande variedade. Desses quarenta productos, porém, apenas

seis representam valor superior a réis. 100.000:000\$000. Todos os demais registram cifras inferiores. Apresenta-se, assim, uma grande margem para o augmento da exportação.

Não nos podemos conformar, como bem disse o vosso director executivo, com sermos apenas um paiz exportador de materias primas, porquanto essa condição é propria, de paizes semi-coloniaes. Temos que tratar das nossas industrias de transformação, da exportação de productos manufacturados e da sua colocação nos mercados externos. Temos que rever os accordos commerciaes com outros paizes e estudal-os de maneira a adaptar nosso commercio ás suas exigencias, ás suas peculiaridades e aos rumos seguidos pela sua economia. Não nos devemos vincular a doutrina uniforme, mas nos adaptarmos ás condições e ás necessidades de cada paiz no plano das relações commerciaes.

Estão aqui reunidos cidadãos prestantes, idoneos pela sua competencia e pelas suas qualidades moraes. Fostes convocados para este serviço. O que espero de vós é o que Brasil espera de todos os seus filhos: esforço e dedicação daquelles que estão ao seu serviço.

Está installado o Conselho Federal de Commercio Exterior e encerrada a sessão".

No Instituto Agronomico de Campinas



Campo de Cooperação de «Centeio» em Araras

O Estado do Espirito Santo e o aproveitamento da mandioca na panificação

Do Dr. Telles de Menezes, da Secretaria de Agricultura do Estado do Espirito Santo, recebeu a Sociedade Nacional de Agricultura a seguinte interessante informação:

"Só hoje é que me foi dado obier as amostras de raspa e fecula de mandioca que lhe prometti enviar.

Provêm da usina que a Secretaria da Agricultura installou em Cariacica, com maquinismos adquiridos da firma Arthur Vianna & C.^a, de São Paulo, as quaes têm a capacidade de producção diaria de 30 saccos, o sufficiente para o local, que não é dos maiores productores da raiz.

Sinto que não tenhamos ainda feito analyses que esclarecessem. oPr isso lhe remetto toda quantidade recebida, affim de que, sendo necessario, faça-se ahi a analyse.

O Espirito santo é, e já o era por occasião de sua estadia aqui, um grande produtor de mandioca, que no norte de seu territorio e em alguns logares constitue a base da alimentação das respectivas populações.

A cultura, todavia, não tem sahido de planos mais ou menos limitados, porque industrialmente não se a emprega além da farinha, que por ser de pequeno preço, não incentiva a cultura.

A exportação eu outros tempos foi grande. Hoje tem se mantido sem grande expressão.

Entretanto, com o advento do pão mixto terá o Estado que voltar para essa cultura a sua attenção. E tanto assim é, que o Interventor já tem em seu poder, por elle mesmo determinado, um decreto-lei que cria uma rede de 10 usinas de raspas em varias localidades, estabelecendo duas choeiros do Itapemirim, para a fabricação centraes, uma em Victoria e outra em Cadiacica.

Umas e outras serão entregues a cooperativas mixtas, mediante venda, amortizada por uma taxa de \$010 réis por klo in-natura entregue á usina, pelos associados.

Com essa providencia, que será acompanhada de uma larga propaganda, de folhetos e cartazes, a intensificação da cultura por certo que se verificará rapidamente, pois notamos em Cariacica um

grande expansão de áreas cultivadas, apenas devido á usina alli montada, que assegura ao productor o consumo do producto.

Estou informado de que o Interventor communicará ao Presidente da Republica a medida que vae tomar, agradecendo na occasião os grandes beneficios do decreto-lei n.º 26, ficando assim cumprido o seu desejo, muito justo, manifestado em minha visita a si.

Mas o senhor é tambem um dos credores da gratidão do paiz, pelo denomo com que se bateu pelo pão mixto.

Na verdade, fórma-se uma corrente até certo ponto derrotista, affirmando que não possuímos fecula para cumprir o decreto. E', em parte procurando desmetnir este receio, que estou fazendo um estudo sobre as possibilidades do Espirito Santo, quanto ao fornecimento della.

Por isto mesmo, caso o senhor acredite que o Ministerio venha a cooperar com os Estados productores, no fomento da cultura, por meio de uma acção tecnica e financeira, estou certo de que o Espirito Santo empregará toda sua boa vontade no sentido de auxillar a campanha que fôr feita.

Estou certo de que a campanha pelo pão brasileiro nelle encontrará um bom collaborador.

Tanto isto é certo, que o decreto em poder do Interventor cogita da construcção de um moinho de trigo em Victoria, onde possa se fazer a mistura com a fecula, segundo o disposto pelo referido decreto 26, e o fazendo, o faz de modo a assegurar á população um pão mais barato, com economia dos fretes de retorno que a medida realiza.

Caso o senhor ache provavel uma subvenção federal, por intermedio da indicação do Conselho a que pertence, eu do Ministerio, a quem poderiaoms pedil-a, peço que particularmente ons avise, podendo fallar com o Dr. Lindemberg, que ahi está, para tomarmos as nossas providencias.

Ainda não tenho dados sobre o custo de um moinho de trigo, apenas sabendo que firmas ha, que os possuem e exploram com capital até de 200 contos.

Para o senhor tem uma idéa da nossa importação de trigo, vale informar os seguintes numeros: em 1936 importámos 5.864.810 kilos, no valor de 6.347:474\$000, o que, como se vê, é pouco, pois a estatística apanhou tanto as entradas por mar como por terra.

A capacidade do moinho, portanto, e seus silos, que creio ser o mais caro, deve andar ao redór de sete milhões de kilos, annuaes, prevendo-se um edificio que permita um futuro desdobramento das machinas para o dobro, pois estou certo que um barateamento no preço do pão augmentará grandemente o seu consumo.

Não tenho ainda dados certos sobre a produção de mandioca no Estado. Quanto á sua exportação, posso lhe dar alguns numeros: em 1936 exportámos 4.063.454 kilos, no valor de 1.902:129\$000.

No 1.^o semestre do corrente anno, as cifras foram grandes: 4.280.415 kilos, com um valor de 2.145:542\$000.

Os numeros referidos são quanto á farinha, pois não figuram nas nossas pautas a exportação de raspa ou fecula; apenas uma pequena quantidade de tapioca.

O commercio tem sido um dos responsáveis por esse baixo nivel da exportação, porque vende carissimo, no interior, ao productor, e paga mal o producto que delles compra. Deante de um standard inferior de vida, a energia se reduz.

O cooperativismo, que seria a solução pratica, está ingado de difficuldades. Os produtores não o adoptam, como systema normal de sua organização, porque via de regra, não estão aparelhados, de conhecimentos, para isso.

Se o Estado, inde de encontro aos interesses dos mesmos, quer conformal-os em cooperativas, tambem administradas por si, num espirito que é de cooperação, a legislação o embaraça, como aconteceu com o Instituto que iam fundar.

Mas, felizmente, o senhor está na comissão elaboradora da nova lei. Estou certo que tanto de si como de seus companheiros sahirá uma reforma que satisfaga o interior do Brasil, porque ahí é que elle é necessario, porque ahí, sim, é que os productores estão escravizados á pobreza, fonte de tantos males que se refletem na economia nacional.

As capitaes, centros urbanos, carecem menos de cooperativismo, porque a propria concurrencia commercial actua dentro de um campo maior de offerta e procura; essa lei nellas intervém na formação dos preços commerciaes. Mas, no interior, não. Não ha concurrencia. O productor é abatido sem meios de defesa.

Se o senhor me permittisse lhe pedir alguma coisa, pederia que tivesse em especial consideração as cooperativas mixtas, de typo rural, dispensando-lhes certas vantagens, como descontos nos fretes ferroviarios e maritimos, das emprezas governamentais ou subvencionadas pelos governos, além das isenções, e da permittência de fazerem todas as operações bancarias constantes da lei, sob certas e determinadas regras.

Extendi-me demais, rogo que releve, como que releve tambem o pedido que faço para as cooperativas rurais, pois elle se apoia na propria obra especifica que ao cooperativismo cumpre exercer no interior do paiz.

PROPONHA um seu amigo, lavrador ou criador, para socio da Sociedade Nacional de Agricultura
Utilize a formula destacavel, appensa a este numero.



A ECONOMIA DE GOIAZ

Camara Filho

A exportação do Estado de Goiaz, no ultimo quinquenio e primeiro semestre de 1938, de produtos pecuarios, exceto bovinos e vacuns (1.047.770 cabeças) — foi o seguinte:

Suinos cevados	39.506 cabeças
Suinos magros, inclusive leitões	23.035 cabeças
Cavalos, éguas, potros, burros	3.376 cabeças
Caprinos e lanígeros . . .	1.524 cabeças

Em igual periodo verificou-se a saída de 76.305 quilos de aves e ovos, em sua quasi totalidade levada a efeito pela Estrada de Ferro Goiaz.

Essa exportação não atinge a cifras muito maiores em consequencia da dificuldade e impropriedade de transportes. Tais produtos só podem escoar por via ferrea. Daí o constrangimento da produção em outras zonas do Estado.

Certos ramos da pecuaria em Goiaz são de desenvolvimento e retração flutuantes. Essa oscilação explica-se pela procura e valorização do produto ou por suas baixas. Tal rização do produto com a criação e exportação porcina. Nos anos em que a banha cresce de valor a exportação aumenta consideravelmente de volume.

Descriminando por anos a exportação de suinos cevados e magros do total acima, chegamos a este quadro:

	1933	1934	1935
Cevados	3.081	11.393	13.476
Magros	378	337	4.267
Total	3.459	11.730	17.743
1936	1937	1938	Totais
4.005	4.778	2.773	39.506
7.562	8.073	2.418	23.035
11.567	12.851	5.191	62.541

Essas 39.560 cabeças de suinos cevados representam 5.333.310 quilos de toucinho e banha, que somados a 342.738 quilos de toucinho e 74.030 quilos de banha, exportados em fardos e latas no mesmo periodo de tempo, perfazem um total de 5.750.078 quilos.

Em 1935, foi que a exportação desses produtos e sub-produtos atingiu a maior cifras: — 13.476 cabeças de suinos cevados (1.819.260 quilos de toucinho e banha vivos), 100.696 quilos de toucinho em fardo e 19.453 quilos de banha em latas, num total de 1.936.409 quilos. Em 1937 essa exportação caiu sensivelmente: 4.778 cabeças de suinos cevados (645.030 quilos de toucinho e banha vivos), 46.926 quilos de toucinho em fardo e 84750 quilos de banha em latas, num total de 700.706 quilos. Em 1938, ao que parece, não haverá aumento notavel nestas cifras. No primeiro semestral deste ano saíram de Goiaz 2.773 cabeças de suinos cevados (374.155 quilos vivos), 6.443 quilos de toucinho em fardos e 12.956 quilos de banha, num total de 393.554 quilos.

Curso rapido de Sericicultura

Attendendo á oportunidade e aos pedidos de numerosos interessados, a Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura, com o apoio do Ministro da Agricultura, atravez do auxilio direto da Estação de Sericicultura de Barbacena, organizou na Escola de Horticultura Wenceslau Bello um curso rapido de Sericicultura, cujo programma é o seguinte:

A — Generalidades de Sericicultura

- 1 — o que é a sericicultura — vantagens — possibilidades do Brasil.
- 2 — biologia rapida do bicho da seda.

B — Cultura da Amoreira

- 1 — terreno e clima — multiplicação — sistemas de cultura o sistema ideal.

- 2 — cultivo e aproveitamento — pragas e doenças — utilizações.

C — Criação do Bicho da Seda

- 1 — locais — utensilios — mão de obra — inicio.
- 2 — governo da criação — colheita e aproveitamento dos casulos.
- 3 — doenças do bicho da seda.

No Curso, que se acha a cargo do Dr. Mario Vilhena, Technico daquella Estação, ministrado em 12 aulas, acham-se matriculados cerca de 60 alunos, entre agricultores, operarios ruraes, militares, professores e outros representantes das mais diversas classes.

1.600.964 sacas de café exportadas em Maio

Continuam os excelentes e benéficos resultados da política iniciada em Novembro de 1937 — Batidos todos os "records" das exportações em Maio — E' necessario não alterar os rumos que vêm sendo seguidos

Durante o mês de Maio findo, a exportação de café pelos diferentes portos atingiu 1.600.934 sacas, batendo todos os "records" conhecidos.

Essa exportação, discriminadamente, foi de 1.936.983 sacas por Santos; 325.578 pelo Rio; 88.946 por Vitoria; 57.385 por Angra dos Reis; 55.560 por Paranaguá; 26.773 pela Baía e 9.728 pelo Recife.

Durante o mês findo, as "declarações de venda" para o exterior atingiram, por seu lado, a dois milhões de sacas, em numeros redondos, o que significa que os negocios continuam a se desenvolver em condições muito satisfatorias. Os compradores, sobretudo os americanos, estão muito interessados nas compras do café brasileiro, o que garante futuras exportações muito altas.

Para melhor se compreender a importancia dos algarismos acima, bastará confrontar a exportação dos ultimos dez anos, em Maio, com a exportação de Maio ultimo. Foi a seguinte:

Maio de 1929	980.000 sacas
" " 1930	1.074.000 "
" " 1931	1.418.000 "
" " 1932	1.225.000 "
" " 1933	1.210.000 "
" " 1934	871.000 "
" " 1935	1.296.000 "
" " 1936	1.259.000 "
" " 1937	916.000 "
" " 1938	1.391.000 "
" " 1939	1.600.964 "

Como se vê, o aumento das nossas vendas excedeu em Maio ultimo, em numeros redondos, de 500.000 sacas sobre igual mês de 1937 e de 400.000 sobre Maio de 1938.

A exportação de café brasileiro na safra a terminar no fim deste mês deverá atingir 17 milhões de sacas, ou sejam em média, mais tres milhões e meio do que exportamos

nas ultimas duas safras e mais quatro milhões do que era previsto para a safra de 1937/38.

Este aumento de vendas do nosso principal produto agricola provém da politica iniciada pelo governo em Novembro de 1937 quando os fatos demonstraram que o Brasil tinha apenas que fazer a "sua" politica, completamente independente da dos demais países produtores. Estes se vinham aproveitando da nossa boa vontade, porém, sem jamais disporer a cooperar com boa fé nos acordos que sugeriam e assinavam. O Brasil encarou a situação então existente com a maior firmeza e a mais completa decisão. Caíram os preços do café em todos os mercados, mas o café brasileiro reconquistou a sua posição e pudemos vender, nos ultimos dezoito meses, mais sete milhões de sacas do que vinhamos habitualmente colocando nos mercados de consumo.

Essa politica independente, que traçou com inteligencia o Ministro Souza Costa e o Sr. Jayme Guedes, á frente do Departamento Nacional do Café, vem executando com maior energia e largo descortino, está dando como é natural, os mais benéficos resultados quer para a lavoura, quer para a economia nacional em seu conjunto.

O equilibrio entre a produção e a exportação vem sendo obtido sem maiores sacrificios; a queima se reduziu de volume de mês para mês; o preço no interior tem sido sustentado, sem artificios, em nivel compensador; as safras se escoam com maior regularidade; o café brasileiro reconquista os mercados e ganha novos, sendo evidente o crescente interesse que por ele manifesta o consumidor, pois a propaganda que o D. N. C. vem fazendo, em varios países, está dando ottimos resultados e tem demonstrado que o produto brasileiro atende ás mais exigentes condições de paladar e aroma para ser usado sem misturas.

Tudo aconselha, portanto, a continuação firme dessa orientação no que se refere á politica caféeira. A regularidade com que se fazem os negocios e a confiança já estabelecida entre produtores, exportadores e compradores — pois, felizmente e de novo, ha confiança

na ação do D. N. C. a que não se façam modificações na atual política do café. Os rumos foram traçados e os fatos demonstram que eles estão certos e atendem aos interesses nacionais. E' necessario que eles não se alterem e que todos os "planos" novos sejam postos de lado; pois eles sómente viriam perturbar o ritmo dos negocios, que

nova, que, dentro de um mês começará a safra aos mercados, precisa ser colocada pela lavou-ra a preços compensadores. Qualquer modifica-ção no que vem fazendo o Departamento perturbará os mercados, prejudicando os pro-dutores. E isso precisa ser evitado por todas as fórmulas.

No Instituto Agronomico de Campinas



Ensaio de Variedades

ABELHAS

De diversas raças em nucleos, RAINHAS SELECIONADAS: italianas e carniolas (de Agosto em diante). Colmeias: Langstrath (n. americana) Emilio Schenk (nacional) Dadant-Blatt (typo verticaes) Layens e Ucrâniana (typos horizontaes) Cêra moldada e cilindrada. Centrifugas. Fumigadores e outros apetrechos de Apicultura

MEL CENTRIFUGADO «LARANJEIRA», typo exportação

MONTAGEM DE APIARIOS — Offerece: Michael Perelmiter, tecnico apicultor (instructor no Ministerio da Agricultura em 1932) — 33, Rua Pedro Americo n. 84, Rio — Tel. 42-0372

A MANDIOCA

José de Castro Rangel

De São Paulo me mandaram colaborar junto ao comercio nacional de farinha, orgão criado pelo decreto n. 2.307 de 3 de Fevereiro de 1938, expedido para execução do decreto-lei n. 2, de 30 de Novembro de 1937.

Aqui me acho, pois, no cumprimento de um mandato que procurarei desempenhar na medida de minhas forças e de meus modestos conhecimentos. Representante dos produtores de mandioca organizados em cooperativas, tudo farei para que se torne uma realidade o que de ha muito vem sendo entre nós uma promissora possibilidade, isto é, a criação de uma grande riqueza dentro do nosso País com o aproveitamento de produtos da terra, como esse da farinha panificável da mandioca. Substituindo essa farinha, ainda, que em parte, a farinha de trigo de procedência estrangeira, trará isso incontestavelmente uma grande economia ao País e ao mesmo tempo o aproveitamento de grandes areas de terra hoje incultas pelo esgotamento que sofreram com outras culturas. Com isso valorizam-se essas terras e aumenta a riqueza nacional, criando uma situação de bem estar geral. Deixo de falar da possibilidade de outras féculas ou farinhas apropriadas á confecção do pão mixto, por ter a mandioca sobre os outros produtos feculentos inumeras e incontestáveis vantagens, sobejamente provadas por eminentes cientistas, tanto nacionais como estrangeiros, cujos estudos datam de longa data e que julgo do conhecimento de todos os que se interessam por esse palpitante assunto.

Em primeiro lugar a mandioca não é regionalista; é produzida de norte a sul do Brasil com facilidade e abundancia. Portanto, desde que tenha a sua industrialização e o seu comercio organizados, todos os brasileiros podem se dedicar á sua cultura, porque, dando lucro, todos irão cultivá-la pela justa aspiração que todos nós temos de riqueza e de bem estar.

Estou convencido de que se nos organizarmos inteligentemente, criaremos, com a mandioca, uma grande riqueza para o Brasil, que muito concorrerá para seu soerguimento economico. Basta pensar que, sómente com o consumo interno de cerca de seis milhões de sacos, teremos, ao preços atual da farinha de trigo, impedido a evasão de nosso ouro em cerca de 300 mil contos de réis por ano, que é a quanto monta essa quantidade

de trigo que deixará de ser importado quando atingirmos o maximo da mistura permitida em lei.

Mas o mundo tem fome de amido e, por isso, a exportação da farinha panificável será, por certo, muito maior que o consumo interno. E daí poderemos ter uma perspectiva do vulto da riqueza que se nos depara e que não podemos deixar que se esvaeça, quando todas as condições nos são favoráveis.

Para confirmar o que estou dizendo aqui tenho um telegrama duma firma da America do Norte, fazendo uma proposta firme de 1 e 3/4 por libra e também uma carta dos Srs. Berkaut & Cia., firma da qual faz parte o Sr. Consul da Holanda em São Paulo, que confirma a possibilidade de grandes negocios de farinha de mandioca para toda a Europa.

Portanto, não tenhamos duvida do exito da nossa empreza e da facil e pronta colocação do nosso produto, que terá aceitação certa, assim que exista quantidade.

Por enquanto, estamos numa situação de impasse: não vendemos porque não temos quantidade, e não produzimos em quantidade com receio de não a vendermos.

Um ponto muito importante e que é preciso que se esclareça, é que os consumidores europeus e norte-americanos não compram pequenas partidas; desejam negociar com firmas que estejam em condições de fornecer quantidade sem interrupção, com tipos padronizados, marcas, etc.

E' também fator preponderante para que os negocios se façam normalmente, que a firma vendedora apresente idoneidade e ofereça todas as garantias. Preenchidos esses requisitos, os negocios se processam normalmente para se firmar a confiança mutua.

Para que se organize mais esta grande riqueza em moldes racionais de produção e industrialização, venho eu me batendo de alguns anos a esta parte, e apesar das inumeras dificuldades que tenho encontrado, em São Paulo, com a ajuda dos poderes constituídos já temos alguma coisa feita, isto é, uma seção de moagem importada da Alemanha, a qual, instalada na capital, está em condições de receber dos seus associados organizados em cooperativas as raspas de mandioca destinadas á transformação em farinha panificável. Com isso resolvemos o problema da quantidade, bem como o da qualidade, fator

este também da maior importância para que essa farinha bem aceita pelo consumidor, afim de que possa implantar-se definitivamente entre nós o pão mixto.

Não podemos pensar que o decreto-lei baixado pelo Sr. Presidente da Republica seja o suficiente para um consumo certo do nosso produto, porque precisamos nos convencer de que, si o produto apresentado por nós não fôr da melhor qualidade, não haverá força de lei que possa obrigar o cidadão a ingerir um alimento que lhe seja prejudicial á saúde, ou mesmo de aspeto e gosto desagradáveis.

Portanto, se não tivermos capacidade para organizarmos uma produção que se imponha pela qualidade, temos que vêr desaparecer como uma miragem mais esta possibilidade que passará como um grande sonho daqueles que almejam a grandeza da Patria.

Não será com maquinas antiquadas espalhadas pelo interior do País que o produtor, sem conhecimentos tecnicos e, na maioria, sem as condições necessarias de higiene, cada um produzindo um tipo diferente de farinha de diversidades higrometricas, aspeto e gosto diferentes, que nós iremos firmar o consumo do pão mixto e captar a confiança e o bom acolhimento por parte do consumidor.

Não nos iludamos de que si o povo brasileiro, pela ausencia dos requisitos apontados para a farinha de mandioca panificavel, não aceitar o pão mixto, o Sr. Presidente da Republica, bemquisto por todos os brasileiros, não irá crear uma situação de antipatia á sua pessoa e ao seu governo, e até mesmo uma revolução, como a da vacina obrigatória, para que se implante entre nós o consumo do pão mixto.

Portanto, mais uma vez é preciso que fique bem esclarecido que, ou nós nos organizamos em condições de produzir a melhor farinha, creando assim um mercado permanente para o nosso produto, ou não organizamos nada de pratico, produzindo um produto que, pela sua diversidade, não poderá ser bem aceito, e o pão mixto passará a ser uma historia das muitas que se contam por aí, mas que nós, por incapacidade, não chegamos a tornar uma realidade.

O que estamos fazendo em São Paulo é apenas um esboço do que possa vir a ser essa riqueza que devemos a todo o transe incrementar como uma das maiores para o nosso querido Brasil.

Com a lei votada pela exinta Camara Legislativa de E. de São Paulo, lei que tomou o n.º 2.807 de 4 de Janeiro de 1937, o governo daquele Estado ficou autorizado a emprestar até 1.800 contos de réis ás sociedades organizadas em cooperativas na produção de farinha panificavel. As condições estabelecidas para esse emprestimo foram de

acôrdo com um plano por mim delineado e diversas vezes discutido com o Sr. Dr. Piza Sobrinho, então secretário da Agricultura.

Disse e repito, o que estamos fazendo em S. Paulo é apenas um começo, porque S. Paulo moeu, em 1937, mais de 400.000 toneladas de trigo em grão das 945.000 toneladas importadas pelo Brasil.

Logo, para chegarmos a produzir um maximo de 30% de farinha panificavel para a mistura, ou sejam cerca de 100 mil toneladas dessa farinha, precisaríamos de uma moagem muito maior do que a que possuímos, pois a nossa moagem pôde produzir 20 toneladas de farinha panificavel por dia de 10 horas de trabalho. Trabalhando dia e noite, poderá produzir 40 toneladas que, multiplicadas por 30 dias de 20 horas, nos dão um total de 12.000 toneladas por ano.

Portanto, para chegarmos a produzir 30% de farinha panificavel só para os moageiros de S. Paulo, vamos precisar de aumentar a nossa instalação de moagem de cerca de nove vezes mais, isso trabalhando dia e noite. Si quizermos trabalhar sómente durante o dia, ou sejam, 10 horas, teremos que aumentar a nossa industria 18 vezes mais.

Na minha ultima estadia aqui, tive o prazer de falar com S. Ex., o nosso grande Ministro da Agricultura, Sr. Dr. Fernando Costa, bem como com o ilustre Dr. Gastão de Faria, M. D. Diretor do Fomento da Produção Vegetal, para que fosse centralizada uma grande moagem na capital do País, e nos moldes cooperativistas fosse feita a Corporação dos Produtores de Mandioca, para receber nessa moagem central a produção de raspas de mandioca das federações organizadas nos Estados, e ligadas á Corporação Central para a industrialização comum e transformação das raspas de mandioca em farinha panificavel, conseguindo-se assim uniformidade do produto.

Com isso, estou certo, resolve o Governo Federal um problema de outra natureza como o do povoamento do solo e o do aproveitamento de grandes areas de terras abandonadas como improdutivas, valorisando-as, para crear riqueza na movimentação de capitais e de valores dentro do nosso País.

Devemos plantar de tudo, mas me parece mais acertado plantarmos aquilo que a terra nos dá com mais facilidade, e sobretudo que seja economico, dando immediata compensação do capital e do trabalho invertidos, como neste caso da mandioca que, tendo organizada a sua parte industrial e comercial em moldes racionais, constituir-se-á uma das maiores riquezas da nossa Patria.

Si S. Paulo poude dispender a importancia de 1.800 contos para que os seus filhos organizassem a produção de farinha panificavel, com muito mais razão o governo cen-

tral pôde e deve ajudar todos os brasileiros de boa vontade para organizarem mais esta grande riqueza do País.

Uma moagem central instalada na capital da Republica justifica-se plenamente, porque aqui estão instalados os grandes moinhos de trigo que, recebendo a farinha panificável para a mistura em cumprimento á lei, dariam pronto e imediato consumo de toda a produção.

Aos que pensam que uma organização nesses moldes não seria economica porque o produto ficaria sobrecarregado de frêtes, carretos, etc., direi que, si o trigo que nos vem de muito mais longe, onerado, portanto, com maiores frêtes e despesas alfandegarias, vive e prospera, distribuindo boas comissões, com muito mais razão deve viver e prosperar um produto nosso, hoje amparado por lei, com uma redução de 20% nos fretes e isento de imposto alfandegario.

Nós, muitas vezes, não prosperamos porque temos a mania vesga de vêr as cousas. Para economisar 1\$000, perdemos 10\$000.

Neste caso da mandioca perderemos milhares de contos si não chegarmos a fazer uma organização que desde logo inspire confiança. Sómente sabendo que existe uma industria organizada, bem como o comercio para o produto, é que os agricultores de mandioca se dedicarão com afinco á plantação dessa euforbiacea.

Mas a plantação intensiva da mandioca não se faz sómente com boa vontade. E' necessario financiamento, e isso sem demora, para que não venha o desanimo, que já vae se apoderando dos agricultores pela demora nas providencias necessarias.

Somos produtores de café ha 300 anos e só á 10 anos a esta parte ficamos sabendo que vende mais quem produz o melhor café.

Cada vez que procuramos exportar alguns dos nossos produtos, ficamos logo em situação de inferioridade com os nossos concorrentes. Haja vista o milho, que os seus consumidores estão nos comprando por necessidade, mas que deixarão de comprar-nos logo que possam adquiri-lo de outra procedencia, porque não temos o cuidado de selecionar o nosso produto, que exportamos de mistura com sementes de mamona, o que deu motivos á sérias reclamações por parte dos consumidores, e até a suspensão dos negocios, conforme afirmou o Sr. Wolf, gerente da firma exportadora Forex Ltda., com sede em São Paulo. Disse ele, na Sociedade Rural Brasileira, que as vacas alimentadas com milho do Brasil sentiram-se mal e tiveram dôr de barriga, porque o milho estava misturado com mamona. E assim é tudo. Temos perdido muitas oportunidades de crear grandes mercados com os nossos produtos, por falta de organização.

Sem uma moagem central não chegaremos ao resultado que todos nós desejamos, porque precisamos considerar que os moageiros, na sua maioria, si não são contra a farinha panificável, pelo menos esse assunto não lhes interessa. Não irão, portanto, elles procurar incentivar a produção de sucedaneos da farinha de trigo si se acharem satisfeitos como estão. Ao governo, pois, é que cabe completar os atos já praticados com o decreto-lei n. 2 de 30 de novembro de 1937 regulado pelo decreto n. 2.307 de 3 de fevereiro de 1938, dando braço forte e auxilio immediato aos agricultores, para que possam adquirir as maquinas secadoras e demais instalações complementares indispensaveis na fabricação das raspas que são a matéria prima para a usina central de moagem.

Li algures uma entrevista dada pelo Sr. Ministro da Agricultura que S. Ex. está convencido de que o melhor meio de ajudar os agricultores é fornecer-lhes maquinas para industrializar os seus produtos agricolas, que, assim preparados, valem muito mais. Fornecendo ao agricultor meios para que possa industrializar os seus produtos, valorisando-os, ficará ele proprio em condições de adquirir as ferramentas de que necessita para o amanho da terra, instrumentos estes de valor relativamente baixos e, portanto, ao alcance de qualquer modesto lavrador.

No caso da mandioca, é muito mais interessante para o agricultor que o Governo lhe proporcione meios para adquirir as maquinas com que fará as raspas de mandioca, e em seguida, dentro das sociedades cooperativistas, moagens centraes para immediata e certa colocação dos seus produtos, do que o fornecimento de ferramentas que pôdem ser adquiridas pelos mais modestos agricultores, como atrás ficou dito.

Com isso, com o preparo das raspas nas maquinas secadoras, o agricultor terá desde logo o valor da sua produção aumentado de vinte vezes mais, pois que, no local de plantação, a mandioca vale de 30 a 50 réis o quilo, enquanto que industrializada vale de 600 a 800 réis o quilo, sendo que o custo dessa industrialização é relativamente baixo.

O Sr. Presidente da Republica, na sua recente viagem triumphal a S. Paulo, onde foi recebido com o mais intenso jubilo e a maior prova de afeto e admiração que lhe dedica o povo bandeirante, afeto e admiração bem merecidos pelo muito que tem feito a todos os brasileiros e principalmente a S. Paulo, visitando a Bolsa de Mercadorias da Capital daquele Estado, disse que era seu intento intensificar a produção do País, quer industrial como agricola, e aumentar a exportação.

Desses mesmos ideais, estou certo, comungam com S. Ex. todos os bons brasileiros que desejam o engrandecimento de sua Patria.

Da colaboração harmonica do Governo e das classes produtoras do País resultará, por certo, em realidade esse ideal, para felicidade dos filhos desta abençoada terra.

Do Sr. Presidente da Republica e do seu digno e dinamico Ministro da Agricultura esperam, pois, os produtores de mandioca uma

ação eficiente afim de que essa cultura constitua, em breve futuro, uma real e grande riqueza do País.

Produzamos bem e bastante, e abasteceremos o mundo, e, com isso, canalisaremos para o nosso País grande quantidade do metal precioso de que tanto necessitamos para o equilibrio de nossas finanpas.

Com isso será realizado o desejo do Sr. Presidente da Republica que é o desejo de todos os brasileiros.

No Instituto Agronomico de Campinas



Experiências de «Arroz» transplantado em Pindamonhangaba

ATELIER DE GRAVURAS SILVA & BARRETO GRAVADORES



43, Avenida Gomes Freire, 43

Telephone 22-6894

RIO DE JANEIRO

O Banco do Brasil em 1938

Publicamos, a seguir, o relatório das atividades do nosso maior estabelecimento de crédito no ano findo. A publicação se justifica, entre outros motivos, pela atuação que o Banco do Brasil passa a ter no terreno de crédito rural, cuja execução lhe cabe, em virtude dos atos governamentais já divulgados pelas colunas desta revista:

"Srs. Accionistas:

Venho submeter á vossa apreciação o resumo das atividades do Banco do Brasil relativas ao exercício de 1938.

A SITUAÇÃO ECONOMICA DO BRASIL E AS OPERAÇÕES DO BANCO DO BRASIL EM 1938

A orientação traçada á politica do café, pelo decreto-lei n. 2, de 13 de novembro de 1937, ficará fundamentalmente fixada na história econômica do Brasil.

Consequencia imediata dessa nova orientação, imposta, em última análise, por uma superprodução que se vinha assinalando de longa data, os preços do café sofreram uma baixa, cuja violência pôde ser avaliada pelo confronto das cotações médias nos meses de Setembro de 1937 e 1938 no mercado de Nova York:

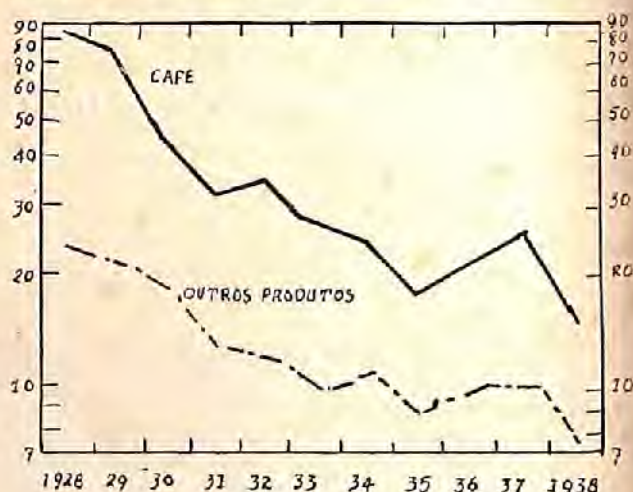
	1937	1938
Santos, tipo 4	11,2	7,8
Rio, tipo 7	9,5	5,2

Em ouro, essa fato se traduziu por uma redução de £ ouro 1.700.000, em comparação com o resultado do ano anterior, não obstante a tonelagem ter passado de 727.000 a 1.026.000.

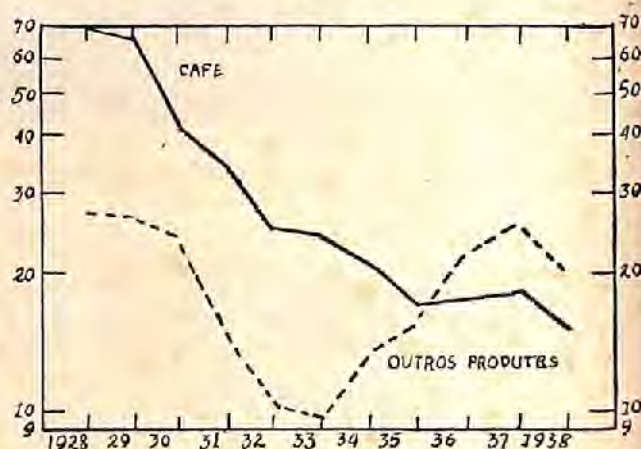
Conjugada com essa queda brusca dos preços de nosso principal artigo, tivemos ainda de sofrer — embora em menor escala — a baixa de preços da quasi totalidade dos restantes produtos que integram nossa exportação, baixa essa decorrente da depressão mundial dos preços dos produtos de base, cuja reação nos países de economia agrária pôde ser inferida pela queda do poder aquisitivo daqueles produtos, qual passou de 83, em 1937, a 71, no ano próximo findo, segundo os índices elaborados, sobre a base de 1929, pelo Instituto da Conjuntura de Berlim.

Era, pois, impossível á nossa exportação atingir, sequer, o nível do ano anterior. Elevar-se a, apenas, 35.900.000 £ ouro, contra 42.500.000, em 1937.

E, ainda assim, devido, em grande parte, ao fato de já possuímos relativa variedade de produtos, cujos preços nos mercados externos acusaram bem menor do que a verificada no café (£ 2-16-0 contra 8-16-05).



Diminuídos os recursos no exterior — resumidos quasi exclusivamente na exportação — é claro que a importação teria de sofrer uma diminuição compatível com esses recursos.



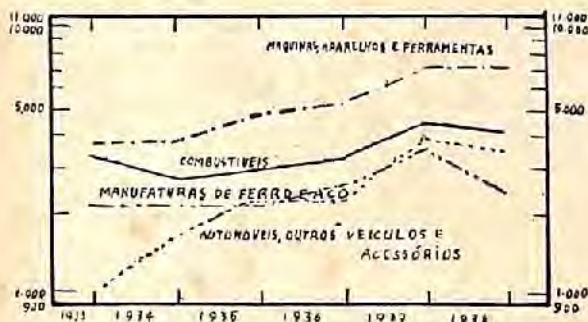
Foi o que se verificou. De 40.600.000 £ ouro, no fim do ano de 1937, passou a 35.900.000, num esforço de adaptação que, quantitativamente, só nos últimos meses do ano ficou patenteado, e, que, qualitativamente, se evidenciou pela preponderancia dos bens de produção sobre os bens de consumo — para usar de uma classificação que, apesar de não corresponder exatamente ás convenções usuais, tem a grande vantagem de realçar o ritmo de nossa industrialização.

Bens de produção

Janeiro-dezembro de 1938

Libras-ouro

Máquinas, aparelhos e ferramentas	7.634.000
Manufaturas de ferro e aço	2.608.000
Automóveis	1.692.000
Outros veículos e acessórios	2.122.000
Combustíveis	4.140.00.

*Bens de consumo*

Trigo	3.943.000
Produtos químicos e farmacêuticos	1.624.000
Papel e pasta de madeira	1.435.000
Frutas de mesa	403.000
Azeite de oliveira	304.000



O reflexo dessa situação econômica na finança nacional não poderia, é claro, deixar de ter sido grande, interdependentes que são economia e finança.

Forçosamente, haveria ella de se espelhar, quer direta quer indiretamente, nas operações do Banco do Brasil, onde, em última instancia, se registram os menores movimentos da vida econômica do país.

E' o que se pôde observar neste relato sucinto, cuja leitura ficará aclarada si se fizer acompanhar da consulta aos quadros, gráficos e balanços reunidos na segunda parte.

Cumprê, entretanto, observar que os saldos médios, referentes a operações do Banco em 1938, resentem-se do resultado de uma apuração estatística deficiente, em virtude de nossa Secção de Estatística e Estudos Eco-

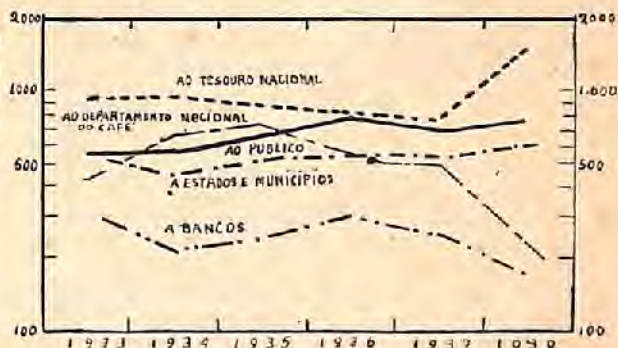
nômicos ter sido obrigada — por motivos de ordem interna — a operar, durante o segundo semestre, sobre saldos em fim de mês ao invés de sobre saldos diários.

SINTESE DA SITUAÇÃO DO BANCO EM 1938

As operações de empréstimos, em 1938, elevaram-se, em média, a 3.288.000 contos de réis, contra 2.853.000 contos de réis no ano anterior. Verifica-se, portanto, ter havido um acréscimo de 15,2%, que se distribuiu pelas diversas categorias seguintes:

Em contos de réis

	1937	1938
Tesouro Nacional	794.000	466.000
Estados e Municípios	576.000	644.000
D. Nacional do Café	539.000	235.000
Bancos	249.000	182.000
Público	694.000	758.000
	2.853.000	3.288.000



Essa expansão, no volume dos empréstimos, acompanhou um aumento no total dos depósitos, que alcançaram, em média, a importância de 3.622.000 contos de réis, contra 2.234.000 no ano de 1937. Apura-se, pois, um aumento, em confronto com o ano anterior, de 1.388.000 contos de réis, ou sejam 62,1% a mais:

Em contos de réis

Depósitos:	1937	1938
De Poderes Públicos	530.000	869.000
De Bancos	629.000	873.000
Do Público, à vista	951.000	1.650.000
A Prazo	123.000	229.000
	2.234.000	3.622.000

Com tal abundância de recursos ordinários, a percentual dos encaixes sobre os depósitos foi, em média anual, de cerca de 18,4, não havendo descido a menos de 12,5.

As disponibilidades aumentaram, na forma do quadro abaixo, que contém os saldos médios e respectivas variações:

Em contos de réis

1937 1938 Variações

Disponibilidades:

No país	282.000	666.000	+ 384.000	+ 136 %
No exterior	260.000	235.000	- 25.000	- 10 %
	543.000	901.000	+ 358.000	+ 66 %

Os lucros passaram de 64.228 contos de réis, no ano de 1937, a 71.554 contos de réis, no ano de 1938. O Fundo de Reserva foi elevado de 7.155 contos, expressando-se, por ocasião do encerramento do balanço, em 266.901 contos de réis.



Os dividendos, à taxa que vem vigorando há mais de 6 anos, cifram-se em 15.000 contos. Todos os serviços do Banco — valores em custódia, cobranças e ordens de pagamento — acusam percentuais elevadas, em relação aos totais do ano de 1937, como se poderá verificar em rubricas especiais que adiante se lhes consagram.

Para saneamento do ativo, levou-se à verba de "Reservas Especiais" a quantia de 47.843 contos de réis.

O ativo ficou ainda reforçado, em virtude da bonificação feita no saldo da conta de "Edifícios" pela importância de 11.572 contos de réis, reduzindo-se, para efeito de balanço, ao índice de 18000 o valor de cada edifício de uso do Banco.

Em virtude do acordo firmado com o Governo Federal, e como consequência do monopólio cambial, todos os lucros provenientes de operações de câmbio são levados a crédito do Tesouro Nacional.

O Banco do Brasil percebe, a título de remuneração de serviços, uma comissão sobre o movimento de câmbio, arbitrada em 1¼ % e que não poderá ultrapassar 10.000 contos por semestre.

Dado o volume das transações, que exige, além de grande número de funcionários, despesas de ordem geral, aquela percentagem representa o estritamente necessário ao desempenho dos serviços.

SITUAÇÃO CAMBIAL

O curso de câmbio do dólar permaneceu praticamente estável, acusando uma alta de cerca de 9,7 % sobre a média das cotações do ano de 1937.

O quadro comparativo que se segue evidencia essa alta, que é tanto mais significativa quando se considera a vigência do mercado oficial único:

	1937	1938
	<i>Mercado livre</i>	<i>Mercado oficial</i>
Janeiro	16\$430	17\$555
Fevereiro	16\$420	17\$582
Março	16\$320	17\$521
Abril	15\$900	17\$600
Maio	15\$510	17\$608
Junho	15\$210	17\$602
Julho	15\$090	17\$601
Agosto	15\$080	17\$676
Setembro	15\$300	17\$655
Outubro	16\$800	17\$681
Novembro	17\$230	17\$701
Dezembro	17\$510	17\$719

Se bem que, em parte, para essa apreciação da moeda americana tenha contribuído a grande procura de que ela foi objeto, em virtude da migração de capitais europeus, em busca de maior segurança — no caso brasileiro, a causa primordial dessa alta reside na redução do valor das exportações, que, no momento, representam a nossa única fonte de recursos no estrangeiro.

Defrontando essa situação, o Governo Federal, ao decretar o monopólio cambial em Dezembro de 37, teve em vista assegurar, na medida dos recursos, a satisfação de pagamento oriundos da importação de mercadorias, das necessidades da administração pública, dos atrasados comerciais, etc., atenuando, desse modo, os efeitos da depreciação monetária sobre a economia nacional, em seu conjunto.

Prosseguindo na política de liquidação dos compromissos assumidos — por força dos diversos convênios assinados para a liquidação das dívidas provenientes da acumulação, em anos anteriores, de atrasados comerciais — foram efetuadas as remessas correspondentes às prestações previstas para o ano de 1938, as quais se elevaram a £ 4.313.162. Com esta prestação, foram ultimados os pagamentos dos acordos assinados com a Bélgica, no valor de Blgs. 7.339.591, e com a Suíça, cujo montante se elevava a Frs. Sw. 3.605.320. Para o

exercício próximo, as cifras das prestações anuais estarão fortemente diminuídas, extinguindo-se os pagamentos em 1941.

O total das vendas de cambio efetuadas em 1938 importou em £ 57.186.607, assim distribuídas:

<i>Libras papel</i>	
Importação de mercadorias ..	£ 45.802.425
Despesas governamentais ...	£ 5.236.836
Atrasados comerciais	£ 4.313.162
Dep. Nac. do Café	£ 88.720
Remesas de particulas	£ 1.415.641
Diversos	£ 329.823
Total	£ 57.186.607

EMPRESTIMOS AO TESOUREO NACIONAL

Depois de haver declinado, a partir de 1935, acusa aumento, no ano findo, o saldo médio dos empréstimos ao Tesouro Nacional.

A quem pretenda aqui observar a evolução do débito público, apontamos, para principal causa de acréscimo, a baixa do valor da exportação, em virtude da queda dos preços de todos os nossos produtos, queda que variou do máximo de £ ouro 8-16-05, para o café — o qual representou 45 % do valor exportado ao mínimo de £ 2-16-0, para os produtos restantes.

Si considerarmos que, nos países como o nosso, a importação depende diretamente do produto da exportação, é fácil concluir que o efeito da queda do valor exportado, sobre o erário público, aumenta a influência dessa baixa em toda a economia nacional, obrigando os governantes a apelar, com mais frequência, para o crédito bancário, afim de que não sofram solução de continuidade as iniciativas que visam o bem comum.

Ligeiro confronto, entre os saldos médios do débito do Tesouro, nos últimos anos, e o quadro de nosso comércio exterior, fará ressaltar a interdependência dos dois fenômenos, muito embora, como é óbvio, as variações não possam guardar a mesma proporcionalidade, porquanto a repercussão dos choques sofridos pelo comércio exterior, na atividade dos negócios, se faz em círculos concêntricos, que se vão alargando até abranger toda a coletividade nacional.

Em 31 de Janeiro de 1938, com as operações do exercício fiscal de 1937 e da compra de ouro durante aquele mês, a dívida do Tesouro apresentava a importância de 934.744 contos de réis, assim subdividida:

Contos de réis

— Promissórias	40.000
— Contas de arrecadação	853.997
— Conta de compra de ouro	40.777
Total	934.774

Para encerramento das contas de arrecadação, recebeu o Banco promissórias do Tesouro na importância de 853.997 contos de réis.

Em 31 de Dezembro do mesmo ano, o débito do Tesouro subia a 1.940.096 contos de réis, assim distribuídos:

— Promissórias (Valor das emitidas para liquidação do exercício fiscal de 1937)	853.997
— Contas de arrecadação	910.713
— Conta de compra de ouro ...	175.386
Total	1.940.096

Com as operações do exercício fiscal de 1938 e da compra de ouro efetuada até o dia 15 de Fevereiro de 1939, os créditos do Banco contra o Tesouro baixavam á seguinte posição:

— Promissórias (Valor das emitidas para liquidação do exercício fiscal de 1937) ..	853.997
— Contas de arrecadação	631.299
— Conta de compra de ouro ...	191.128
Total	1.676.424

Para encerramento das contas da arrecadação, o Tesouro Nacional emitiu promissórias a favor do Banco do Brasil, na importância global de 631.299 contos de réis.

Para resgatar a promissória vencida em 31 de Dezembro de 1938 e duas outras de vencimentos, respectivamente, em 30 de Junho e 31 de Dezembro do ano corrente, na importância global de 453.997 contos de réis, referentes todas ao exercício de 1937, ficou o Ministro da Fazenda, por decreto-lei de 16 de Fevereiro último, autorizado a emitir apólices no valor nominal de 1:000\$000, ao portador ou nominativas.

OBRIGAÇÕES FEDERAIS DE 1932

Efetuuou-se normalmente o serviço de colocação das obrigações emitidas pelo Governo Federal, em virtude do decreto de 10 de Agosto de 1932, que autorizou uma emissão de 400.000 contos de réis, destinando-se o seu

produto, assim como os juros correspondentes aos títulos não vendidos, ao resgate do papel-moeda emitido naquele ano.

O Banco vendeu, durante o ano, 3.668 obrigações, na importância de 3.932 contos de réis.

O papel-moeda incinerado elevou-se a 17.820 contos de réis, conforme a seguinte demonstração:

	Contos de réis
Juros das das obrigações não vendidas	13.888
Importância à disposição do Tesouro, para ser aplicada à incineração	3.932
Total	17.820

A emissão do papel-moeda, acusava, em 31 de Dezembro de 1938, a seguinte posição:

	Contos de réis
Emissão total	400.000
Importância incinerada	329.960

Saldo em circulação 70.040

Na mesma data, estavam em poder do Banco, para ser vendidas, 190.533 obrigações.

COMPRA DE OURO

A crédito dessa conta foi levada a importância de Rs. 5.565:309\$000, equivalente a 50 % dos lucros líquidos apurados pela Carteira de Redescoto, no segundo semestre de 1937 e no primeiro de 1938, de acordo com o artigo 16 da lei 449, de 14 de Junho de 1937.

A aquisição de ouro continuou a ser feita regularmente, como consta do quadro abaixo:

QUANTIDADE ADQUIRIDA

(Em gramas)

Mêses	Minas	Parti- culares	Total	VALOR	
				Libras- ouro	Contos de réis
Janeiro	363.824	93.942	457.766	62.516	8.871
Fevereiro	385.138	190.054	575.192	78.553	11.261
Março	375.229	174.331	549.560	75.052	10.836
Abril	316.292	86.157	402.449	54.962	7.969
Maio	381.764	170.515	552.279	75.424	11.583
Junho	485.370	81.744	567.114	77.449	12.265
Julho	340.032	54.249	394.281	53.846	8.600
Agosto	344.551	331.841	676.392	92.373	14.823
Setembro	374.601	209.107	583.708	79.716	12.926
Outubro	333.342	287.447	620.789	84.779	13.847
Novembro	553.808	213.888	767.696	104.842	17.088
Dezembro	360.864	229.862	590.726	80.673	13.307
Total	4.614.815	2.123.137	6.737.952	920.185	143.376

EMPRESTIMOS A ESTADOS E MUNICIPIOS

Em 31 de Dezembro de 1938, o total dos débitos dos Estados e Municípios para com o

Banco atingia 595.653 contos de réis, distribuídos da seguinte maneira e em comparação com o ano anterior:

Estados	Em contos de réis		Variações
	1937	1938	
Amazonas	3.004	3.004	—
Baía	5.023	15.913	+
Espírito Santo	12.532	12.987	+
Goiás	1.499	1.166	—
Maranhão	5.643	4.280	—
Mato Grosso	3.600	15.000	+
Minas Gerais	113.494	63.140	—
Pará	6.868	10.800	+
Paraná	18.538	7.500	—
Pernambuco	18.000	17.133	—
Piauí	1.200	2.693	+
Paraíba do Norte	3.494	2.894	—

Rio Grande do Norte	5.752	5.950	+	198
Rio Grande do Sul	56.200	56.479	+	279
Rio de Janeiro	14.530	15.579	+	1.049
Sergipe	9.892	10.405	+	513
São Paulo	292.459	309.503	+	17.044
Total dos Estados	571.733	554.433	—	17.300

Municípios

Distrito Federal	47.338	39.400	—	7.938
Petrópolis	849	849	—	—
Porto Alegre	185	12	—	173
Salvador	1.341	958	—	383
Total dos Municípios	49.715	41.220	—	8.495
Estados e Municípios	621.448	595.653	—	25.795

As dívidas dos Estados de Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Paraíba do Norte e das Prefeituras do Distrito Federal, Porto Alegre e Salvador apresentam reduções que totalizam 73.049 contos de réis.

Em contraposição, as contas dos Estados de Baía, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rio de Janeiro, Sergipe, S. Paulo e outros acusam o aumento total de 47.253 contos de réis.

Verifica-se, portanto, uma redução de 25.795 contos de réis, sobre o total do ano de 1937, o que equivale a menos 4,1 %.

No correr do ano, abriram-se os seguintes novos créditos:

Ao Estado de Mato Grosso

Na importância de 15.000 contos, pelo prazo de dez anos, e destinado, parte á liquidação do débito anterior do Estado para com o Banco, parte á liquidação integral da dívida do Estado com a Companhia Mate Laranjeira S. A., ficando o saldo á disposição do Estado, para outros fins.

As garantias oferecidas são as seguintes:

Responsabilidade solidária do Tesouro Nacional, nos termos do decreto-lei n. 397, de 30-4-38, e do ofício n. 207, de 18-5-38, do Sr. Ministro da Fazenda.

Penhor das contribuições de arrendamento dos ervais do Estado, locados á Companhia Mate Laranjeira e outros arrendatários.

Penhor de todos os tributos fiscais de exportação que a Companhia e outros arrendatários pagarem ao Governo do Estado.

Penhor do imposto territorial criado pela resolução estadual n. 261, de 9-4-1900.

Recolhimento diária e obrigatório da totalidade da renda estadual, ficando 10 % retidos numa conta vinculada, para ocorrer ás necessidades do contrato.

Ao Estado do Pará

Na importância de 12.000 contos de réis, pelo prazo de dez anos, e destinado, parte ao resgate dos débitos anteriores do Estado e o restante á disposição do Estado para outros fins.

As garantias dadas constam de:

Responsabilidade solidária do Tesouro Nacional, conforme o decreto-lei n. 390, de 25-4-38, e ofício n. 162, de 27-4-38, do Sr. Ministro da Fazenda.

Recolhimento obrigatório e diário da totalidade da renda estadual, ficando 10 % retidos em conta vinculada para serem aplicados nos serviços de pagamento de principal, juros e despesas.

Penhor, si exigido pelo Banco, de apólices estaduais, de montante mínimo igual ao crédito aberto.

Ao Estado do Maranhão

Na importância de 12.000 contos de réis, pelo prazo de dez anos, e mediante as seguintes garantias:

Responsabilidade solidária do Tesouro Nacional, conforme lei federal n. 382, de 22-1-37, e ofício n. 286, de 30-9-37, do Sr. Ministro da Fazenda.

Caução de 15.000 apólices estaduais, de Rs. 1.000\$000, juros de 6 % a.a., decreto numero 52, de 4-12-36.

Recolhimento obrigatório e diário da totalidade da renda estadual, ficando 10 % retidos em conta vinculada, para serem aplicados nos serviços de pagamento de principal, juros e despesas.

Deste crédito, 5.000 contos aplicar-se-ão na liquidação do débito anterior do Estado e 7.000 contos deverão ser destinados a várias finalidades.

Ao Estado do Piauí

Na importância de 5.000 contos, pelo prazo de dez anos, e destinado, parte á liquidação do débito anterior do Estado e o restante ao custeio das obras e serviços públicos, a que se refere o artigo 2º da lei federal numero 516, de 28-9-37.

As garantias oferecidas são as seguintes:

Responsabilidade solidária do Tesouro Nacional, conforme a lei federal n. 516, de 28-9-37, e ofício n. 112, de 28-3-38, do Ministro da Fazenda.

Caução de 6.667, apólices do valor nominal de Rs. 1:000\$000, juros de 7 % a.a., emitidas pelo Estado do Piauí nos termos da lei federal acima citado e da lei estadual numero 178, de 30-8-37, e decreto do Interventor Federal n. 64, de 29-4-38.

Recolhimento obrigatório e diário das rendas do Estado, ficando 10 % retidos numa conta vinculada para ocorrer ás necessidades do empréstimo.

A' Prefeitura do Distrito Federal

Na importância de 45.000 contos, vencível em 31-12-45.

As garantias oferecidas são as seguintes:

Responsabilidade solidária Nacional.

Penhor dos 60 % do imposto de vendas e consignações pertencentes á Prefeitura, na forma do estabelecido no decreto-lei nu. 118, de 29-12-37.

Os montantes desta classe de empréstimos e respectivas variações sobre o ano anterior, durante os cinco últimos anos são os seguintes, em contos de réis:

*Variações
sobre o ano anterior*

1934	503.707 + 55.484 + 12 %
1935	529.277 + 25.570 + 5 %
1936	579.986 + 50.709 + 10 %
1937	621.448 + 41.462 + 7 %
1938	595.653 — 25.795 — 4 %

**EMPRESTIMOS AO DEPARTAMENTO
NACIONAL DE CAFE"**

No último dia do ano findo, o débito da conta regida pelo contrato de 23 de Novembro de 1937 cifrava-se em 236.057 contos de réis, apresentando, pois, um aumento de 43.057 contos, em confronto com o ano de 1937.

Além das amortizações contratuais, vencidas em 30 de Junho e 31 de Dezembro de 1938, de Rs. 25.000:000\$000 cada uma, o

Departamento Nacional do Café amortizou, por conta da última prestação vencível em Dezembro de 1943, a quantia de 9.500 contos de réis.

Durante o ano de 1938 não foi celebrado contrato algum ou convênio com o Departamento Nacional do Café.

EMPRESTIMOS A BANCOS

Durante o ano de 1938, os empréstimos a bancos continuaram no declínio que se vem notando desde os últimos meses de 1937, tal como mostra o quadro seguinte:

	<i>Em milhares de contos de réis</i>
1937	
Outubro	256
Novembro	223
Dezembro	200
1938	
Janeiro	205
Fevereiro	208
Março	191
Abril	200
Maio	203
Junho	181
Julho	164
Agosto	170
Setembro	170
Outubro	164
Novembro	165
Dezembro	169

A queda equivale a 27 % do saldo médio do ano anterior, ou sejam 67 mil contos de réis.

Nos últimos cinco anos, os saldos médios foram os seguintes:

	<i>Em milhares de contos de réis</i>
1934	217
1935	238
1936	301
1937	249
1938	182

**EMPRESTIMOS AS ATIVIDADES
ECONOMICAS**

O saldo médio dos empréstimos a agricultores, industriais, comerciantes e particula-

res, acusa, em 1938, um aumento de 64.757 contos de réis, cifrando-se em 758.980 contos de réis. Esse aumento, em relação ao ano passado, equivale a mais 9 %.

Pelo quadro seguinte, verifica-se como foram distribuídos os empréstimos de caráter econômico pelas diversas zonas do país, nos últimos quatro anos :

Saldos médios em contos de réis

	1935	1936	1937	1938
Zona "Norte" (Acre, Amazonas, Pará, Maranhão e Piauí)	8.402	11.639	10.712	12.441
Zona "Nordeste" (Ceará, R. G. do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas)	88.408	96.789	84.942	101.821
Zona "Leste" (Sergipe, Baía e Espírito Santo)	52.079	66.310	56.831	49.905
Zona "Sul" (Rio de Janeiro, D. Federal, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul)	480.429	542.825	490.263	539.531
Zona "Centro" (Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso)	45.174	54.410	51.473	55.280
Totais	674.495	774.975	694.223	758.980

Vê-se que, de modo geral, o aumento tocou, com exceção da Zona "Leste", a todas as zonas econômicas do país.

A percentagem desse aumento variou en-

tre o mínimo de 7 % na Zona "Centro" e o máximo de 20 % na Zona "Nordeste".

Por unidades políticas, os empréstimos distribuíram-se da seguinte maneira, nos últimos dois anos:

Saldos médios em contos de réis

	1937	1938	Variação	
Acre	86	190	+	104
Amazonas	863	975	+	112
Pará	2.365	3.385	+	1.020
Maranhão	2.931	3.226	+	295
Piauí	4.465	4.664	+	199
Ceará	14.924	23.371	+	8.347
Rio Grande do Norte	7.947	9.147	+	1.200
Paraíba	11.606	13.856	+	2.250
Pernambuco	34.984	42.684	+	7.700
Alagoas	15.480	12.861	—	2.619
Sergipe	2.936	2.515	—	421
Baía	45.672	42.154	—	3.518
Espírito Santo	8.222	5.236	—	2.986
Rio de Janeiro	25.933	24.880	—	1.053
Distrito Federal	231.569	274.720	+	43.151
São Paulo	190.906	183.582	—	7.324
Paraná	4.153	7.345	+	3.192
Santa Catarina	3.730	5.039	+	1.309
Rio Grande do Sul	33.970	43.963	+	9.993
Minas Gerais	41.091	44.763	+	3.672
Goiás	4	1.321	+	1.317
Mato Grosso	10.378	9.194	—	1.184
	694.223	758.980	+	64.757

Os grandes grupos, que englobam os empréstimos às atividades econômicas, apresen-

taram a seguinte posição nos dois últimos anos:

Saldo em 31 de Dezembro

	Contos de réis		Variações Absoluta	
	1937	1938		
A — Agricultura, industria florestal e mineração	120.223	202.619	+ 82.392	68
B — Industria manufatureira	109.594	141.411	+ 31.818	29
C — Industria da construção	38.199	66.669	+ 28.470	74
D — Industria dos transportes	120.017	108.693	— 11.324	9
E — Comércio	277.432	324.311	+ 46.879	16
F — Diversos	35.121	51.222	+ 16.101	45
Total Geral	700.590	894.928	+ 194.338	27

Relativamente a cada grupo, o financiamento foi o seguinte:

Em 31 de Dezembro de 1938			D — Indústria dos transportes			108.693	36,2
Contos Percentagens de réis sobre o total			E — Comércio			324.311	36,2
			F — Diversos			51.222	5,8
			Total Geral			894.928	100
A — Agricultura, indústria florestal e mineração	202.619	22,6 %	Nos últimos quatro anos, as posições e respectivas variações percentuais dos seis grandes grupos são as seguintes:				
B — Indústria manufatureira	141.411	15,2 %					

Em 31 de Dezembro

	Contos de réis				Percentagens			
	1935	1936	1937	1938	1935	1936	1937	1938
A — Agricultura, industria florestal e mineração	170.862	138.264	120.223	202.619	21,2	17,7	17,2	22,6
B — Industria manufatureira (a)	158.619	138.987	109.594	141.411	19,7	17,9	15,6	15,8
C — Industria da construção (b)	—	—	38.199	66.669	—	—	5,5	7,4
D — Industria dos transportes	132.449	131.706	120.017	108.693	16,5	17,0	17,1	12,1
E — Comércio	300.529	335.315	277.432	324.311	37,3	43,1	39,6	36,2
F — Diversos	42.890	33.827	35.121	51.222	5,3	4,3	5,0	5,8
Total geral	805.351	778.101	700.590	894.928	100	100	100	100

De 1933 a 1938, os empréstimos à economia privada, no conjunto dos empréstimos do Banco, são representados pelas seguintes percentuais:

Em 31 de Dezembro		
Contos de réis	Percentagem s/o total geral empréstimos do Banco	
1933	560.484	20,7 %
1934	607.007	19,9 %
1935	805.351	25,1 %
1936	778.101	26,3 %
1937	703.900	27,4 %
1938	894.928	22,9 %

CARTEIRA DE CRÉDITO AGRICOLA INDUSTRIAL

A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial iniciou o seu funcionamento em princípios do ano passado. A 31 de Março, pouco mais de um mês de atividades, já tinha realizado 92 operações, no valor de 6.755 contos. Em 31 de Dezembro, o número dos empréstimos subia a 1.050 e o seu valor a 98.316 contos: 1.021 rurais, na importância de 80.424 contos, e 29 industriais, na de 17.892 contos.

Essas cifras, longe ainda do nível a que pode e deve atingir a assistência da Carteira

(a) — Incluídos, em 1935 e 1936, os empréstimos à industria da construção.
(b) — Em 1935 e 1936, figuram no grupo «Industria manufatureira».

já representam auxílio à produção, que não foi insignificante, e constituem expressivo índice da aceitação do crédito agrícola e industrial, nas bases em que foi instituído e está sendo praticado.

A nova modalidade de crédito, como era de prever-se, encontrou as naturais dificuldades de compreensão, adaptação e interpretação de textos legais e regulamentares, além das materiais, de organização dos serviços. Eis porque só tardiamente, quando já decorrera o período de entre-safra propriamente dito de diferentes produtos, ficou a Carteira convenientemente aparelhada para exercer suas atividades. Nessa ocasião, porém, muitos produtores, principalmente cafeicultores, já haviam apanhado suas colheitas em garantia de recursos obtidos em outras fontes. Em consequência, e também porque vários empréstimos solicitados não puderam ser concedidos, por não terem renunciado os credores hipotecários dos proponentes, em favor do Banco, ao seu direito de prelação — obstáculo somente removido com o decreto-lei n. 1.003, de 29/12/38 — a assistência a alguns ramos da agricultura se deteve aquém do quantum normalmente atingível.

Assim, o financiamento do café totalizou apenas 31.154 contos, distribuídos por 488 operações. Este ano, porém, só nos dois primeiros meses, já se haviam efetuado a caféicultores mais de 300 empréstimos, no valor de cerca de 20.000 contos.

Com o propósito de tornar verdadeiramente útil a assistência da Carteira, de modo que, não só estivesse na justa medida das necessidades e possibilidades dos produtores, mas também fosse prestada com toda a oportunidade, regulamentou-se o financiamento dos produtos que mais diretamente interessam à economia nacional, consideradas as fases de cultura, colheita, beneficiamento e escoamento de cada um deles.

Assim, ficaram as Agências habilitadas a realizar financiamentos diretos de café, cana de açúcar (açúcar de usina, de engenho e derivados), algodão, arroz, fruticultura, feijão e milho, sem prejudiciais retardamentos.

Segundo as afinidades dos processos de cultura, aplicaram-se algumas dessas bases ao financiamento do trigo, da batata, do tomate, da mamona, etc., de modo que, praticamente, também estes produtos ficaram regulamentados.

Disciplinou-se, outrossim, a assistência à pecuária, pelo estabelecimento de preceitos a observar na concessão de financiamentos para custeio de criação e aquisição de reprodutores ou animais destinados a melhora de rebanho, engorda, ou trabalho rurais.

Além de prescrições ajustadas às peculiaridades de cada produto, determinou-se a orientação a seguir nas avaliações, afim de que os financiamentos, nelas baseados, correspondessem às justas necessidades, admitindo-se, como princípios gerais, a utilização dos adiantamentos contratados conforme a oportunidade de sua aplicação — sistema tão conveniente ao produtor como à produção — e a liquidação, mediante remissão, em base razoável, do produto apenhado na medida de sua colocação nos mercados, regime que, não só facilita e suaviza o pagamento, mas também, proporciona disponibilidades ao financiamento.

A assistência às indústrias consistiu em empréstimos para aquisição de matérias primas, aperfeiçoamento de aparelhagem e obras de irrigação de núcleos agro-industriais. Merecem destaque especial estes últimos, efetuados a usinas açucareiras do nordeste, pois lhes facultaram recursos para realizações que lhes proporcionarão, além da regularidade das safras de cana, com o barateamento do seu transporte, aproveitamento de grandes áreas para culturas de toda sorte, contribuindo, assim, pela policultura, para o fortalecimento da economia da região.

O financiamento às indústrias não atingiu maior vulto, principalmente porque a tradição efetiva da coisa apenhada, essencial no penhor mercantil, tornou irrealizáveis muitas operações, cuja garantia se deveria constituir de maquinária. Todavia, havendo reconhecido a dificuldade, o Governo já cuida de removê-la por meio de legislação especial.

Até 31 de Dezembro, a Carteira havia recusado 841 operações, no total de 162.265 contos. A primeira vista, pode parecer estranho que tantas e de tão grande valor tenham sido as operações rejeitadas. O fato, porém, encontra justificativa nos motivos já apontados e, sobretudo, na apreciável quantidade de propostas — resultado natural da atração exercida pela instituição de nova modalidade de crédito — feitas com inteiro desconhecimento dos seus objetivos e disposições regulamentares, ou visando aventurosas expansões, que não podiam fazer jus ao auxílio de crédito instituído para determinados fins, reconhecidamente produtivos, e proporcionado racionalmente — com base em garantia especial, mas sempre em função da capacidade de produção — afim de evitar o congelamento das operações, que provocaria, com a desmoralização do novo organismo, mais um insucesso do crédito agrícola.

As organizações cooperativistas — que o Governo vem incentivando como meio de ra-

cionalizar as atividades do pequeno produtor — foram prestigiadas e também orientadas sobre como deveriam exercer sua atuação por ajustá-la às normas de operar da Carteira.

Com a criação de sub-agências em regiões desprovidas de organização bancária, a Carteira terá multiplicados os meios de acesso às zonas produtoras e poderá, mercê de bem dosada irrigação de crédito, melhor ainda, a sua assistência, favorecendo, mais eficazmente, o desenvolvimento da economia nacional, sua precípua finalidade.

Em 31 de Dezembro último, o movimento geral das operações assim se expressava:

	Número	Valor em contos
<i>Realizadas</i>		
Em ser	763	75.458
(liquidadas) ..	287	22.858
	<u>1.050</u>	<u>98.316</u>
<i>Em estudo</i> ..	458	215.431
<i>Recusadas</i> ..	841	162.265
	<u>2.349</u>	<u>476.012</u>

EMPRESTIMOS REALIZADOS ATE' 31 DE DEZEMBRO DE 1938

A) — Empréstimos rurais por produtos

Produtos	Contos de réis	Porcenta- gens s/o total
Café ..	31.154	39 %
Cana de açúcar ..	24.611	31 %
Algodão ..	7.667	9 %
Arroz ..	6.490	8 %
Fruticultura ..	3.856	5 %
Diversos ..	6.646	8 %
Total ..	<u>80.424</u>	<u>100 %</u>

B) — Empréstimos rurais por zonas

Zonas	Contos de réis	Porcenta- gens s/o total
Norte (Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe, Alagoas, Ceará, Pará, Paraíba) ..	30.781	39 %
Centro (Distrito Federal, Mi-		

nas Gerais, Rio de Janeiro, S. Paulo) ..	43.750	54 %
Sul (Paraná, Rio Grande do Sul, Sta. Catarina)	5.893	7 %
Total ..	<u>80.424</u>	<u>100 %</u>

C) — Empréstimos rurais e industriais

	Contos de réis	Porcenta- gens s/o total
Rurais ..	80.424	82 %
Industriais ..	17.892	18 %
Total ..	<u>98.316</u>	<u>100 %</u>

AGENCIAS

O conjunto das Agências, durante o exercício de 1938, produziu o lucro líquido de Rs. 90.109:477\$600, assim distribuido por unidades políticas:

Unidas políticas	Lucros (+) ou deficits (—)
Acre (1 agência) ..	+ 40:121\$800
Amazonas (1 agência) ..	+ 124:544\$000
Pará (1 agência) ..	+ 268:548\$900
Maranhão (1 agência)	— 115:900\$000
Piauí (3 agências) ..	+ 800:427\$900
Ceará (3 agências) ..	+ 268:834\$300
Rio Grande do Norte (2 agências) ..	+ 122:793\$900
Paraíba do Norte (3 agências) ..	+ 4.014:712\$900
Pernambuco (2 agências) ..	— 111:974\$100
Alagoas (2 agências) ..	— 288:886\$400
Sergipe (1 agência) ..	+ 1.603:612\$300
Baía (8 agências) ..	— 472:035\$000
Espírito Santo (2 agências) ..	— 363:833\$400
Rio de Janeiro (7 agências) ..	+ 57:562:192\$300
Distrito Federal (5 agências) ..	+ 19.505:206\$800
São Paulo (19 agências) ..	+ 13:792\$200
Paraná (3 agências) ..	— 451606\$600
Santa Catarina (3 agências) ..	+ 3.502:905\$100
Rio Grande do Sul (8 agências) ..	+ 3.426:133\$900
Minas Gerais (11 agências) ..	— 50:678\$400
Goiaz (1 agência) ..	+ 771:215\$800
Mato Grosso (3 agências) ..	+ 90.109:477\$600
Total ..	<u>+ 90.109:477\$600</u>

Dentre as agências do Distrito Federal deve ser destacada a Agência Central, onde se centralizam as principais contas. Seu lucro foi de Rs. 57.709:960\$700.

No ano de 1938 foram instaladas as agências de Cajazeiras, no Estado de Paraíba; Uberlândia, no Estado de Minas Gerais; Jacarézinho, no Estado do Paraná; Presidente Prudente, no Estado de São Paulo, e Goiânia, em Goiás.

Foi decidida a criação das agências de Araguari e Ponte Nova, em Minas Gerais e Passo Fundo, no Rio Grande do Sul.

No fim do ano, as agências em funcionamento eram em numero de 90.

Com o fim de prestar auxílio mais eficiente às classes produtoras, resolveu a Diretoria estabelecer um plano de difusão de sub-agências e escritórios em todo o território nacional, de modo a espalhar os benefícios do crédito a uma quantidade de regiões de Norte a Sul, que somente esperam o auxílio bancário para transformar em realidade sua riqueza potencial.

Essa providência — que a filia à orientação de um dos mais ilustres administradores desta casa, o presidente Homero Baptista, em cuja gestão se registrou a primeira grande floração de agências — se faz mais necessária depois da criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial.

Porquanto, para que essa Carteira possa cumprir sua missão, é indispensável que seus serviços — principalmente os concernentes ao crédito agrícola — se tornem acessíveis a todos os lavradores; que eles sejam oferecidos, quasi poderíamos dizer, á sua porta, se isso não implicasse na organização cooperativa que é, sem duvida, o sistema racional do crédito agrário.

Como é facil de lembrar, foi devido ao fato de estar em seus primórdios nossa organização cooperativa — que supõe condições somente aos poucos realizáveis no Brasil — que ficou resolvida a criação da Carteira de Crédito Agrícola, tanto como organização de sistematização do crédito preparatória para a sistematização do crédito agrário em bases definitivas.

Dos estados do plano de difusão de agências, sub-agências e escritórios, entregues a uma comissão de tres funcionários da Administração, sob a presidência do diretor Carneiro de Mendonça, resultará a próxima instalação de sedes do Banco do Brasil nas seguintes localidades:

Amazonas: Porto Velho.
Pará: Santarem, Marabá, Igara-pé-Assú.

Maranhão: Caxias, Pedreiras e Codó.
Piauí: Campo Maior, Periperi, Piracuruca, Picos, União e Joaquim Tavora.
Ceará: Aracati, Iguatú, Camocim, Crateús, Quixadá e Senador Pompeu.
R. G. do Norte: Caicó e Assú.
Paraíba: Patos, Alagoa do Montiro, Itabaiana e Guarabira.
Pernambuco: Caruarú, Palmares, Timbau-ba, Goiana, Vitória, Limoeiro, Rio Branco, Afogados de Ingazeira, Triunfo, B o m Conselho.
Alagoas: Viçosa, Palmeira dos Índios, União, Sant'Anna de Ipanema.
Sergipe: Propriá, Maroim, Estancia e Anápolis.
Baía: Barra do Rio Grandê, Caetité, Serrinha, Canavieiras, Castro Alves, Bom Jesus da Lapa, Maracás, Mundo Novo, Lençóis, Amargosa, Nazaré, Jacobina, Valença, Bomfim, Conquista, Poções, Rio Novo, Itapira, Alagoinhas e Barreiras.
Espírito Santo: Colatina, Santa Tereza, João Pessoa e São Mateus.
Goiás: Ipameri, Rio Verde e Buriti.
Mato Grosso: Aquidauana, Ponta Porã, Tres Lagoas, Maracajú, São Luiz de Cáceres e Poxoreu.
Minas Gerais: Curvelo, Montes Claros, Pirapora, Januaria, Arassuaí, Carlos Chagas (ex-Urucú), Fortaleza, Pitangui, Formiga, São Domingos do Prata, Governador Valadares (ex-Figueira do Rio Doce), Aimorés, S. João d'El-Rei, Bicas, Lima Duarte, Caratinga, Passos, Alfenas, Campos Gerais, Araxá, Ituiutaba, Patos, Lavras e Ouro Fino.
D. Federal: Campo Grande.
Rio de Janeiro: Cantagalo, Cabo Frio, Rezende e Bom Jesus de Itabapoama.
São Paulo: Sorocaba, Mogi das Cruzes, Itapetininga, Avaré, Santa Cruz do Rio Pardo, Pirajú, Palmital, Assis, Paraguassú, Santo Anastácio, Duartina, Marília, Tupan, Pirajui, Promissão, Araçatuba, Valparaizo, Cafelandia, Bragança, Itapira, Pirassununga, Limeira, Rio Claro, São José do Rio Pardo, Matão,

	Novo Horizonte, Monte Aprazível, Mirassol, Nova Granada, Olímpia, Orlandia, São Simão, Sertãozinho, Ituverava, Ribeirão Bonito, Pederneras, Bariri, São José dos Campos e Iguape.
Paraná:	Londrina, Tomazina, União da Vitória, Irati, Cornélio Procopio.
Sta. Catarina:	Cruzeiro e Mafra.
R. G. do Sul:	Santo Angelo, José Bonifácio, Santa Cruz, São Borja, Santa Maria, Lageado, Bento Gonçalves, Vacaria, Jaguarão, Alegrete, São Gabriel, D. Pedrito, Cruz Alta e Quaraí.

DEPOSITOS E OUTRAS EXIGIBILIDADES NO PAIS

Os saldos médios referentes às diversas categorias de depósitos cifraram-se em 1937 e 1938, nas importancias seguintes:

	Contos de réis	
	1937	1938
Depósitos de poderes públicos	530.064	869.209
Depósitos bancários	629.404	873.263
Depósitos do público, á vista	951.585	1.650.918
Depósitos a prazo	123.756	229.134
	<u>2.234.809</u>	<u>3.622.524</u>

Verificaram-se, pois, as variações abaixo:

	Contos de réis		%
Depósitos de poderes públicos	+	339.145	+ 64 %
Depósitos bancários	+	243.858	+ 39 %
Depósitos do público, á vista	+	699.333	+ 73 %
Depósitos a prazo	+	105.378	+ 85 %
		<u>+ 1.387.715</u>	<u>+ 62 %</u>

Dada a instabilidade peculiar aos depósitos de poderes públicos, é supérflua qualquer observação a respeito de seu grande aumento.

Já o mesmo não se pôde dizer dos depósitos do público, e, principalmente, dos depósitos a prazo, que denotam o aumento de poupança das camadas populares.

O quadro seguinte demonstra a composição percentual da média dos depósitos do ano de 1938.

	1937	1938
Depósitos de poderes públicos	24 %	24 %
Depósitos bancários	28 %	24 %
Depósitos do público, á vista	43 %	46 %
Depósitos a prazo	5 %	6 %
	<u>100 %</u>	<u>100 %</u>

A média das exigibilidades no país foi, em 1938, de 3.784.550 contos de réis, importância essa que superou em 738.978 contos de réis, ou 24 %, a correspondente ao ano de 1937, que se expressou por 3.045.572 contos de réis.

O quadro seguinte contém, em contos de réis, os saldos médios de cada ano, correspondentes às várias categorias de exigibilidades no país:

	1937	1938
Depósitos	2.234.809	3.622.524
Accítes em circulação	43.406	14.905
Títulos redescatados	581.633	—
Diversos	185.724	147.121
	<u>3.045.572</u>	<u>3.784.550</u>

LUCROS, DIVIDENDOS E RESERVAS

O lucro líquido do Banco, no ano de 1938, foi de 71.554 contos de réis, contra 64.228 contos de réis no ano anterior. O aumento foi, portanto, de 7.326 contos de réis, ou seja, mais 11 % que o do ano anterior.

O Fundo de Reserva atingiu, em 31 de Dezembro de 1938, a importância de 266.901 contos de réis, contra 259.746 contos de réis, em fins de 1937, o que denota um aumento de 7.155 contos de réis. As reservas especiais, destinadas a cobrir prejuízos que eventualmente se verifiquem nos créditos abertos pelo Banco, foram reforçadas com a importante verba de 47.844 contos de réis.

Os dividendos totalizaram 15.000 contos de réis, á mesma taxa anterior de 15 % a.a.

ORDENS DE PAGAMENTO

De 1937 para 1938, verificou-se, nas ordens de pagamento expedidas sobre praças do país, um aumento de 6 % na quantidade e de 19 % no valor. O número de ordens expedidas foi de 316.056, no total de 2.646.396 contos de réis, enquanto o movimento de 1937 se expressou por 299.124 ordens, no valor de 2.228.480 contos de réis.

ENCAIXES

Em 1938 a proporção dos encaixes, em relação ao total dos depósitos, permaneceu

sempre superior a 12 %, tendo variado entre o mínimo de 12,5 %, em Dezembro, e o máximo de 23,8 %, em Fevereiro.

A média correspondente aos doze meses de 1938 foi de 18,4 %, contra 13 % no ano anterior.

COMPENSAÇÃO DE CHEQUES

Em 1938 foram compensados 1.886.165 cheques, no total de 33.117.663 contos de réis. Em relação ao movimento do ano anterior — que foi de 1.700.488 cheques, no valor de 30.748.898 contos de réis — as altas foram de 11 % na quantidade, e de 8 % no valor.

O quadro seguinte contém os dados referentes ao valor da compensação de cheques, a começar de 1933:

	Contos de réis	Índices (1928=100)
1933	15.784.726	86
1934	19.498.278	106
1935	22.052.575	120
1936	25.803.306	140
1937	30.748.898	167
1938	33.117.663	180

Si bem o movimento das "Claraing-Houses" possa servir de barômetro da atividade econômica, é oportuno lembrar que os índices de cheques compensados, em países de moeda instável como o nosso, devem ser recebidos com certa reserva, porquanto sofrem a influência das perturbações monetárias.

VALORES EM CUSTÓDIA

O saldo médio dos valores custodiados pelo Banco, por conta de seus clientes, foi de 2.076.002 contos de réis, contra 1.994.762 contos de réis no exercício anterior. Houve, pois, um aumento de 81.240 contos de réis ou 4 %. Si excluir o valor do ouro em depósito à ordem do Tesouro Nacional, verificar-se-á um aumento de 36.921 contos, equivalente a 2 %.

COBRANÇAS

O número dos títulos recebidos para cobrança, por conta de terceiros, foi de 818.007, no valor de 2.527.550 contos de réis. Houve um aumento de 8 % na quantidade e um aumento de 30 % no valor, em relação ao ano de 1937 — cujo movimento foi de 755.403 títulos, no valor de 1.941.475 contos de réis.

AÇÕES DO BANCO.

A cotação média, tendo sido de 373\$000, contra 363\$000 em 1937, acusa ligeira alta de 3 %, que, praticamente, carece de significação.

CARTEIRA DE REDESCONTO

O movimento dessa Carteira no ano de 1938 foi de 6.546 títulos, na importância global de 174.323:184\$600, sendo 3.413 títulos, no valor de 94.330:320\$900, do Rio de Janeiro e 3.133, somando 79.992:863\$700, provenientes dos Estados.

SERVIÇO DE "REAJUSTAMENTO ECONOMICO"

O movimento do serviço, desde seu início, expressa-se nos dados seguintes, referentes ao número de processos:

Processos remetidos á Camara de Reajustamento Econômico ..	24.230
Processos baixados por desistência dos interessados	137
Processos remetidos em 1938 ...	11
Total dos processos recebidos pelo Banco	24.378

EDIFÍCIOS DA DIREÇÃO GERAL E DAS AGÊNCIAS

Em 31 de Dezembro de 1938 foi feita, por ocasião do balanço, uma bonificação no saldo desta conta, no valor de Réis 11.572:871\$800, passando a figurar, assim, cada edificio de uso do Banco apenas pelo índice de 1\$000.

O Serviço de Engenharia estudou os projetos para vários prédios de nossas agências. Grande número desses nossos departamentos necessita de novas sedes alguns estão funcionando em prédios alugados e terão agora prédios próprios; outros, devido ao seu desenvolvimento, terão de ser instalados em edificios mais amplos, sobressaindo, entre esses, Santos e Belo Horizonte.

São as seguintes as filiais que vão receber novas instalações:

- 1 — Niteroi
- 2 — Uberlândia
- 3 — Belo Horizonte
- 4 — Campo Grande
- 5 — Uruguaiana
- 6 — Fortaleza
- 7 — Natal
- 8 — João Pessoa
- 9 — Baurú
- 10 — Cachoeira
- 11 — Corumbá
- 12 — Cuiabá
- 13 — Florianópolis
- 14 — Goiania

- 15 — Itabuna
- 16 — Joazeiro
- 17 — Maranhão
- 18 — Penedo
- 19 — Piracicaba
- 20 — Santos
- 21 — São Felix
- 22 — São Paulo.

Vários desses projetos já estão aprovados, devendo ser iniciadas as construções imediatamente.

No correr do ano, ficaram concluídas as obras de remodelação e ampliação da sede, a que se fez menção no relatório anterior.

SERVIÇO MEDICO

A eficiência da assistência médica aos funcionários e suas famílias pôde ser avaliada pelo número dos serviços prestados, que ultrapassou de 30% o do ano anterior.

FUNCIONALISMO

O número dos funcionários, que era de 3.446, ao findar do ano de 1937, ficou elevado a 3.641, ou mais 195. O aumento do quadro do pessoal tem como causa primeira o desenvolvimento dos serviços do Banco, dentre os quais avultam o monopólio de câmbio e as operações da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial.

ESTATISTICAS DO BANCO

Por motivos imperiosos de conveniência de serviço, algumas das estatísticas de operações do Banco do Brasil apresentam saldos médios de saldos diários, até fins de Junho de 1938, e saldos em fins de mês depois dessa data. Durante o ano corrente deverão ficar reajustadas essas séries e uniformizada a coleta dos dados estatísticos do Banco.

CAIXA DE EMPRESTIMOS AOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL

A Caixa de Empréstimos aos Funcionários do Banco, criada em virtude do disposto no n. 10 do artigo 8.º dos Estatutos, efetuou

no decurso do ano 1.063 empréstimo, na importância de 6.109 contos de réis.

O saldo total dos empréstimos evidencia um aumento de 933 contos de réis, tendo passado de 11.243 contos de réis, em fins de 1937, a 12.176 contos de réis, em 31 de Dezembro de 1938.

DIRETORIA E CONSELHO FISCAL

Terminando agora o mandato do diretor Dr. Ildefonso Simões Lopes, deverá a assembléia geral proceder á eleição de um diretor, com mandato por quatro anos, bem como á do Conselho Fiscal para o ano de 1939.

Na assembléia geral de 30 de Abril de 1938, foi eleito diretor o doutor Pedro Demosthenes Rache, que, desde 2 de Maio, se acha á frente da Carteira de Comércio Bancário.

ASSISTENCIA SOCIAL

O Banco concorreu com a importância de aproximadamente Rs. 510:000\$000 para várias sociedades beneficentes ou de assistência social, cumprindo o dever elementar de minorar o sofrimento humano.

ANEXOS

Parte integrante do presente relatório, as páginas seguintes encerram os balanços, demonstrativo de lucros e perdas do Banco, bem como quadros estatísticos e gráficos preparados pela Secção de Estatística e Estudos Econômicos.

CONCLUSÃO

Aí fica, em síntese, o como poudo o Banco do Brasil, no primeiro ano de prática do regime político instaurado em Novembro de 1937, desempenhar a sua "missão nacional de coesão econômica, fomento da riqueza e valorização do meio circulante".

De minha parte, pondo em relevo a eficiente dedicação dos bons servidores, componentes do notavel quadro do seu funcionalismo, quero fixar a harmonia construtora da elevada cooperação da Diretoria e do Conselho Fiscal, sem o que impossível ou penosíssimo fôra para mim o cum primento da incumbência cometida pelo eminente Senhor Getúlio Vargas.

Rio — Março, 31 — 1939.

MARQUES DOS REIS

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Srs. Acionistas

Temos a honra de apresentar a esta Assembléia, conforme ordenam os nossos Estatutos, o parecer sobre as contas e atos da Diretoria durante o ano de 1938.

Cumpre-nos de início destacar alguns dados que revelam de maneira positiva o grau de confiança, prosperidade e segurança do nosso Banco. Segundo os quadros demonstrativos que figuram no Relatório de Sr. Presidente, é de salientar o aumento considerável dos depósitos, pois, atingiram eles, em média, durante o ano de 1938, o total de 3.622.000 contos contra 2.234.000 contos no exercício anterior. Isso representa o acréscimo de 1.338.000 contos ou sejam 62,1 %. Ao assinalarmos esse fato desejamos destacar as duas categorias de depósitos que mais contribuíram percentualmente para esse aumento e que são precisamente os Depósitos do público, á vista e a prazo. Os seus saldos médios estão assim representados:

á vista em 1938 — 951.000 contos; em 1938 — 1.650.000 contos.

á prazo em 1937 — 123.000 contos; em 1938 — 229.000 contos.

As variações para mais foram de 699 300 contos para os primeiros e de 105.000 contos para os segundos, ou ainda de 73 % e 85 %, respectivamente.

Notamos igualmente o aumento nas médias das operações de empréstimos durante o exercício findo em comparação com o anterior. Essas médias foram as seguintes: em 1937 — 2.853.000 contos e em 1938 — 3.288.000 contos, o que representa o acréscimo de 15,2 %. É digno de registro o que diz respeito aos empréstimos a agricultores, industriais, comerciantes e particulares. O saldo médio dos empréstimos dessa natureza foi de 758.980 contos em 1938, contra o de 694.223 contos em 1937. Verificou-se o aumento de 64.757 contos ou 9 % a mais no ano que estamos analisando.

A respeito do empréstimo ao Poder Público, o Relatório do Sr. Presidente oferece minuciosos esclarecimentos. É de notar, porém, o quadro comparativo dos empréstimos a Estados e Municípios. Essas dívidas, em 1937, totalizavam 621.448 contos e ao encerrar-se o ano seguinte baixaram a 595.653 contos, donde a diminuição de 25.795 contos. Se considerarmos as contas isoladamente, verificamos que, durante o ano em análise algumas sofreram reduções, no total de 73.049 contos, e outras aumentaram, no total de 47.253 contos. A citação desses algarismos é aqui feita para evidenciar o perfeito funcio-

namento dessas contas, em consequência das providências tomadas pela Administração do Banco para garantir o seu reembolso.

Os resultados obtidos durante o ano de 1938 foram superiores em 11 % aos do anterior, ou sejam 71.554 contos contra 64.228 contos, respectivamente. O Fundo de Reserva que em 31-12-937 era de 259.746 contos, subiu a 266.901 contos em 31-12-937 era de 259.746 contos, subiu a 266.901 contos em 31-12-938, ou seja um aumento de 7.155 contos. Além dessa Reserva estatutária e da redução feita no valor dos imóveis do Banco, — é de salientar a importante verba de 47.844 contos para reforço de reservas especiais para atender a prejuízos eventuais. Foram distribuídos dividendo na mesma base anterior.

Como nos anos anteriores, este Conselho conferiu a existência do ouro comprado pelo Banco por conta do Tesouro Nacional. É um serviço de interesse público que o Banco, há já alguns anos, vem dando cabal execução.

Antes de encerrar as considerações em torno dos pontos principais do Relatório, cumpre ao Conselho destacar também uma providência de ordem administrativa de grande alcance para o melhor desempenho da missão nacional de que se acha investido o nosso Banco: desejamos nos referir á criação de várias sub-agências. Na execução de um plano inteligente e altamente patriótico, tal como se vem observando, o Banco do Brasil, através das suas 90 agências, já em pleno funcionamento, e de outras tantas subagências agora criadas, — ampliará consideravelmente o seu raio de ação, levando o poderoso concurso do crédito a muitas localidades do interior do País.

No exercício das suas atribuições, o Conselho Fiscal, durante o ano findo realizou todas as suas reuniões ordinárias bem como várias extraordinárias e emitiu pareceres que foram solicitados pela Administração do Banco; conferiu os saldos de caixa, os valores de propriedade do Banco, as contas e os respectivos balanços. Tendo tudo encontrado certo e em perfeita ordem, propõe a esta Assembléia Geral sejam aprovados os atos e contas referentes ao ano de 1938.

Deixa de assinar o presente parecer o Sr. Dr. João Daudt de Oliveira por se achar no momento ausente.

Rio, 6 de Abril de 1939.

Hernani Coelho Duarte.

Jorge de Toledo Dodsworth.

Pedro Magalhães Corrêa.

Paulo Felisberto Peixoto da Fonseca.

Escola-de Horticultura Wenceslau Bello

Breve relato das suas atividades em 1938

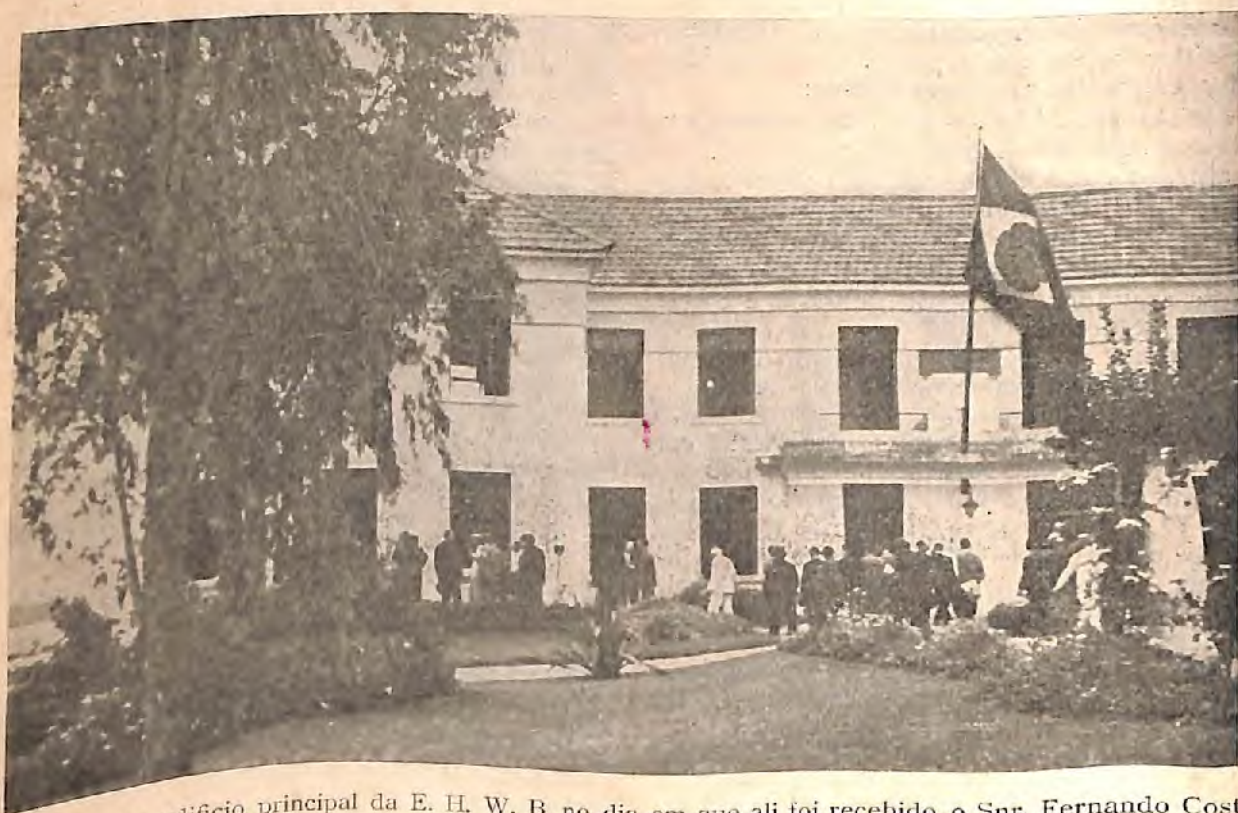
Para conhecimento do digno corpo social da Sociedade Nacional de Agricultura, publicamos a seguir o relatório apresentado pelo Sr. Dr. A. Arruda Camara, Director desse estabelecimento durante o anno de 1938, no qual podem bem ser avaliados os esforços que vêm sendo compreendidos para que seja possível á Sociedade prestar á classe agricola mais esse importante serviço:

"Após 10 anos de preparação e de trabalhos continuados, foi, afinal, posta a func-

respectivo material. Os dormitórios foram providos inicialmente de 25 leitos — havendo ainda espaço para quadruplica-los; os refeitórios, salas da administração e de aulas e laboratórios. Essa foi uma etapa difficil, mas com os recursos da Sociedade e com as adaptações feitas no próprio estabelecimento, foi possível atingi-la sem grande dispendio.

PROFESSORES

Além dos professores e do chefe dos tra-



Parte do edificio principal da E. H. W. B. no dia em que ali foi recebido o Snr. Fernando Costa

cionar esta escola, cuja necessidade todos sempre reconheceram, levando a Sociedade Nacional de Agricultura a não medir sacrificios par realizal-a.

INSTALAÇÕES

Em 1937 e em parte de 1938, terminadas as obras constituiu preocupação principal dotar as salas e salões do estabelecimento do

balhos práticos, mantidos pela Sociedade Nacional de Agricultura, auxiliou o Ministerio da Agricultura essa parte importante da vida da Escola, contratando dois agronomos — os Srs. Drs. Geraldo Goulart da Silveira e Arnaldo Augusto Vieira para completarem o corpo docente. O futuro desenvolvimento do ensino na Escola exigirá, talvez o aumento de mais um professor.

RECURSOS

Além do auxilio pelo Ministério da Agricultura — 20:000\$000 — poudo o estabelecimento contar com os provenientes da renda do Horto e dos suprimentos da Sociedade Nacional de Agricultura. Destinando-se a verba oficial á manutenção de alunos internos, foi toda ela aplicada na alimentação dos alunos, correndo as demais despesas, inclusive a do pessoal, pelas outras verbas citadas.

admissão, no processo de seleção dos candidatos e, sobretudo, no caráter profissional impresso ao curso de horticultura, que é o geral, desde o primeiro ano.

Assim, tomando os estudantes parte em todos os trabalhos realizados no estabelecimento, aprendem a executa-los, fazendo-os, inteirando-se, porém, da razão de todos eles, estudando-os e observando os respectivos resultados.

As noções de agricultura, e de zootécnia, que passaram a ser ministradas no primeiro



Percorrendo a horta

ENSINO

Visando a Sociedade Nacional de Agricultura o preparo de horticultores, de técnicos que, afeitos ao trabalho, possam utilizar os conhecimentos adquiridos e, pelo hábito de estudo e de observação, enriquecer, dia a dia, o mealheiro intelectual, julgamos conveniente imprimir orientação utilitária, de feição prática, aos cursos ministrados no estabelecimento.

E, para que não falhassem tais propósitos, foram introduzidas modificações no plano de ensino anteriormente estabelecido. Consistiram, em linhas gerais, as modificações aludidas, no aumento de exigências para a

ano, assim como as de botânica e de zoologia, facilitaram, consideravelmente, o alcance desse objetivo.

Na execução dos trabalhos práticos tiveram os estudantes ensejo da aplicação de ensinamentos recebidos, de exercitarem-se no manejo dos instrumentos, aparelhos e utensílios de lavoura manual, na montagem e direção das máquinas agrárias, nas lides com os animais de tração, etc., adquirindo, gradualmente, desembaraço, pericia e hábito de trabalho.

ATIVIDADE ESCOLAR

Como é do conhecimento geral iniciou

a Escola de Horticultura "Wenceslau Belo" sua atividade em 1937 pelos cursos rápidos e de adaptação.

Realizou, dentre os primeiros, um curso de Enxertia e outro de Defesa Sanitaria Vegetal.

Os resultados alcançados foram um estímulo á realização de novos cursos da mesma natureza no corrente ano em que, com a abertura do internato, tiveram inicio, integrando o estabelecimento na sua verdadeira finalidade, os cursos regulares, de caráter permanente.

MATRICULAS

No ano letivo que ora se encerra elevou-se o numero de matriculas nos cursos rápidos, de caráter temporário, a 158 e nos cursos regulares ou permanentes, a 14 sendo 9 no de horticultura, 1 no de fruticultura, 1 no de hortelão e 3 como ouvintes ao de horticultura.

FREQUENCIA

Nos cursos rápidos o comparecimento ás aulas elevou-se a um total de 1.600 o que corresponde a 20 aluno por aula. Realizaram-se, nesses cursos, 76 aulas, em 152 horas, aproximadamente.

CURSOS	Matriculas	Aulas	Comparecimento	
			Médio	Total
Organização de Herbarios e Museus de Produtos Vegetais	48	16	17	269
Enxertia	54	29	16	464
Multiplicação Vegetal	56	34	26	875

Nos cursos regulares foi o seguinte o movimento de frequencia :

CURSOS	Matriculas	N.º de dias letivos	Comparecimentos	
			Média	Total
Horticultura	12	168	10	1.680
Fruticultor	1	156	1	155
Hortelão	1	156	1	135

NATURESA DOS CURSOS

Os cursos rápidos visam a disseminação de conhecimentos especiais, restritos, de interesse imediato. Nenhuma exigencia é feita para frequentá-los. A qualquer cidadão interessado em adquirir ou melhorar conhecimentos nesta ou naquela operação agrícola oferece a Escola, com a realização dos cursos rápidos, com programas previamente divulgados, a desejada oportunidade.

Os cursos especiais, visando o preparo de hortelões, fruticultores, jardineiros, etc. foram instituídos a titulo de ensaio. Confiamos

venham eles, mais tarde, a despertar grande interesse, maior, talvez, que o próprio curso geral.

Foi iniciado o de fruticultura e o de hortelão, matriculando-se neles, dois funcionários do estabelecimento que procuram, assim, dar melhor desempenho ás proprias funções.

Dada essa circunstancia e a conveniencia de um mais demorado estudo para a organização definitiva de tais cursos, não foi ainda fixada a duração dos mesmos que, entretanto, não deverão exceder de dois anos. Resolveu-se, apenas, quais as matérias indis-

pensáveis aos referidos cursos. Para o de fruticultura: — noções de botânica, de entomologia e fitopatologia, sólo e adubação, de entomologia e fitopatologia, sólo e adubação, fruticultura geral, fruticultura especial e citricultura. E para o de hortelão, o mesmo critério foi adotado, ensinando-se noções de botânica, de entomologia e fitopatologia, sólo e adubação, ecologia horticola, horticultura geral e horticultura especial.

Releva esclarecer que a natureza especializada desses cursos desaconselha aulas em comum.

Constituíram matérias do 1.º ano:

Português (revisão)	2	horas	por	semana
Aritmética (revisão)	2	"	"	"
Geografia Económica	2	"	"	"
Geometria	3	"	"	"
Botânica	3	"	"	"
Zoologia	2	"	"	"
Agricultura Geral	4	"	"	"

Além das 20 horas de aula por semana foram reservadas privativamente para estudo e deveres 10 horas e para trabalhos praticos 25 horas.



O Snr. Fernando Costa palestra com o Snr. Simões Lopes, que também já ocupou a pasta da Produção. Ao lado, o Snr. General Newton Cavalcanti que teve palavras de estímulo aos soldados matriculados nos cursos anualmente realizados

O curso geral, isto é, o de horticultura, foi iniciado, como vimos, no principio do ano letivo, sob o regimen de internato, — aquele que, pelas próprias exigencias do curso, melhor consulta aos interesses do ensino.

Neste primeiro ano de funcionamento, contrariamente á expectativa dos menos otimistas, o ensino foi absolutamente regular. Embora não se tendo alcançado, por circunstancias muito especiais, o numero de dias letivos previstos, foram os programas devidamente atendidos.

TRABALHOS PRATICOS

Infelizmente, pela natureza dos cursos rápidos, não concorrem os estudantes, neles matriculados, aos trabalhos realizados no estabelecimento.

Estes são, entretanto, obrigatórios nos cursos permanentes.

No corrente ano os nove alunos do curso de horticultura (excluídos do cômputo os tres ouvintes que também participaram de todos os trabalhos) exercitaram-se 5.645 horas nos seguintes trabalhos práticos:

NATUREZA DO TRABALHO	Numero de horas	Total de pontos Media global
Rocada	145	16
Destocamento	216	24
Montagem e conservação de máquinas	95	10
Arado	456	52
Grade	245	27
	36	4
Plantio	146	17
Transplantação	165	18
Capina mecânica	881	99
Viveiros	875	98
Capina manual	302	23
Horta	504	46
Jardim	386	43
Defesa agrícola	105	11
Colheita e embalagem	134	15
Construção e reparo de cercas	107	12
Abertura e conservação de estradas	115	13
Estábulo e apiário	140	16
Oficina	83	9



O Sr. Fernando Costa, como bom profissional, não se limita a ver...
Aí está S. Exa. examinando um belo exemplar de alfaca

Na Escola de Horticultura "Wenceslau Bello"



O Snr. Ministro Fernando Costa examina o sistema radicular de um enxerto produzido na Escola



No extenso gramado do parque "Arsène Putemans", em que se destaca um cafeeiro plantado pelo Snr. Odilon Braga, um grupo de visitantes e, ao fundo, a casa do Director.

Releva atestar haveremos registado nestas notas sómente os trabalhos dos nove alunos que acabaram de fazer o 1.º ano do curso de horticultores.

Vale, igualmente, assinalar que "dispensas" nos trabalhos práticos foram sempre justificadas e, bem assim, a circunstancia altamente desvanecedora de haverem os examinados obtido no exame prático de agricultura nota distinta o que levou a Banca Examinadora, por proposta do Eng. Agrônomo Luiz Octavio Moreira Penna, estranho ao estabelecimento, a consignar em ata um voto de louvor a todos os alunos pelo desembaraço e eficiência com que executaram a prova prática.

EXAMES

Nos cursos rápidos de Organização de Herbários e Museus de Produtos Vegetais, de Enxertia e no de Multiplicação Vegetal, reali-

zados no corrente ano, a entrada em exame dependeu da frequência só sendo chamados aqueles que assistiram a um minimo de 80 % das aulas dadas.

Já nos cursos permanentes a situação é diversa. Além da frequência exigida tanto nos trabalhos práticos com as aulas só foram chamados a exames nas respectivas matérias, os alunos com a média minima de 40.

Apesar dessas disposições regimentais apenas um deixou o exame para ser feito na segunda época: botânica, desenho e geometria.

Os exames dos alunos do 1.º ano do Curso de Horticultura confortam, pelos resultados apresentados, resultados que não constituíram surpresa, á Direção da Escola e seu esforçado corpo de Professores.

Em oito matérias (português, arimética, geografia, economica, geometria, desenho, botânica, zoologia, agricultura), foram registados os seguintes finais:

ALUNO	Total de pontos	Media global
1.º — Carlos Provenzano	760	95,00
2.º — Joaquim de Assis Lopes	755	94,50
2.º — Francisco Xavier Fernandes	720	90,00
4.º — Fernando Henrique Vieira	700	87,00
5.º — Severino Gonçalves Camara	670	84,00
6.º — João da Luz Fernandes	660	82,50
7.º — Joaquim Victor Barbosa	505	63,00
8.º — Thiago Gomes	500	62,50

Visando o estímulo ao estudo, por ocasião do encerramento do 1.º ano letivo, foram distribuidos os seguintes premios:

I

Premio "SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA" — Uma APOLICE PER-NAMBUCANA — premio destinado ao aluno melhor classificado na média global das notas de aprovação. — Conferido ao Sr. Carlos Provenzano.

II

Premio "CORREIO DA MANHÃ" — uma rica coleção de instrumentos de poda e enxertia — premio destinado pelo Suplemento Agrícola do Correio da Manhã ao aluno "AGRICULTORES" foi uma rica coleção de

III

Premio "SOCIEDADE UNIÃO DOS AGRICULTORES" — Instituido e oferecido pelo Sr. Adriano Dantas — premio destinado ao aluno que maior tendencia revelou nos trabalhos mecanicos na lavoura. Conferido ao aluno Francisco Fernandes.

IV

Premio "O CAMPO" — Assinatura anual — Conferido ao Sr. Fernando Henrique Vieira.

O Premio "SOCIEDADE UNIÃO DOS instrumentos de enxertia.

Na Escola de Horticultura "Wenceslau Bello"



Por ocasião do 3.º aniversário do falecimento do Dr. Miguel Calmon, realizou-se na Escola uma sessão comemorativa. O grupo acima foi tirado logo após a solenidade, junto à herma do antigo Presidente da S. N. A.



Como quasi todos os seus antecessores, o Snr. Fernando Costa deixou assinalada sua ida á E. H. W. B., com uma arvore que plantou. A gravura mostra os preparativos da operação

Relação dos alunos aprovados nos cursos rápidos organizados pela Escola de Horticultura "Wenceslau Bello", nos anos de 1937 e 1938

NOME DO ALUNO

CURSOS FEITOS

Abilio Alves de Freitas	M V
Adauto Carlos Vilela	M V
Adolpho Peixoto de Gusmão	M V
Adriano Dantas	1º enx — D S V
Afonso Guimarães Filho	D S V
Aguinaldo Baptista Fernandes	H
Alberto Antonio Maria Vessié	1º enx
Alberto Carlos de Abreu Rocha	H
Alberto Fernandes Alves de Barros	1º enx — D S V
Alberto José Arése	D S V
Alcides Leoni	D S V
Alder Americano da Costa	2º enx
Alfredo Antonio de Gusmão	M V
Alfredo Marques Porto	M V
Altamiro Barbosa Pereira	1º enx
Antonio Alves Martins	D S V
Antonio Coelho da Serra Aranha	1º enx
Antonio do Araujo Aguiar	1º enx — D S V
Antonio de Moraes Neves	2º enx
Antonio Ignacio de Oliveira	M V
Antonio Rodrigues Moreira	D S V
Armando de Aquino Leite	2º enx
Atilio Pinto da Cunha	2º enx
Augusto de Nascimento Siqueira	2º enx
Belarmino Cristovão da Rocha	D S V
Bento Rodrigues de Araujo	M V
Bernardo da Silva Guedes	2º enx
Bianor Garcia de Moraes	D S V
Braz de Almeida Antas	2º enx
Carlos de Azevedo Faria	2º enx
Carlos Provenzano	1º 2º enx — H — D S V
Cecilio Ferreira Guarita	M V — H enx — H
Claudionor Pereira	D S V
Dante Camara Neiva	1º enx — D S V
Demostenes B. Moscoso	D S V
Edmur Vianna Cases	D S V
Edson Juraci Borges	M V — D S V
Esdras Ferraz França	H
Euzelio Carlos Vilela	M V
Fernando Henrique Vieira	1º 2º enx — H — D S V
Flavio de Carvalho Mesquita	2º enx — H — M V — D S V
Francisco Morgado	D S V
Francisco Mourão	M V
Francisco Munhoz Belar	1º enx
Francisco Paula Gomes	2º enx
Francisco Xavier Fernandes	2º enx — — — D S V
Franklin George Nailor	M V — D S V
Geminiano Mendes de Brito	1º enx — D S V
Goldwasser Pereira Santos	D S V
Hardman de Araujo Gomes	2º enx — H
Henrique Pimenta Veloso	2º enx — M V D S V — H

Heraclito Garcez	D S V
Honorio da Costa Monteiro Neto	2º enx — D S V — H
Horacio Salema Garção Ribeiro	2º enx
Humberto Montreal de Siqueira	D S V
Indio Tamoio Prado	D S V
Jalces Tamoio Prado	D S V
Jaccio Ferreira Simas	D S V
Joanna de Arruda Camara	1º enx — H D S V
Joanna Wolga de Peçanha	D S V
João Acrisio de Góes Bezerra	H — 1º enx
João Alves Coelho	D S V
João Batista dos Santos	M V
João da Luz Fernandes	2º enx — H D S V
João Domingos Varela	M V
João Husi da Silva	D S V — M V
João Vieira	D S V — 1º enx
Joaquim de Assis Lopes	1º enx — D S V
Joaquim de Almeida Ferraz Junior	H — 2º enx
Joaquim Moreira B. Oliveira Lima	M V — D S V
Joaquim Pedrosa	2º enx
Joaquim Victor Barbosa	2º enx
Jomarcenio Correia	2º enx — H
José Aristides de Albuquerque Melo	2º enx — D S V
José Clemente dos Santos	H
José Queiroz Fortuna	M V — H — D S V
José Ferreira Pinto	D S V
José Henrique Fernandes Filho	1º enx
José R. da Silva Junior	D S V
José Victor de Santana	D S V
Julio da Costa Theophilo	D S V — 1º enx
Julio Junqueira de Aquino	1º enx
Leví Fausto de Souza	1º enx — M V — D S V
Luiz Benjamim	D S V
Luiz Ferreira dos Santos Filho	2º enx
Manfredo Ribeiro de Souza	M V
Manoel Bezerra de O. Lima Sobrinho	H — D S V — 1º enx
Manoel Coutinho dos Santos	M V — 1 enx.
Manoel de Aragão Gesteira	D S V
Manoel Ignacio Torres	D S V
Manoel Leite da Silva	M V — 1º enx
Marino Ferreira	D S V
Maximiano Batista	D S V
Michel Sayer	1º enx
Nino di Matia	M V — D S V
Odorico da Silva Gomes	D S V
Oscar Gomes Jobim	D S V
Osorio Gomes de Assis	1º enx
Oswaldo Ciculo Gagliano	M V
Oswaldo de Almeida Ferraz	D S V
Oswaldo R. de Oliveira Santos	2º enx — M V — H
Paulo A. de Mattos Araujo	D S V
Paulo de Carvalho	1º enx
Paulo Tavares de Macedo	2º enx
Pedro Clemente Ribeiro	D S V
Pedro Medeiro Ferro	1º enx
Pichara Boeri Filho	D S V
	D S V — 1º enx

Possidio Gomes Campos	D S V
Randolfo Garcia de Abreu	1º enx
Raimundo de Oliveira Coimbra	M V — H — D S V
Raimundo Sergio de Faria	M V
Reinaldo da Silva Carvalho	M V — D S V
Renato Pinto Brown	D S V
Roberto Freitas Pacheco	D S V
Rodolfo Cassel	M V
Rubens F. da Silva e Souza	D S V
Samuel Pinto Cortez	D S V
Salvador Russel	D S V
Severino Gonçalves Camara	2º enx
Silvio Rangel	2º enx
Tiago Gomes	2º enx
Victor Santos Iberton	2º enx
Walter Jorge Azevedo Mattos	2º enx
Wilson Vieira	2º enx
Wogrand Cardoso	2º enx

NOTA: — Cursos M V. (Multiplicação Vegetal); (1º de Enxertia); 2º enx- (2º de Enxertia); D. S. V. (Defesa Sanitária Vegetal); H (Herbarios e Museus de Prod. Vegetais).



O Snr. Fernando Costa, ao lado do Director da Escola, percorre a horta

Inscрева-se como socio da
Sociedade Nacional de Agricultura

Semanaes da Sociedade Nacional de Agricultura

Sessão de 11-V-39

A Sericicultura no Districto Federal — O Credito Agricola — Cooperativismo — Exportação de Milho — Cursos Rapidos na Escola de Horticultura "Wenceslau Bello" — O Renascimento Economico do Estado do Rio

Com extraordinaria concurrencia realizou-se, na ultima quinta-feira, a primeira reunião semanal da Directoria da Sociedade Nacional de Agricultura, após o habitual periodo de férias. Presidiu os trabalhos o Sr. Arthur Torres Filho que começa dando a palavra ao Sr. Arruda Camara, Secretario, para a leitura do volumoso expediente.

Ao entrar na ordem do dia, informa o Sr. Torres Filho que a Sociedade, secundando o movimento que se está processando em prol da sericicultura no Districto Federal e regiões circumvizinhas, resolveu, por intermedio da Escola de Horticultura Wenceslau Bello, iniciar um curso rapido de sericicultura, a ser ministrado aos muitos interessados no assumpto. Essa iniciativa é encorajada não só pela oportunidade da materia sobre que versará o curso como, também, pelo exito obtido em cursos de varias naturezas já realizados naquelle estabelecimento, diplomando numerosos profissionais que se estão encaminhando para os trabalhos da terra. Graças ao auxilio prestado pelo Ministerio da Agricultura, poderá a Escola, agora, iniciar aquelle curso, que terá a orientação e a dirigir-o o Dr. Mario Vilhena um dos pioneiros da sericicultura no Brasil. É um nome conhecido como um dos nossos maiores especialistas na materia e um dos colaboradores mais entusiastas de Amílcar Savassi na Estação Sericicola de Barbacena. O programma do curso está assim distribuido:

A) — Generalidades de Sericicultura: —
1 — O que é sericicultura. Vantagens. Possibilidades do Brasil; 2 — Biologia rapida do bicho da seda.

B) — Cultura da Amoreira: — 1) Terras e clima. 2) Cultivo e sistema. 3) Multiplicação. 4) Sistemas de aproveitamento. 5) Pragas e doenças. 6) Utilizações.

C) — Criação do Bicho de seda: 1 — Locaes. Utensilios. Mão de obra. Inicia; 2 — Governo da criação. Colheita e aproveitamento dos casulos. 3 — Doenças do bicho da seda.

Continuando, informa o Sr. Torres Filho que a Sociedade dispõe de um registo com cerca de 120 pessoas interessadas na sericicultura no Districto Federal, sendo, portanto, de prever uma grande concurrencia a este curso que, como todos os demais professados na Escola, se revestirá de um carater essencialmente pratico. Por outro lado, é intuito da Sociedade levar ensinamentos sobre o assumpto directamente ás propriedades agricolas e, ultimamente, patrocinou a criação de uma cooperativa de sericicultura, visando não só a produção, mas também o credito e cujas sessões preparatorias se realizaram na sede da Sociedade, achando-se a nova instituição já organizada e no inicio dos seus trabalhos.

Trata-se, como se vê, de uma iniciativa nova, talvez mesmo uma campanha, que trará os maiores proveitos á economia local, porque todos sabemos quão grande é a área de terrenos montanhosos, considerados safaros e, por isso mesmo, inaproveitados, e que facilmente poderão ser aproveitados com a sericicultura. Além disso, essa actividade permite que, de commum, sejam exploradas outras culturas. Bastará um hectare de terras para ter-se uma produção consideravel de amoreiras, e, portanto, o alimento sufficiente para uma regular criação de bicho da seda. O ponto mais importante é justamente a parte technica da criação, como o emprego de ovos seleccionados e a parte sanitaria da criação. Nessa parte é que se fará sentir, justamente, a contribuição do Sr. Mario Vilhena, profissional dos mais consagrados na materia.

A seguir, o Sr. Torres Filho observa que, com a presente sessão, iniciava-se uma nova phase de actividade para a vida da Sociedade. Nesse interregno — diz — registaram-se factos de grande importancia para a vida economica do paiz, os quais demonstram a evolução por que está passando a nossa organização economica. Dentre estes factos, é de salientar o referente ao credito agricola. O primeiro passo para esse elevado objectivo, já deu lugar cerca de um anno, com a criação da Car-

teira Agrícola junto ao Banco do Brasil. A despeito de sua curta vida, entretanto, ella já nos offerece resultados os mais animadores, que nos dão a confiança de um desenvolvimento crescente dos seus serviços ao reerguimento da economia rural do Brasil. Essa carteira, que passou novamente por uma reforma, ainda não está regulamentada, mas os pontos essenciais a que deverá obedecer são já conhecidos. Dentre esses pontos, é digno de registo o que se refere á collaboração estreita que deverá existir entre a Carteira e as cooperativas agrícolas. O movimento cooperativista no Brasil, nos ultimos tempos, tem tomado um grande incremento, bastando que se informe que, na Repartição encarregada do assumpto, no Ministerio da Agricultura, já se acham registadas mais de 500, e, na parte propriamente do credito, as operações por intermedio dos bancos e caixas rurais e das cooperativas de credito já se elevam a mais de 1.500 contos. Esses dados são bem a expressão do que pôde ser o movimento cooperativista no paiz se elle tiver a assistencia financeira do Banco do Brasil.

Propõe-se o Sr. Torres Filho a, numa das proximas sessões da Sociedade, fazer uma resenha desse movimento nos diversos paizes do mundo, de modo a que possamos ter uma noção exacta da importancia que o cooperativismo exerce sobre a economia de cada um, em cooperação com o Brasil.

Continuando, informa o Sr. Torres Filho haver-se dirigido ao Sr. Souza Mello, Presidente da Carteira de Credito Agrícola, pedindo que lhe desse elementos de apreciação sobre a forma das operações da carteira, dentro da reforma por que vem de passar.

A essa carta o Sr. Souza Mello respondeu nos seguintes termos: — "Rio de Janeiro, 3 de Maio de 1939. Presado amigo Dr. Arthur Torres Filho — Tenho o prazer de acusar o recebimento de sua carta em a qual solicita informações sobre a nova organização da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial.

Em resposta cabe-me informar-lhe o seguinte:

No novo regulamento da Carteira, aprovado pelo Sr. Ministro da Fazenda e publicado no Diário Oficial de 26 do mês passado, fez-se maior sub-divisão das finalidades da assistência financeira que a Carteira visa amparar; admitiu-se, excepcionalmente, auxílio para instalação inicial de aparelhagem industrial "desde que a industria interesse directamente, á

defesa nacional e que, aprovado o respectivo projeto pelo Estado Maior do Exército ou da Armada, tenha sido sua montagem julgada conveniente e oportuna pelo Sr. Presidente da Republica".

Das operações — Foram fundidas e ampliadas as respectivas disposições, esclarecendo-se que os empréstimos:

— independem da existência de disponibilidades cadastrais estando, porém, sujeitos ás limitações estabelecidas para cada actividade (agrícola, pecuária e industrial);

— permitiu-se, excepcionalmente, a realização de empréstimo sem avaliação de saíra, até o máximo de Rs. 5:000\$000 baseado o calculo do financiamento na média da produção do último triênio;

— nos empréstimos para aquisição de gado destinado á criação e melhora de rebanho e de animais de serviço para os trabalhos rurais, dilatou-se o prazo para dois anos, como prescreve o artigo 6.º da Lei n.º 454, de 9 de Julho de 1937.

Para execução dos empréstimos em "Leiras Hipotecárias" previstos nos Decretos-Leis ns. 1.002 e 1.172, de 29/12/38 e 27/3/39, aguarda-se a regulamentação, pelo Governo Federal, desses decretos.

Quanto á elevação de capital do Banco já foi objeto do antigo Estatuto.

Tão logo sejam impressos os novos regulamentos e leis, terei grande prazer em enviar-lhe exemplares da nossa edição, que conterá, além disso, explicações detalhadas sobre as operações praticadas pela Carteira.

Aproveito a oportunidade para colocar-me ao seu dispôr, apresentando-lhe as minhas atenciosas saudações. (a) — Souza Mello.

Ainda com a palavra, o Sr. Presidente se refere a um memorial recebido da Sociedade Commercial Forrez, Limitada, de São Paulo, relativamente á exportação do milho brasileiro.

Demonstra o Sr. Torres Filho a necessidade do amparo das aspirações dos exportadores desse cereal, porque, como é do conhecimento de todos, o augmento da sua produção, visando a exportação, obedece a um appello do Sr. Presidente da Republica, encaminhado aos agricultores por intermedio do Ministerio da Agricultura. Pessoalmente, diz o orador, estive o anno passado em S. Paulo com esse objectivo, tendo realizado varias reuniões nos centros interessados e coordenado a orientação a seguir no sentido do augmento da produção. O appello foi atendido. O movimento em favor da produção leve uma

grande repercussão em todo o paiz, traduzido na exportação que, em 1937 apenas atingiu a 5.000 toneladas. Acrescenta, ainda uma produção de 400.000 toneladas só em S. Paulo! E' esta uma estimativa official, confirmado pelos proprios exportadores. A Sociedade commercial que nos encaminha o appello em apreço foi justamente a que, no anno passado, realizou a maior exportação, e, de 42.000 toneladas exportadas por Santos, 18.000 lhe couberam.

Mas, em consequencia desse surto repentino no augmento da produção, estão

fazer frente á produção argentina, cujo custo vae a 6,40 por quintal, ou seja um preço um pouco mais elevadado do que o preço F. O. B. do milho paulista. A referida Sociedade pede tambem outras providencias, que já estão sendo devidamente attendidas pelo Ministerio da Agricultura. Propõe-se o Sr. Torres Filho a levar uma parte das suas solicitações ao conhecimento do Sr. Ministro da Agricultura, que se mostra vivamente interessado em que, depois de um appello como o que foi feito, não tenhamos de assistir a um resultado



Sessão de 11 de Maio. No momento, fala o Sr. Torres Filho, que preside os trabalhos

surgindo no Estado grandes embarações, dentre as quaes — o maior — é o que se refere ao transporte ferroviario, e na falta de capacidade do porto de Santos em permitir esse embarque com a rapidez necessaria ao carregamento dos navios, de modo a se obter um frete maritimo razoavel, em confronto com a Republica Argentina, onde esse serviço é feito a tempo e a hora, não dando, assim, logar a uma majoração de frete, pelas despesas de armazenagem e outras. Segundo calculos feitos, o custo do milho embarcado é pouco mais de 18\$000 por sacca de 60 kilos e esse preço minimo permite perfeitamente

contraproducente, a exemplo de outros movimentos em prol do incremento da produção, em que o lavrador assistiu ao insuccesso dos seus esforços, com consequencias altamente prejudiciaes para as campanhas de caracter official. Em todo caso, é de justiça que salientemos sobretudo o esforço dos agricultores, provando assim que elles vêm sempre ao encontro do governo, toda vez que este lhes acena com uma certa recompensa ao seu trabalho.

O Sr. Arruda Camara, inscripto para falar a respeito do desenvolvimento do cooperativismo, informa, antes de entrar na materia, que teve inicio, na Escola de

Horticultura "Wenceslau Bello", no domingo ultimo, o curso rapido de Melhoramento de Plantas. O acto da inauguração desse novo curso, leve a presença, altamente honrosa para a Escola, do Professor Guarita Carlaxo, da Escola Agricola de Lavras, tendo comparecido á aula inaugural vinte e quatro dos candidatos inscriptos. Dentre elles, alguns fizeram já outros cursos rapidos na Escola.

A seguir, compulsando recentes dados estatísticos, demonstra o Sr. Arruda Camara o notavel desenvolvimento que tomou o cooperativismo no paiz, principalmente depois da nova lei de cooperativas.

Esse trabalho, pelo seu interesse, será dado á publicidade á parte.

O Sr. Torres Filho, agradecendo a communicação, informa á casa das suas impressões colhidas em uma recente viagem pelo municipio de Petropolis, na região propriamente criadora. Disse que, de ha muito desejava conhecer algumas propriedades mais importantes que se dedicam á exploração pecuaria, que, em parte, faz o abastecimento desta Capital.

Essa oportunidade elle a teve recentemente. Dá-se por feliz em ter tido occasião de verificar o movimento notavel digno de todos os encomios, que se está processando, na exploração pastoril no Estado do Rio de Janeiro.

Esse movimento, longe de significar decadencia do Estado do Rio, que muitos attribuem á pecuaria, porque essa industria é considerada como demonstração na economia rural como uma phase de retrocesso, quando racionalizada dentro da technica será antes uma demonstração de organização e de reerguimento. E justamente é isto o que se está passando na industria pecuaria do Estado do Rio. Eu mesmo — continúa o Sr. Torres Filho — tive occasião, na Europa, de ver o que acontece com a Pecuaria na Suissa, que é a sua maior riqueza, tão grande talvez quanto o seu adiantado parque industrial. Tudo depende dos meios de exploração e de organização.

E' isto justamente o que está acontecendo no Estado do Rio. Propriedades inteiramente abandonadas, decadentes desde a abolição da escravatura, perto da capital do paiz, estão hoje resurgindo dentro de uma orientação moderna na exploração pastoril.

Assignala, com prazer, a presença do Sr. Eduardo Duvivier, proprietario de uma das fazendas visitadas. Tendo-se em vista os resultados apresentados, como o tempo consumido na exploração — cerca de cinco

annos — tem-se de concordar que foi preciso um esforço muito grande para chegar a tanto. O exito alcançado mostra o que poderá vir a ser a pecuaria no Brasil, quando orientada por um espirito intelligente e conhecedor do nosso meio rural. A transformação operada nessa propriedade chega a ser surpreendente e mostra bem que uma vez organizada, poderemos ter, na parte dos laticínios, que é a mais importante da exploração, uma grande riqueza para o nosso paiz, a exemplo do que ocorre na Argentina, se baseada em methodos zootechnicos e sob um criterio industrial de accordo com a epoca. Vimos na propriedade do Sr. Duvivier muito daquillo que temos aconselhado, desta Sociedade e nos congressos economicos. Informa a Sr. Torres ter ainda visitado as propriedades dos Srs. Arnaldo e Carlos Guinle, esta em Therezopolis.

E' de justiça que se resalte no seio da Sociedade Nacional de Agricultura esse exemplo de um homem que, com actividade já definida, não titubeou em levar para o interior capital, applicando-o intelligentemente, porque, todos sabemos as difficuldades que existem em levar-se para o interior o capital. O que acontece, communmente, é que elle immigra para os centros populosos, deprimendo a economia rural do paiz.

O Sr. Eduardo Duvivier, a seguir, agradece as referencias do Presidente da Sociedade, dizendo, de começo, que o facto de haver pedido a palavra se impunha em face das palavras gentis que ouvira a seu respeito. Aceita-as como um forte estímulo no emprehendimento que vem realizando, mais para satisfação propria do que para ganhos. Deveria, diz, — o Sr. Duvivier, ficar por aqui mesmo, se V. Ex. não tivesse levantado uma these: a de que a pecuaria bem organizada não traduz retrocesso, mas é, antes, uma demonstração de progresso e, a proposito, citou o exemplo da Suissa. Eu acrescentaria a Hollanda, a Dinamarca, a Belgica, e, sobretudo, o exemplo da Argentina, onde na rica provincia de Buenos Aires, tudo é prosperidade nesse sector da actividade rural.

E' tudo uma questão de organização. E, se me dedico a esta obra, é em virtude de uma preocupação que de ha muito me assalta o espirito relativamente a um grande problema nacional: o das chamadas terras cansadas, que eu melhor classificaria como terras que serviram á lavoura cafeeira. Quando pensamos que a lavoura cafeeira talhou o Estado do Rio do centro ao sul, (bifurcando-se em duas faixas, uma

pela serra do mar em direcção a Minas Geraes e outra para S. Paulo em direcção ao norte do Paraná, comprehendemos porque em toda essa zona foi a pecuária introduzida como unico remedio para o seu aproveitamento. E' que ellas não podiam concorrer vantajosamente com outras terras mais apias. Essas terras, que serviram para a lavoura cafeeira, quer dizer, terras que ficaram completamente esgotadas na sua fertilidade natural, e erodidas pelo regime torrencial constitue um grande problema. Quando tive a honra de occupar na Camara um lugar na representação do meu Estado, apresentei um projecto visando a creação de um instituto agronomico especializado no aproveitamento dessas terras, não só para se verificar quaes as lavouras que ainda podiam ser feitas ali, mas, tambem, para o seu aproveitamento no sentido da pecuaria. Porque, tudo, na nossa pecuaria, tem sido orientado e organizado pelo ensinamento estrangeiro. Quando se procura o forrageamento do gado, temos a alfafa, que, é verdade, tambem é nossa, mas em pequena escala. Quando se procura a alimentação na avicultura, encontramos o trigo, que tambem ainda não é nacional. No entanto, nossos campos, nessas mesmas terras cansadas e abandonadas, ha uma grande quantidade não só de gramineas como de leguminosas talvez aproveitaveis.

Preoccupar-me — continúa o Sr. Duvivier — a lembrança de que o Estado do Rio, que constituiu durante annos o esteio economico do segundo Imperio se encontre em uma situação de grande penuria, dividido em duas zonas, uma, baixa, alagadiça, cujo aproveitamento depende de serviços de saneamento, e, outra, de serras, inteiramente esgotadas pela lavoura cafeeira. E' por isto que me dediquei a este trabalho e, ao cabo de cinco annos de experiencia, chego á conclusão de que é possivel a pecuaria racional nesta zona com apreciaveis resultados economicos. O que é preciso, é attender-se rigorosamente ás condições do sólo e do meio e a observar certas regras, que me dispense de focalizar num meio como este.

São estas as idéas que tenho procura-do realizar e é com prazer que, obedecendo a este criterio, a producção augmenta de anno para anno.

Refere-se ao emprego de reproductores finos e alonga-se em outras considerações e termina dizendo que recebe as palavras do Presidente da Sociedade como um estímulo. Prosseguirá nessa obra com

tudo o ardor, com toda a coragem, certo de que, assim embora modestamente, está servindo ao país.

Uma salva de palmas corôa as ultimas palavras do Sr. Duvivier e o Sr. Torres Filho dá a palavra ao Sr. Hilario Leitão, que propõe um voto de congratulações com a Sociedade e com a lavoura, pela reconducção do Sr. Torres Filho ao seio do Conselho Federal do Comercio Exterior, na sua nova phase e ao qual vem servindo desde a fundação, em 1934, desse organ da economia nacional.

O Sr. Torres Filho agradece e diz que que, alli tudo tem feito para, pondo a salvo os altos interesses da classe que representa, fazer um trabalho de conciliação com os demais interesses representados. E, termina, esses esforços tem sido sempre bem comprehendidos pelos outros collegas que alli representam outros, de não menos importancia para a economia brasileira.

Encerram-se os trabalhos.

Sessão 25-V-39

Curso Rapido de Sericicultura na Escola de Horticultura "Wenceslau Bello" — O Papel do Brasil no Mercado Mundial de Oleos Vegetaes — O Cooperativismo em Portugal — O Imposto Territorial — Os Preços da Laranja

Com grande concurrencia, realisou-se a sessão semanal da Directoria da Sociedade Nacional de Agricultura.

Abertos os trabalhos, lê o expediente o Sr. Arruda Camara, Secretario, que de inicio pede a attenção da Casa para o crescido numero de pedidos de inscripção para o curso rapido de sericicultura da Escola de Horticultura Wenceslau Bello — inscripções essas que, até então, attingiam já a 56 interessados, entre os quaes funcionarios publicos, militares, agricul-tores, operarios, etc. Notavam-se, dentre essas inscripções, algumas de fora desta Capital — Padua, Petropolis, Pinheiros, Trajano de Moraes e outras, o que demonstra o grande interesse despertado por essa iniciativa da Sociedade Nacional de Agricultura. O Sr. Arruda Camara, como Director da Escola, pede autorização á Directoria para negar a alguns interessados o cumprimento do referido curso por correspondencia, na que é attendido.

O Sr. Torres Filho propõe que se tele-graphie ao Sr. Ministro da Agricultura informando a S. Ex. a respeito da repecus-

são dessa iniciativa, devida em grande parte ao apelo dado pelo seu ministério á Escola. No telegramma, por outro lado, deveria ser accentuado o facto, demonstrado, da receptividade do meio rural brasileiro ás medidas de progresso, tendentes a melhorar-lhes a vida no campo. E' escusado dizer — continúa o Sr. Torres Filho — que a Sociedade está empenhada em imprimir um cunho de maior utilidade a esse novo curso, que será ministrado em turmas aos domingos e quarta-feiras pela manhã.

O Sr. Torres Filho pede a attenção da Casa para essa nova realização da Escola de Horticultura Wenceslau Bello que, além dos cursos regulares de Horticultura, de fruticultor, jardineiro e hortelão, que se processam ali sob o regime de internato, é este o sétimo curso rapido que se realiza, todo selles com o mais completo exito.

Allude, depois á offerta do Sr. Adamastor Lima á bibliotheca da Sociedade, constante de uma valiosa coleção das publicações portuguezas a respeito da organização corporativa daquella nação irmã. Essa legislação vem sendo applicada em Portugal com grande exito para a defesa da produção. São subsidios da mais alta valia, e que muito servirão aos estudiosos da moderna orientação dos Estados, em cuja corrente o Brasil se integrou em virtude da Constituição de 10 de Novembro.

Depois de agradecer ao Sr. Adamastor Lima a sua valiosa offerta, o Sr. Torres Filho chama a attenção dos seus collegas para a momentosa questão do desenvolvimento e da organização, no Brasil, da produção de ceras, resinas e oleos vegetaes, em face das oportunidades que se offerecem ao nosso desenvolvimento economico dentro das possibilidades dos mercados mundiaes. E' esse assumpto materia muitas vezes debatida no seio da Sociedade, mas se faz mister, no momento, focalizar sobre elle a attenção de todos os interessados, uma vez que o assumpto está merecendo o maior interesse por parte dos mercados consumidores. De nossa parte, teriamos ensaio de, attendendo com decisão sobre esses ramo da produção brasileira, melhorando-o e desenvolvendo-o, levar a prosperidade a innumeradas regiões brasileiras, onde essa riqueza jaz em estado latente, sem orientação no pouco que se produz, situação essa que exige providencias immediatas, de modo a permitirem ao Brasil entrar nos mercados mundiaes em posição de relevo e de grande vantagens para a sua balança commercial. Para que

se veja a importancia dessa materia prima, basta que se diga que, em 1938, o Brasil exportou de mamona, caroço de algodão, castanha de babassú e outras fructas oleaginosas, 283.000 toneladas, no valor de 1.758.000 libras. Essa exportação, contudo, está muito aquem daquillo que estamos em condições de produzir e daquillo que já possuímos em inicio de exploração. Será preciso, para tanto, adoptar medidas systematizadoras da produção e do commercio. Não será demais repetir que a floresta amazonica é tida como a mais rica em variedades de plantas produtoras de oleo, resinas e ceras. Mas, toda essa riqueza está exigindo orientação tecnica e economica para o seu conveniente aproveitamento, a exemplo do que se vem fazendo na Africa Occidental Franceza e em geral nas colonias dos paizes industriaes, onde se observa a formação de grandes empresas, adoptando methodos commerciaes e financeiros modernos. Observando esse trabalho, veremos o quanto estamos distanciados na competição e o muito que teremos ainda de fazer para aproveitar e acautelar os grandes bens com que nos dotou a natureza. Ainda agora mesmo — continúa o Sr. Torres Filho — acabo de receber dados estatisticos com referencia ao que se passa na Argentina, com o esforço governamental no sentido da produção dos azeites vegetaes. Com effeito, a produção de azeites vegetaes nessa republica attingiram em 1937, 74751 toneladas, em cuja produção se empregaram — 319.666 toneladas de sementes, com um augmento de 13% sobre a produção do anno anterior, sendo de notar que só o girasol contribuiu para essa produção com mais de 27 mil toneladas. Outras sementes e plantas são utilizadas, alli, para a obtenção de oleos, comestiveis e de applicação industrial — sabido, como é, que esse artigo encontra hoje no mundo uma grande procura. Isso basta para demonstrar o quanto póde o Brasil conseguir nesse dominio da nossa riqueza tropical. Para esse sector devemos voltar-nos dentro de um programma que consulte realmente as necessidades mundiaes, obedecendo a uma planificação perfeita em todos os seus aspectos tecnico, economico e financeiro, mas sem a dispersão das meddias, tão communs toda vez que temos de encarar os problemas do nosso desenvolvimento economico.

Ainda com a palavra, deseja o Sr. Torres Filho registrar um facto que considera auspicioso; o da criação, em virtude de recente decreto do Sr. Presidente da Repu-

blica, do Instituto Agronomico do Nordeste. Essa noticia merece destaque especial, porque — diz o Sr. Torres — é a primeira vez que se cuida, em materia agronomica, da zona norte e amazonica. Com effeito, todas as reformas por que tem passado o Ministerio da Agricultura — nenhuma dellas — havia, ainda, olhado devidamente para as vastas regiões do septentrião. Quanto a elle, sabemos apenas de medidas esparsas, como a da defesa da borraça, em 1911-1913, que, aliás, não teve sequencia. Dahi para cá, pôde-se dizer, nada

um determinado assumpto, reunindo tudo o que diz respeito ao genero de producção ou de exploração a que se consagram os diversos volumes. Toda a moderna legislação portugueza corresponde a uma verdadeira consolidação do que havia esparso, facilitando, assim o conhecimento do assumpto. Promptifica-se a fornecer os endereços para que a bibliotheca da Sociedade continue a receber as referidas publicações.

O Sr. Torres Filho dirige a palavra ao Sr. Adamastor Lima, a quem solicita, em



Sessão de 25 de Maio. Preside os trabalhos o Sr. Torres Filho, tendo á sua direita o Sr. Apolonio de Sales, Secretario da Agricultura de Pernambuco

mais se fez em favor daquelle repositório immenso de riquezas, a desafiar o trabalho do homem e que o Brasil conserva, ainda, felizmente, em suas mãos.

O Sr. Adamastor Lima agradece as palavras de gentileza com que o distinguído Presidente da Sociedade e presta interessantes informações a respeito da sua valiosa doação á bibliotheca, mostrando que na legislação do Portugal corporativo muito ha que aprender. Entra em pormenores quanto ao modo por que é orientada a publicação de tres leis, que enfeixa sempre

nome das suas antigas relações com a Sociedade, a sua collaboração de jurista ao novo Estatuto da Sociedade, cujo anteprojecto faz entrega ao Sr. Adamastor Lima, que se promptifica a collaborar no trabalho.

Continúa o Sr. Torres Filho, agora sobre uma questão que não é nova nos trabalhos da Sociedade: a do intercambio com a America do Norte — e a respeito da qual, ainda ha pouco, um dos nossos companheiros, o Dr. J. Bertino de Moraes Carvalho, foi incumbido pelo Sr. Ministro da

Agricultura de visitar os Estados Unidos, com o fim de estudar naquella paiz, que é um dos maiores consumidores de productos tropicaes, aquillo que o Brasil pôde fornecer em concurrencia com as possessões abastecedores do immenso mercado americano de varios paizes que são tambem cano, sobretudo oleos e productos semelhantes.

O estudo apresentado por esse technicamente irá proporcionar elementos ao Governo para que, dentro dos tratados que vêm de ser assignados pelo Sr. Ministro da Agricultura com aquelle Governo, entre o Brasil a abastecer a America do Norte em maior escala, suprimindo mesmo aquelle paiz de certos productos de facil producção entre nós, mediante um estudo mais apurado do nosso intercambio e dos productos que os Estados Unidos recebem de diversas colonias. Com effeito, seria mais natural, dentro do espirito pan-americanista e da boa vizinhança, que o Brasil substituisse esses fornecedores com grandes vantagens diplomaticas e economica para as duas nações. É uma oportunidade unica, a que se nos offerece a situação mundial, para fazermos algo de positivo, de real, pelo norie do Brasil e, muito particularmente, pela bacia amazonica. Consulta, a seguir, Sr. Torres Filho dados recentes a respeito da producção e commercio dos nossos productos oleaginosos, concluindo que essa producção é precaria, muito oscillante e que não pôde satisfazer, por não dispormos ainda de massa de producção, convenientemente padronizada, que nos permita uma concurrencia vantajosa nos mercados americanos. Felizmente, no momento, existe no seio governamental uma preocupação muito seria de nos apparelharmos para tirar o maior partido possivel da situação mundial. Permita Deus que o Brasil, desta vez, venha a consolidar a sua situação, que é excepcional, como unica noção propriamente soberana existente na nazo tropical em todo o mundo. Estamos em condições de obter vantagens muito especiaes do momento internacional.

O Sr. Hilario Leitão lê um artigo do Sr. Costa Rego, publicado no "Correio da Manhã", a respeito do "imposto Territorial", formulando a respeito a seguinte proposição:

Meus Senhores:

O bem elaborado artigo que o eminente jornalista Costa Rego fez publicar no "Correio da Manhã" de hoje, suggere, no momento em que S. Ex. o Sr. Ministro

da Agricultura, numa attitude assás louvavel e patriótica, procura com a isenção de impostos e outros onus que gravam a pequena industria, conseguir o barateamento dos artigos de primeira necessidade, sugere, dizia, a providencia que desde logo parece se impor como logica e razoavel. Isto é, o estabelecimento de uma nova modalidade de imposto sobre os terrenos cultivados, a legislação fiscal em vigor, não distingue entre o imposto territorial as terras que devem ser aproveitadas com habitações das que são exploradas pela lavoura, senão pelos seus valores e a incidencia desse imposto, naturalmente a impossibilidade de maior incremento entre as culturas da zona rural e até a desillusão entre os pequenos lavradores.

Disse aquelle jornalista "que o solo tal como a machina não augmenta o valor, por dar ou preparar o que delle se espera, pois que elle não adquire valor proporcional ao da quantidade dos seus productos. A machina, continúa o Sr. Costa Rego, deprecia-se; o solo fatiga-se. A machina concieria-se, o solo refaz-se, e essas operações constituem novos onus, a empobrecer e não exactamente a valorisar a machina ou o solo".

Desse odo, a technica de avaliação não deve permittir que se considere o solo cultivado em igualdade de condições dos terrenos de zonas urbanas onde a construção seja medida aconselhavel.

A leitura do já citado artigo dispensa maiores considerações. Trouxe a oportunidade de, procurando vir de encontro á solução de um problema de natureza urgente propor á Sociedade uma indicação a S. Excia. o Sr. Ministro da Agricultura no sentido de um entendimento com o Exmo. Sr. Prefeito em que se procure attender a uma situação que redundará sem a menor duvida num estimulo á nobre classe dos nossos pequenos lavradores.

O Sr. Presidente, após referir-se á personalidade do Sr. Costa Rego, jornalista e eminente economista, diz que o assumpto tratado é daquelles que se prendem de uma maneira vital á vida agricola do nosso paiz. Sabemos — continúa — que a incidencia de certos impostos, quando recahem sobre a producção dos campos, não obedece a um estudo previo da renda da terra e, sendo assim, o effeito desse imposto quasi sempre contra-producente, por isso que, se com elle o poder publico pensa melhorar a receita, essa melhora é geralmente transitoria, porque a producção, entravada, dentro em breve, estanca, prejudicando, assim, consequen-

temente, a propria renda publica. De um modo geral, extranha-se que existam terras improductivas nas proximidades dos centros populosos, á margem das vias de communicacão, mas a verdade é que essas terras ali jazem no abandono, menos por inercia ou madraçaria da parte dos homens do interior do que por factores de ordem fiscal ou tariffaria. A isso dever-se-á juntar a desorganização dos mercados. Exploral-as seria trabalho infructifero, sem remuneração. Mas de uma vez — continúa o Sr. Torres Filho — tenho salientado o facto de que sempre que uma exploração rural se torna remuneradora, immediatamente verificamos o augmento da producção. Accorrem aos campos até pessoas que vivem nos centros populosos, porque, a verdade é que o Brasileiro ama a terra e essa tendencia pôde ser perfeitamente aproveitada, principalmente no momento em que as questões sociaes assumem aspectos por vezes dignos da preocupação governamental.

Determina o Sr. Presidente a inserção, além da providencia solicitada pelo Sr. Hilario Leitão, em acta, do artigo do Sr. Costa Rego, como uma homenagem ao muito que tem feito em favor da agricultura nacional, com um telegramma á S. Ex.

O Sr. Arruda Camara propõe que o entendimento solicitado com o Prefeito e o Sr. Ministro da Agricultura seja extensivo ao Estado do Rio, porque, ali, sobretudo, é que se verifica a incidencia do imposto sobre a lavoura, de modo mais rigoroso. Aqui no Districto Federal, o imposto é mais uma questão orgamentaria, até porque difficilmente é elle cobrado: a situação actual é bem conhecida de todos os presentes, pois tem sido tratada na Sociedade. O lavrador carioca raramente é o dono da terra que trabalha. Mas, no Estado do Rio o imposto chega a ser prohibitivo. Como o illustre Sr. Costa Rego, no seu artigo, referiu-se ao assumpto de modo geral, poderia se no Estado do Rio interessado no entendimento proposto para o Sr. Prefeito da Capital com o illustre titular da Agricultura.

A suggestão do Sr. Arruda Camara é approvada e o Sr. Virginio Campello se refere ligeiramente á cortiça brasileira e

aos sub-productos do pinheiro, prometendo tratar, na proxima sessão, com desenvolvimento, da materia, que lhe era suggerida por uma das publicações sobre a mesa.

Desde logo, porém, o Sr. Torres Filho submete á consideração da casa, sendo approvada, a constituição de uma commissão especial para estudar o assumpto, sob a orientação do Sr. Virginio Campello.

A questão da baixa da cotação da laranja brasileira nos mercados de Londres é tambem objecto de estudos, em face de um commentario da Folha da Manhã, de São Paulo. Essa baixa se deve, sobretudo, ao apressamento das remessas da laranja paulista para Londres e á propria situação internacional.

O Sr. Tasso de Miranda, que tratou com todos os pormenores desse assumpto, terminou declarando que se tornam necessarias medidas immediatas e outras que S. S. com a autoridade que lhe dá o cargo de fiscal da exportação pelo porto do Rio de Janeiro, exporá em uma sessão especial, para a qual serão convidados os interessados.

O Sr. Torres Filho apresenta, a seguir, o Sr. Alvaro Porto Moutinho, até ha pouco tempo representante da Federação das Associações Commerciaes no Conselho Federal de Commercio Exterior. Com S. Ex. e o Sr. Euvaldo Lodi, diz o Sr. Torres, estavam reunidos os interesses do commercio, da industria e da agricultura. Graças á comprehensão que todos sempre tiveram dos problemas nacionaes, as questões suscitadas foram sempre tratadas dentro da melhor harmonia, com um espirito de collaboracão digno de nota.

O Sr. Porto Moutinho agradece as palavras do Sr. Torres Filho e diz que a sua acção, no Conselho, foi norteadá pela convicção de que essas tres actividades se entrelaçam de tal forma que não poderiam ser tratadas antagonicamente. Communica a seguir que acabara de ser fundada a Faculdade de Sciencias Economicas e Commerciaes, e como demonstração do seu apreço á Sociedade, fez questão de que, dentre os fundadores, figurasse a Sociedade Nacional de Agricultura.

Em seguida foi encerra a sessão.

Plantas frutíferas e ornamentaes

Produzidas na

Escola de Horticultura Wenceslau Bello

Mudas selecionadas — Facilidades de
transporte — Abatimentos aos socios da
Sociedade Nacional de Agricultura

Peçam informações á Secretaria da Sociedade, Largo de S.
Francisco de Paula n. 3, salas 202/206 — Tel. 22-6241

Caixa Postal 1245

Endereço Telegrafico "Agricultura"

PAPELARIA MENDES

FUNDADA EM 1856

Accessorios
para archivos
em geral

Artigos de
expediente,
desenho e
engenharia

SOBRAL, SOUZA & Cia.

RUA OUVIDOR, 60

TEL. 23-4418

RIO DE JANEIRO

Officinas de
Typographia,
Encadernação
e Pautação

Livros em
branco para
contabilidade

Esta revista foi impressa e confeccionada em nossas officinas

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Fundada em 16 de Janeiro 1897

Reconhecida de utilidade publica pela lei n. 3549, de 18 de Outubro de 1918



Presidente perpetuo

Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida

DIRECTORIA GERAL

- Presidente* Ildefonso Simões Lopes
1.º Vice-Presidente — Arthur Torres Filho
2.º » » — Edgard Teixeira Leite
3.º » » — Fabio de Azevedo Sodré
1.º Secretario — Antonio de Arruda Camara
2.º » — Luiz Simões Lopes
3.º » — Altino de Azevedo Sodré
4.º » — Eurico Santos
1.º Thesoureiro — Kurt Repsold
2.º » — Domingos de Faria

DIRECTORIA TECHNICA

- Frederico Murinho Fraga
Humberto Rod. de Andrade
Joaquim B. de Moraes Carvalho
José Maria Fernandes
José Sampaio Fernandes
Luiz de Oliveira Mendes
Hilario Leitão
Otto Frensel
Ottoni Soares de Freitas
Virginio Werneck Campello

CONSELHO SUPERIOR

- Alcides de Oliveira Franco
Alvaro Simões Lopes
Antonio F. Magarinos Torres
Archimedes de Lima Camara
Bemvindo Novaes
Carlos de Souza Duarte
Celso Machado
Conde de São Mamede
Eduardo Claudio da Silva
Euvaldo Lodi
Euzebio de Queiroz C. Mattoso Camara
Fidelis Reis
Filogonio Peixoto
Franklin de Almeida
Francisco Leite Alves Costa
F. J. Teixeira Leite
Humberto Bruno

- J. C. Belo Lisboa
João Baptista de Castro
João Gonçalves Pereira Lima
João Mauricio de Medeiros
João Simplicio Alves de Carvalho
Julio Cesar Lutterbach
Julio Eduardo da Silva Araujo
José Eduardo de Macedo Soares
José Monteiro Ribeiro Junqueira
José Mattoso Sampaio Corrêa
Landulpho Alves de Almeida
Lauro Passos
M. Paulo Filho
Odilon Braga
Ormeu Junqueira Botelho
Ricardo Machado
Waldomiro Barros Magalhães
Wenceslau Braz Pereira Gomes

Escola de Horticultura Wenceslau Bello

(MANTIDA PELA S. N. DE AGRICULTURA NO ANTIGO HORTO FRUCTICOLA DA PENHA)

RECONHECIDA E FISCALIZADA PELO GOVERNO DA NAÇÃO

PENHA - RIO - E. F. LEOPOLDINA

- Mudas e Enxertos de plantas frutíferas próprias ao clima do Districto Federal.
- Optimos exemplares de plantas ornamentaes.
- Laranjeiras — Typo exportação.
- Mangueiras das melhores variedades.
- Abatimentos aos socios da S. N. de Agricultura.

Solicite informações á

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

— Largo de São Francisco, 3-2.º - Salas 202/6 —

TEL. 22-6241

Gaixa Postal 1245 — Endereço Telegraphico "Agricultura"